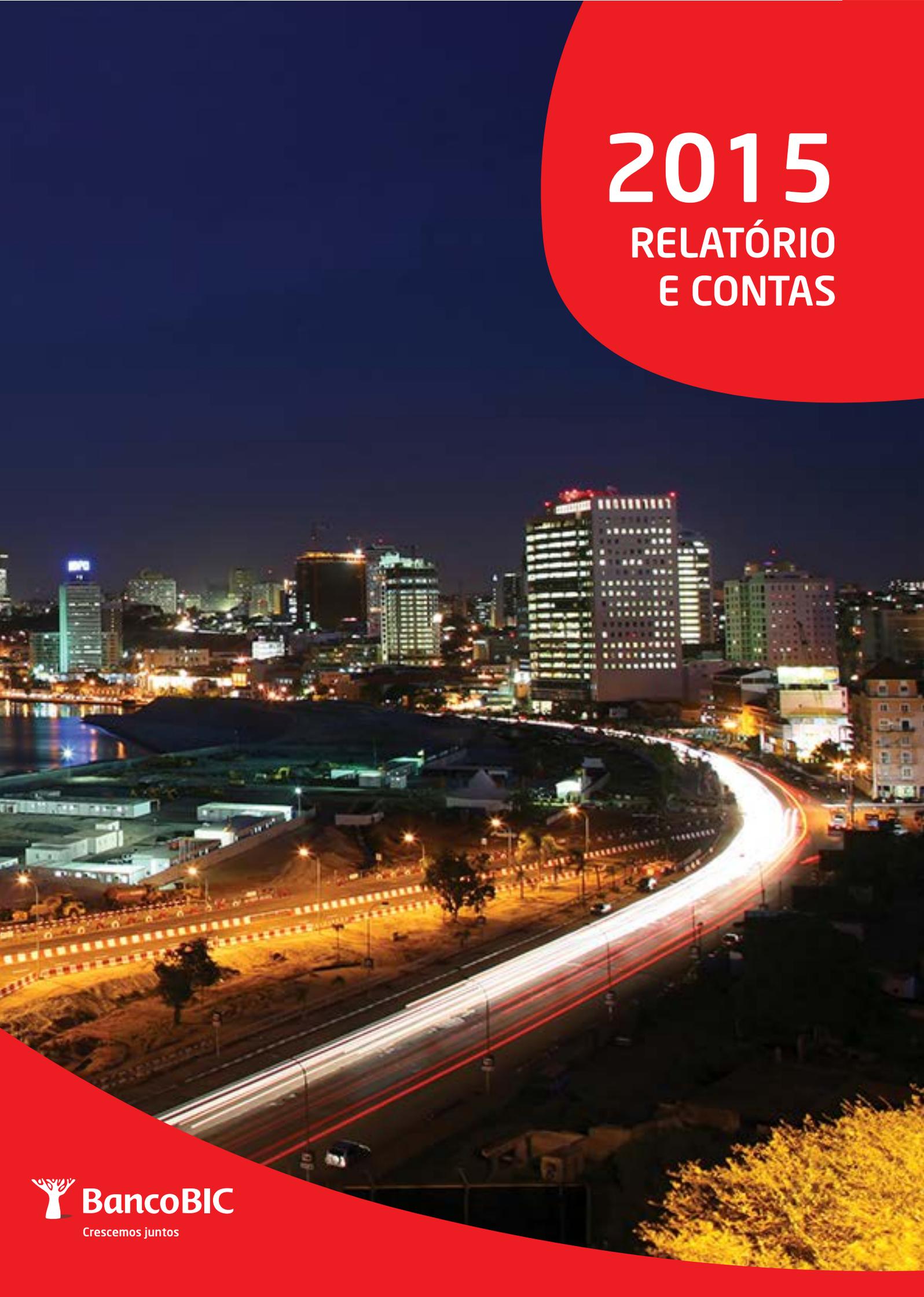


2015

RELATÓRIO
E CONTAS



BancoBIC

Crescemos juntos

2015

RELATÓRIO E CONTAS



ÍNDICE

4	MENSAGEM DO PRESIDENTE
6	PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE
8	1. O BANCO BIC ANGOLA
10	- ESTRUTURA ORGANIZATIVA
13	- ORGANOGRAMA FUNCIONAL
27	- POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES
28	- MISSÃO, VISÃO E VALORES
30	2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
32	- ECONOMIA MUNDIAL
35	- ECONOMIA ANGOLANA
42	- POSICIONAMENTO DO BANCO BIC NO SECTOR BANCÁRIO
44	3. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE
46	- PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO
49	- REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PRESENÇA GEOGRÁFICA
50	- MARCOS HISTÓRICOS
53	- MARKETING E COMUNICAÇÃO
57	- TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
58	- RECURSOS HUMANOS
60	4. SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO
62	- GESTÃO DO RISCO
63	- COMPLIANCE
54	- POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO
70	5. BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
74	6. ANÁLISE FINANCEIRA
76	- ANÁLISE FINANCEIRA
77	- BALANÇO
83	- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
85	- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
86	7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS
87	- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
92	- NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
128	- RELATÓRIO DE AUDITORIA
130	- RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Exmos. Senhores,

Angola enfrenta actualmente uma crise financeira. No ano de 2015 a economia Angolana foi penalizada pela queda substancial dos preços do petróleo no mercado internacional. Em razão da ainda elevada dependência das receitas provenientes do sector petrolífero, a persistência deste movimento, condicionou o desempenho da economia Angolana como um todo, o que se reflectiu nas principais variáveis económicas e financeiras.

Desta forma tornou-se inevitável o ajustamento da economia Angolana, que sofreu fortes quedas em 2015 nas receitas fiscais e nas receitas das exportações que terão caído em cerca de 40% face a 2014, induzindo a um elevado défice da balança de pagamentos e nas receitas fiscais em 2015.

A redução das receitas em moeda estrangeira tem impacto especificamente ao nível cambial, com o acesso a moeda estrangeira dificultado. Na sequência da crescente escassez de moeda

estrangeira, o BNA promoveu uma desvalorização do Kwanza, tentando com esta medida equilibrar a oferta e procura de divisas, com o objectivo de preservar o stock de reservas internacionais, na medida em que o equilíbrio dos fluxos externos dos quais resulta a variação de reservas é estabelecido em Dólares.

As medidas adoptadas resultaram numa desvalorização no exercício de 2015 do Kwanza face ao USD de cerca de 30%.

O sistema bancário nacional não deixou de se ressentir dos efeitos da crise, tendo o crédito concedido à economia passado de USD 39 mil milhões para USD 30 mil milhões, uma contracção na ordem dos 22%. Quanto à captação de depósitos, apesar do crescimento em moeda nacional, ocorreu um decréscimo na ordem dos 13% quando convertidos para USD, traduzindo assim a redução do poder aquisitivo da moeda.

Não obstante os desafios proporcionados por este enquadramento, o ano de 2015 teve um significado muito especial para o Banco BIC, já que comemorámos o nosso 10º aniversário. Esta data pode resumir-se em duas palavras, simples mas emblemáticas: crescimento e solidariedade. Começemos pelo crescimento.

São 10 anos de crescimento e resultados extraordinários que nos transportam para um lugar cimeiro no Sector Bancário. A dimensão de um Banco que se estende por todo o território Angolano, em 223 Balcões, que se reflecte na vida de 2.081 Colaboradores e em mais de 1,2 Milhões de Clientes. Esta é a escala do Banco privado com a maior rede comercial de Angola.

Temos primado pela nossa envolvência com as populações, pela criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento, com um compromisso de qualidade, apoiando financeiramente grandes empresas, pequenos negócios e particulares. Temos incentivando o investimento privado nacional, sobretudo ao nível das Províncias, pela bonificação de taxas na concessão de crédito aos sectores de agricultura, das pescas e ainda do sector da construção.

Por outro lado, o crédito ao Estado Angolano, através da aquisição de títulos de Dívida Pública, tem permitido a execução de muitos projectos de infra-estruturas de interesse para a população em geral.

Ao longo dos seus 10 anos de história, a internacionalização tem sido outra das faces do nosso crescimento. Começámos com o Banco BIC Português e hoje já estamos em 2 continentes e cinco países diferentes, Angola, Portugal, África do Sul, Cabo Verde e Namíbia.

O rumo do nosso crescimento levou-nos igualmente a novas perspectivas de negócio, serviços inovadores, bem como outras formas de participação na sociedade para além da função bancária. A actividade Seguradora com o lançamento do BIC Seguros é disso um bom exemplo. Continuamos a crescer, seguramente, com Angola e com os Angolanos.

Claro que chegar até aqui, desde a abertura do nosso primeiro balcão na Maianga em 2005, tem sido obra de muita luta e dedicação. O nosso 10º aniversário significa, pois, celebração do êxito, de um compromisso com os nossos Colaboradores, com os fornecedores, com a sociedade em geral e, acima de tudo, representa uma responsabilidade acrescida para com todos os nossos clientes.

Significa também um compromisso com a nossa missão, através da prática de valores e princípios que sempre nos têm regido como a ética, transparência, qualidade, comprometimento, integridade, eficiência, objectividade, colaboração, respeito, inovação, trabalho em equipa e sustentabilidade.

O ano de 2015 foi particularmente exigente e intenso, mas contámos com o compromisso e colaboração de todos para vencermos os desafios do dia-a-dia. Dar sustentabilidade à economia nacional significa manter um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, engajado e comprometido com os anseios de desenvolvimento e de bem-estar da sociedade como um todo.

O Presidente do Conselho de Administração



Fernando Mendes Teles

PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

Principais Indicadores de Actividade

(Montantes expressos em milhões de Kwanzas Angolanos)

	2015	2014	Var. (%)
Activo líquido total	977.609	835.923	17%
Volume de negócios	1.582.067	1.394.272	13%
Crédito à Economia	841.445	709.600	19%
Crédito a clientes	335.259	278.800	20%
Crédito ao Estado	419.733	366.428	15%
Extrapatrimoniais	86.453	64.372	34%
Recursos de clientes	740.622	684.672	8%
Volume de negócios por colaborador	760,2	664,9	14%
Resultado de intermediação financeira	58.396	39.843	47%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	28,06	19,00	48%
Custos administrativos e de comercialização / Resultado de intermediação financeira	51,1%	50,9%	0%
Custos com o pessoal / Resultado de intermediação financeira	20%	25%	19%
Resultado líquido do exercício	27.656	20.537	35%
Situação líquida	102.721	91.055	13%
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio	3,2%	2,7%	18%
Resultado de intermediação financeira / Activo líquido médio	6,44%	5,02%	28%
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios	30%	24%	24%
Rácio de solvabilidade regulamentar	16%	21%	-22%
Número de agências	223	219	2%
Número de colaboradores	2.081	2.097	-1%
Número de clientes	1.208.691	1.086.448	11%

Principais Indicadores de Actividade

(Montantes expressos em milhões de Dólares dos Estados Unidos)

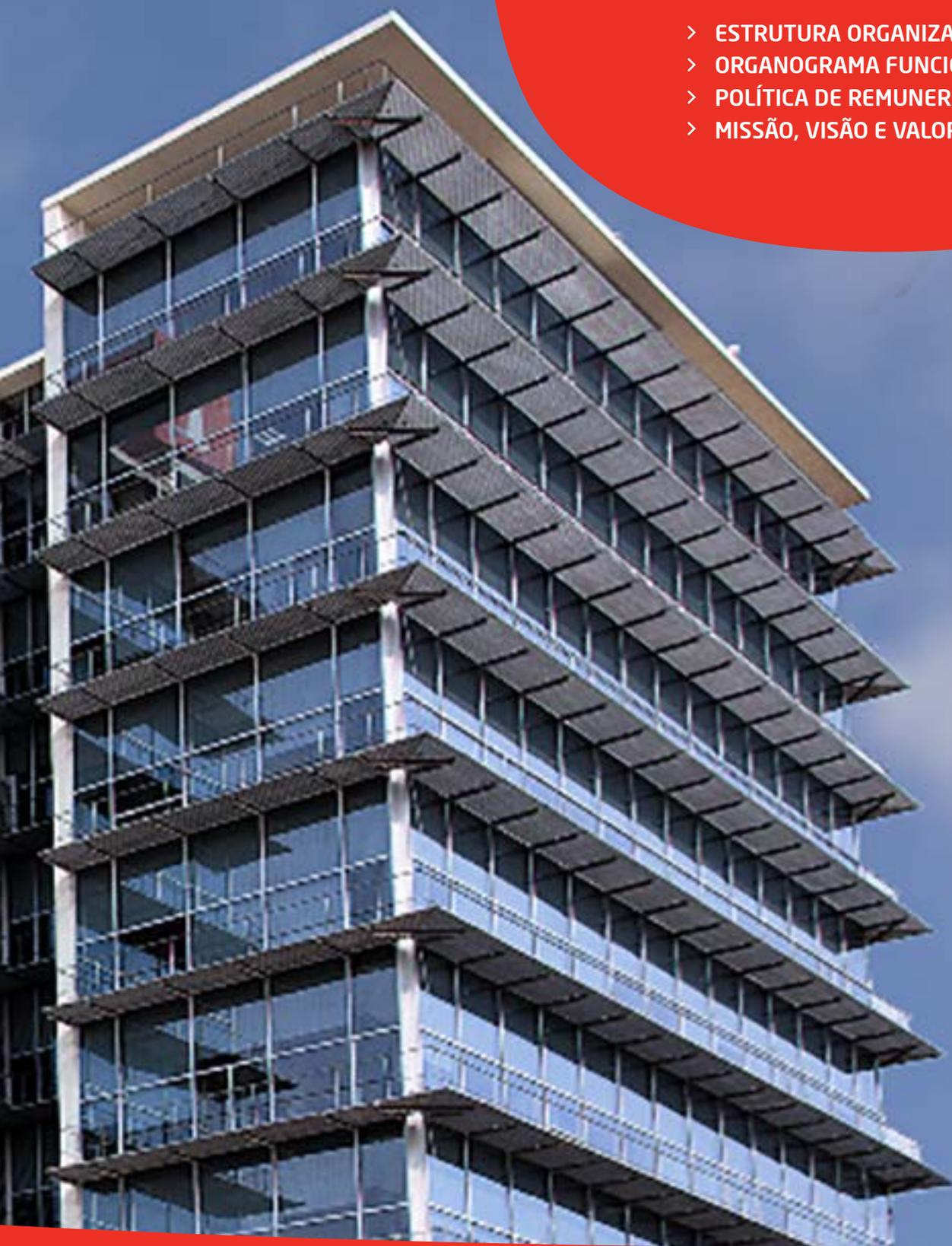
	2015	2014	Var. (%)
Activo líquido total	7.225	8.127	-11%
Volume de negócios	11.692	13.554	-14%
Crédito à Economia	6.219	6.898	-10%
Crédito a clientes	2.478	2.710	-9%
Crédito ao Estado	3.102	3.562	-13%
Extrapatrimoniais	639	626	2%
Recursos de clientes	5.473	6.656	-18%
Volume de negócios por colaborador	5,6	6,5	-13%
Resultado de intermediação financeira	432	387	12%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	0,21	0,18	12%
Custos administrativos e de comercialização / Resultado de intermediação financeira	50,9%	47,1%	-8%
Custos com o pessoal / Resultado de intermediação financeira	20%	25%	19%
Resultado líquido do exercício	204	200	2%
Situação líquida	759	885	-14%
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio	2,8%	2,8%	-1%
Resultado de intermediação financeira / Activo líquido médio	5,63%	4,89%	15%
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios	26%	24%	10%
Rácio de solvabilidade regulamentar	16%	21%	-22%
Número de agências	223	219	2%
Número de colaboradores	2.081	2.097	-1%
Número de clientes	1.208.691	1.086.448	11%



01

O BANCO BIC ANGOLA

- > ESTRUTURA ORGANIZATIVA
- > ORGANOGAMA FUNCIONAL
- > POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES
- > MISSÃO, VISÃO E VALORES



ESTRUTURA ORGANIZATIVA

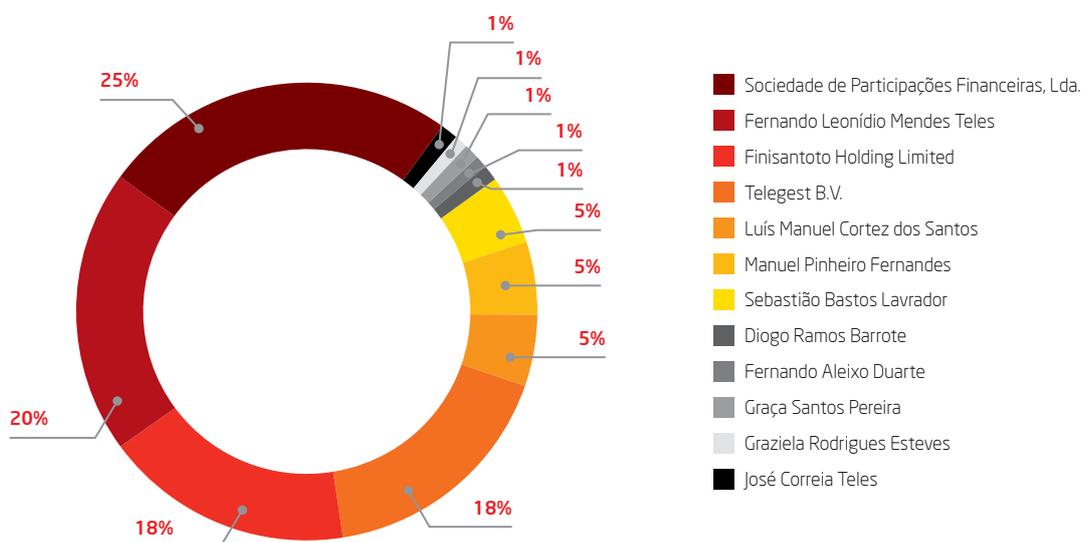
MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 12/2015, de 17 de Junho). São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, nomeadamente, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

O Banco BIC foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sedado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O capital social do Banco BIC encontra-se repartido da seguinte forma:



Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos para o triénio 2014/2017 na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2014.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.



ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O actual Conselho de Administração é composto por dez membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por oito administradores, designados pelo próprio Conselho, de entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Com o objectivo de regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por oito membros, a gestão corrente do Banco, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito das suas competências e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sendo o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente do negócio do Banco, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio, de acordo com o respectivo perfil e com as especializações individuais, sem prejuízo da maior ou menor concentração de um ou outro elemento numa determinada área.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, no mínimo, uma vez por mês.

CONSELHO FISCAL

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos Estatutos e é composto por um Presidente e dois vogais efectivos. O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Deloitte & Touche – Auditores Limitada. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso nº 04/2013 de 22 de Abril do Banco Nacional de Angola.

O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

COMISSÃO EXECUTIVA



HUGO SILVA TELES

Administrador

PEDRO NUNES M'BINDINGANI

Administrador

GRAZIELA RODRIGUES ESTEVES

Administradora

FERNANDO TELES

Presidente

GRAÇA MARIA PEREIRA

Administradora

FERNANDO ALEIXO DUARTE

Administrador

JOSÉ MANUEL CÂNDIDO

Administrador

Composição dos Órgãos Sociais

O Banco encontra-se a avaliar a composição dos seus órgãos sociais, nomeadamente no que respeita às exigências ao nível do número de membros de cada órgão. Esta situação será ultrapassada na Assembleia Geral a realizar no primeiro quadrimestre de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<p>PRESIDENTE Fernando Mendes Teles</p> <p>VOGAL Graziela Rodrigues Esteves Fernando Aleixo Duarte Graça Maria Pereira Hugo Silva Teles Jaime Galhoz Pereira José Manuel Cândido Pedro Nunes M'Bidingani Isabel José dos Santos * Amadeu Maurício **</p>	<p>PRESIDENTE Fernando Mendes Teles</p> <p>VOGAL Graziela Rodrigues Esteves Fernando Aleixo Duarte Graça Maria Pereira Hugo Silva Teles Jaime Galhoz Pereira José Manuel Cândido Pedro Nunes M'Bidingani</p>
<p>CONSELHO FISCAL</p> <p>PRESIDENTE Henrique Camões Serra</p> <p>VOGAL Maria Ivone dos Santos</p>	<p>AUDITOR EXTERNO</p> <p>Deloitte & Touche – Auditores Limitada</p>

(*) Administrador não executivo (**) Administrador não executivo independente

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura funcional do Banco permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção e/ou gabinete, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.

O organograma funcional do Banco pode ser apresentado da seguinte forma:

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
(PRESIDENTE) FERNANDO TELES	GRAZIELA ESTEVES	FERNANDO DUARTE	GRAÇA PEREIRA	HUGO TELES	JAIME PEREIRA	JOSÉ CÂNDIDO	PEDRO M'BIDINGANI
Conselho de Crédito	DPN I Direcção de Particulares e Negócios I	DSI Direcção de Sistemas de Informação	DAI Direcção de Auditoria Interna	Direcção de <i>Private Banking</i>	DIF Direcção Internacional e Financeira	DPE Direcção de Pagamentos e Estrangeiro	DE III Direcção de Empresas III
DRHF Direcção de Recursos Humanos e Formação	DE I Direcção de Empresas I	DPN II Direcção de Particulares e Negócios II	DARC Direcção de Análise de Risco de Crédito	DE II Direcção de Empresas II	DPCG Direcção de Planeamento Contabilidade e Gestão	GAB Gabinete Angola-Brasil	DM Direcção de Marketing
DRM Direcção de Recursos Materiais	GAP Gabinete Angola-Portugal	DCAMP Direcção de Canais Alternativos e Meios de Pagamentos	GO Gabinete de Organização	Direcção de Centros de Investimento	DR Direcção de Risco	DPN IV Direcção de Particulares e Negócios IV	DJRC Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito
Gabinete de <i>Fixing</i>	DSO Direcção de Suporte Operacional		GC Gabinete de Compliance	DPN III Direcção de Particulares e Negócios III	GMC Gabinete de Mercados Capitais		
Gabinete de Participações			DC Direcção de Contencioso				
TC Tesouraria Central							

Composição das unidades de estrutura

Fernando Teles
(Presidente)

DRHF - Direcção de Recursos Humanos e Formação

Principais funções:

- Recrutamento de Recursos Humanos, que inclui planeamento de recursos humanos, pesquisa no mercado de candidatos, recrutamento, selecção e integração.
- Afetação de Recursos Humanos, que inclui análise e descrição de funções, movimentação de pessoal (tanto nos sentidos horizontal, vertical ou diagonal), plano de carreiras e avaliação de mérito ou do desempenho;
- Manutenção de Recursos Humanos, que inclui remuneração (gestão de salários), planos de benefícios sociais (saúde), outros benefícios (Crédito), higiene e segurança do trabalho, registos, controlos de pessoal e relações de trabalho (declarações, certificados de trabalho e outros);
- Desenvolvimento de Recursos Humanos, que inclui formação e planos de desenvolvimento do pessoal; e,
- Controlo de Recursos Humanos, que inclui indicadores de gestão, sistemas de informações de recursos humanos (pesquisa e tratamento de dados, estatísticas, registos, relatórios, mapas e demonstrativos).

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Telma Pinheiro

Subdirectores: Sarah Figueiredo

Número de Colaboradores: 6

DRM - Direcção de Recursos Materiais

Principais funções:

- Conduzir os processos de organização e promoção de concursos/consultas aos fornecedores previamente seleccionados, analisar as propostas e preparar documentos para selecção/aprovação das mesmas;
- Negociar, celebrar, adjudicar, renovar, alterar, rever ou denunciar contractos de fornecimento de bens e serviços;
- Proceder à gestão de todos os processos de compra e encomendas respeitantes a móveis, equipamentos, incluindo informáticos e de comunicações móveis (telemóveis e placas de acesso à internet móvel), serviços, economato/consumíveis e livros e publicações periódicas; e,
- Assegurar o planeamento físico dos espaços afetos à actividade/exploração do Banco, propondo e fundamentando soluções que permitam a optimização e racionalização da afectação e utilização de espaços pelos diversos Serviços, assim como o cumprimento dos requisitos técnicos, operacionais, de segurança e ambientais estabelecidos nesta matéria.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Alberto Castelo Branco

Número de colaboradores: 44

Gabinete de Fixing

Principais funções:

- Assegurar a conferência e exatidão dos documentos legais que integram o processo associado a cada operação;
- Efectuar a análise prévia das operações aprovadas no circuito de decisão, validando a documentação apresentada, bem como o correcto e adequado enquadramento em conformidade com a legislação existente e manuais de productos e serviços; e,
- Solicitar a reapreciação das operações ao circuito de decisão adequado, caso se verifiquem eventuais deficiências na sua tramitação, sugerindo o devido enquadramento com vista à correcta formalização das operações.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: José Carlos Silva

Subdirector: Helga Peres

Número de colaboradores: 9

Gabinete de Participações

Principais funções:

- Assegurar a realização e emissão de Seguros de Vida e Seguros Não Vida, realizados por força de garantias associadas a Créditos concedidos pelo Banco; e
- Assegurar a Manutenção de Apólices /Alterações/Anulações/Reposições associadas a produtos de Crédito.

Área de apoio operacional e contabilístico

Directores Centrais: Fátima Monteiro/Joaquim Moutinho

Número de colaboradores: 3

Tesouraria Central

Principais funções:

- Assegurar que a recolha e entrega de valores, nos Cofres das Agências é efectuada dentro dos prazos consignados para o efeito;
- Assegurar que o plafond máximo estipulado para os valores em cofre das Agências nunca seja excedido, mitigando assim o risco operacional; e,
- Assegurar que os valores de Tesouraria no Banco nunca são excedidos, providenciando o seu depósito junto do Banco Central.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Inocêncio Almeida

Subdirector: Afonso Nunda

Número de colaboradores: 16

Graziela Esteves

DPN I - Direcção de Particulares e Negócios I

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores Centrais Anabela Santinho / Henrique Oliveira / José Zacarias

Director Adjunto: Emília Calohombo

Directores de Área: Alfredo de Castro / Ana Paula Cajada / Armindo Cunha / Edna Gaspar / Horácio Almeida / Pedro Marta / Rui Caetano / Solange Martins

Número de colaboradores: 664

DE I - Direcção de Empresas I

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores Central Bruno Bastos

Directores de Centro: Dinamene Monteiro / Luena Fundões

Número de colaboradores: 35

GAP - Gabinete Angola - Portugal

Principais funções:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Banco BIC Português, S.A. e os respetivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: José Carlos Silva

Número de colaboradores: 1

DSO - Direcção de Suporte Operacional

Principais funções:

- Recepcionar as propostas de crédito remetidas pelas Redes Comerciais e proceder ao seu registo, para efeitos de acompanhamento e controlo;
- Prestar todo o apoio às Rede Comerciais, quanto a pedidos de informação sobre a situação das operações de crédito;
- Efectuar o débito ao Cliente das comissões e despesas de contrato a que houver lugar;

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Jerusa Silva

Número de colaboradores: 12

Fernando Duarte

DSI - Direcção de Sistemas de Informação

Principais funções:

- Identificar e promover a definição das linhas estratégicas de intervenção relativamente aos Sistemas de Informação e respectivos suportes tecnológicos;
- Gerir, de forma integrada, as componentes dos sistemas de informação e de infra-estrutura tecnológica, de forma a garantir o seu permanente alinhamento com as necessidades actuais e identificar o impacto previsível decorrente de novas solicitações das várias Unidades de Negócio; e,
- Assegurar a planificação e o desenvolvimento das acções necessárias à adopção de meios e métodos que tenham por base um rigoroso enquadramento em termos de produtividade, eficiência, qualidade, controlo, segurança, níveis de serviço e custos.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Luis Nikolai

Director Adjunto: Rui Valente

Subdirector: Jaime Corte-Real

Número de colaboradores: 29

DPN II - Direcção de Particulares e Negócios II

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores Centrais: Amílcar Aguiar / Francisco Lourenço / António Silva

Directores Coordenadores: Elisabeth Pina / Fátima Silva

Directores de Área: Edgar Magalhães / Fábio Leitão / Francisco Melo / João Ivungo / José Assis / Justina Praça / Patrícia Faria / Simão Finde

Número de colaboradores: 721

DCAMP - Direcção de Canais Alternativos e Meios de Pagamento

Principais funções:

- Garantir a implementação e funcionamento eficiente dos processos operacionais respeitantes aos seguintes produtos e serviços: Cartões Bancários (Débito, Crédito ou outros); Terminais de Pagamento Automático (TPA); Caixas Multibanco (ATM); Serviço Interactivo (netBanking – Particulares; netBanking – Empresas); e Outros Canais Alternativos (MobileBanking, TabletBanking, SMS Banking, entre outros);
- Contribuir, em articulação com outras Unidades Orgânicas do Banco, para a definição de novos productos e serviços, campanhas e acções promocionais, novas funcionalidades ou melhorias nas já existentes; e,
- Garantir um correcto e permanente funcionamento dos TPA e ATM.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: N'Kiniani Rangel

Subdirector: Márcia Lima

Número de colaboradores: 29

Graça Pereira

DAI - Direcção de Auditoria e Inspecção

Principais funções:

- Definir e preparar o Plano Anual de Auditoria, assegurando a sua execução;
- Assegurar a auditoria a todas as Agências, Centros de Empresas, Centros de Investimento e Serviços Centrais do Banco;
- Elaborar relatórios das auditorias, propondo neles a adopção de medidas correctivas às situações encontradas que sejam menos regulares ou deficientes;
- Proceder à análise de reclamações de Clientes que justificam a intervenção da DAI, articulando com o Órgão do Banco envolvido e colaborando quando necessário, na elaboração da respectiva resposta; e,
- Proceder, quando necessário, a inspecções (análise e avaliação técnica) a Órgãos ou a eventos que possam indiciar irregularidades ou com vista ao eventual apuramento de responsabilidades nas situações em que ocorram ou se iniciem procedimentos ilegítimos, fraudulentos ou em contravenção com as normas e orientações estabelecidas, que possam afectar os interesses patrimoniais do Banco ou de terceiros.

Área de controlo

Director Central: Pedro Viagem

Director Central Inspeção: Augusto Silva

Subdirector de Auditoria: Fernanda Pinto

Subdirector de Inspeção: Cristiano Fontoura

Número de colaboradores: 20

DARC - Direcção de Análise de Risco de Crédito

Principais funções:

- Efectuar a análise de operações de crédito no que concerne ao risco do Cliente ou Grupo, dentro do definido nos Regulamentos de Crédito;
- Proceder à elaboração de Relatórios de Risco de Crédito de operações de Clientes/Grupos (Relatórios de Crédito), centrados em análises desenvolvidas tendencialmente para as maiores e novas exposições, situações de crédito menos típicas e de maior complexidade, que sejam apreciadas em sede de Conselho de Crédito;
- Assegurar os processos de criação de Grelhas de Balanço e de Notações de Risco, garantindo a sua manutenção;
- Garantir a correcta criação de Grupos e Círculos Económicos e respectiva manutenção; e,
- Providenciar a obtenção de informação de gestão sobre matérias da sua competência.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Carla Estronca

Subdirectores: Maria Franco

Número de colaboradores: 21

GO - Gabinete de Organização

Principais funções:

- Assegurar a elaboração e manutenção do Normativo Interno, em articulação com as Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Assegurar ou colaborar na definição da estrutura organizativa e das competências/atribuições das Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Conceber e assegurar a manutenção do conteúdo dos impressos e "templates" do Banco; e,
- Promover a colaboração e a partilha da informação e do conhecimento entre as diversas Estruturas Funcionais do Banco.

Área de apoio operacional e contabilístico

Subdirector: Maria Manuela Pereira

Número de colaboradores: 2

GC - Gabinete de Compliance

Principais funções:

- Elaborar e apresentar à Administração e ao Órgão de Fiscalização da Instituição um relatório, de periodicidade mínima anual, identificando os incumprimentos verificados e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências que tenham sido detetadas;
- Prestar imediatamente à Administração informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras de conduta e de relacionamento com Clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer a Instituição ou os seus Colaboradores num ilícito de natureza contra-ordenacional;
- Acompanhar e divulgar a legislação e regulamentos publicados pelas diferentes entidades de supervisão e de regulamentação; e,
- No âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo: assegurar a actualização das normas internas face às alterações da legislação vigente e a fiabilidade das aplicações informáticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo.

Área de controlo

Director Central: Filipe Meneses

Subdirector: Sónia Lilita Almeida

Número de colaboradores: 2

DC - Direcção de Contencioso

Principais funções:

- Assegurar o exercício da actividade pré-contenciosa e contenciosa do Banco, no que diz respeito ao incumprimento contratual dos seus Clientes;
- Apoiar, na sua esfera de actuação, todos os processos afectos a Advogados externos.

Área de negócio

Director Central: Joaquim Machado

Número de colaboradores: 5

Hugo Teles

Direcção de Private Banking

Principais funções:

- Colaborar com a Administração e com a Direcção de Marketing, na definição da estratégia comercial global e na proposta de valor respeitante ao segmento Private, promovendo a sua execução e implementação; e,
- Apoiar os Private Bankers na visita a Clientes de relevante importância, de forma a potenciar a captação de negócio, e nas acções de captação de Clientes de elevado potencial.

Área de negócio

Director Central: Stephan Silva

Número de colaboradores: 6

DE II - Direcção de Empresas II

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as atividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores de Centros: Marcília Gonçalves / Regina Guimarães

Número de colaboradores: 40

Direcção de Centros de Investimento

Principais funções:

- Desenvolvimento das melhores práticas de monitorização e prospecção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a concretização bem-sucedida de cada projeto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor;
- Acompanhamento de todo o ciclo do projecto de investimento, junto do Investidor, desde a sua concepção até ao momento de plena actividade do mesmo; e,
- Estudo de alternativas de investimento que acompanham a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Área de negócio

Director Central: Monalisa Dias

Número de colaboradores: 12

DPN III - Direcção de Particulares e Negócios III

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objetivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as atividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Susana Silva

Director Área: Carlos Santos / Hélio Lopes

Número de colaboradores: 118

Jaime Pereira

DIF - Direcção Internacional e Financeira

Principais funções:

- Coordenar a gestão da posição e do risco cambial e da gestão da liquidez do Banco e o cumprimento das reservas obrigatórias;
- Monitorizar o cumprimento dos limites de exposição aos riscos de mercado e de Contraparte;
- Controlar e assegurar o registo adequado nos sistemas do Banco de todas as operações realizadas;
- Assegurar o tratamento e registo, nos sistemas de informação apropriados, das operações concretizadas com Contrapartes, em tempo útil e de acordo com os procedimentos estabelecidos para o efeito;
- Colaborar na actualização do Preçário do Banco no âmbito dos Produtos e Serviços relacionados com a atividade da Direcção;
- Estabelecer o "pricing" de produtos cambiais (à vista e a prazo), de operações de Compra/Venda de Notas em Moeda Estrangeira e de operações de mercado monetário; e,
- Acompanhar a evolução dos mercados.

Área de negócio

Director Central: Irene Vezo

Directores Adjuntos: Lília Cunha

Número de colaboradores: 13

DPCG - Direcção de Planeamento, Contabilidade e Gestão

Principais funções:

- Elaborar as demonstrações financeiras e todos os demais elementos de prestação de contas do Banco;
- Produzir e reportar informação contabilística, prudencial, estatística e fiscal às entidades de supervisão e às autoridades fiscais, respetivamente, assegurando o cumprimento dos normativos contabilísticos e de exigências regulamentares e fiscais;
- Gerir a facturação de terceiros e pagamentos a terceiros.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Alzira Gama

Subdirectores: Edhylaine Tavares / Soraia Ramos

Número de colaboradores: 19

DR - Direcção de Risco

Principais funções:

- Obter uma visão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto no sentido de compreender os seus vários impactos, incluindo a evolução do capital interno;
- Implementar metodologias de gestão e medição de risco adequadas à materialidade e características de cada tipo de risco;
- Assegurar a implementação de um sólido e fiável sistema de gestão e medição de riscos que permita o tratamento integrado e segmentado dos riscos e a compreensão dos respetivos impactos;
- Fomentar o nível do controlo interno;
- Coordenar a elaboração e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio (PCN); e,
- Contribuir para o reforço de uma cultura interna de risco e melhoria da qualidade dos serviços. Área de apoio operacional e contabilístico.

Área de Controlo

Director Central: Joaquim Moutinho

Número de colaboradores: 1

GMC - Gabinete de Mercado de Capitais

Principais funções:

- Possibilitar aos Clientes a execução, num só ponto de contacto, dos principais instrumentos financeiros de mercado de capitais, estando a todo o momento garantidas as necessárias condições de fiabilidade, segurança e transparência;
- Promover a oferta de consultoria para investimento junto de Clientes do Banco que disponham de patrimónios elevados; e,
- Assegurar a organização e montagem de operações de mercado de capitais e dívida.

Área de apoio operacional e contabilístico

Responsável: Bruno Bastos

Número de colaboradores: 1

José Cândido

GAB - Gabinete Angola - Brasil

Principais funções:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Banco BIC Brasil, S.A. e os respectivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico

Responsável: José Carlos Silva

Número de colaboradores: 1

DPN IV - Direcção de Particulares e Negócios IV

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as atividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Paula Sousa

Director Área: Telmo Bernardo / Felícia Fortes

Número de colaboradores: 158

DPE - Direcção de Pagamentos e Estrangeiro

Principais funções:

- Abertura, manutenção e liquidação de operações documentárias e financiamentos externos, OPE's e OPR's;
- Efetuar as tarefas inerentes à compensação recebida; e,
- Efetuar as tarefas inerentes aos cheques s/Banco, pagos ou depositados nas Rede Comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Adjunto: Inês Carvalho

Subdirectores: Paulo Brito

Número de colaboradores: 31

Pedro M'Bidingani

DE III - Direcção de Empresas III

Principais funções:

- Definir e implementar as políticas de atuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respetiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as atividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Pedro Santos

Directores de Centro: Dacia Nascimento / Isabel Lopes

Número de colaboradores: 35

DM - Direcção de Marketing

Principais funções:

- Propor o lançamento de campanhas de dinamização comercial para sustentar os objetivos estratégicos do Banco, em especial as destinadas à comercialização de novos produtos e serviços, monitorizando a concretização dos objetivos definidos;
- Manter atualizados os conteúdos disponíveis na intranet e internet;
- Assegurar e validar a realização, por parte das Agências de Publicidade, de todos os materiais e peças publicitárias inerentes à implementação de campanhas ("spots" TV e rádio, anúncios de imprensa, "outdoors", "banners", folhetos, etc.);
- Coordenar e acompanhar a organização de todos os eventos, nomeadamente Reuniões de Quadros, Convenções e Aniversários;
- Implementar os processos necessários à edição de Relatórios e Contas, garantindo a coordenação com a Agência de Comunicação seleccionada para a edição e produção; e,
- Analisar, negociar e implementar todos os patrocínios, rentabilizando as contrapartidas face ao investimento e garantindo a correcta aplicação da identidade da marca nos diversos materiais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Mafalda Carvalho

Número de colaboradores: 4

DJRC - Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito

Principais funções:

- Analisar os processos remetidos pelas Redes Comerciais;
- Elaborar propostas de acordos de regularização de dívidas;
- Apoiar, na sua esfera de atuação, todos os processos afetos a Advogados externos;
- Dar resposta às consultas de índole técnico-jurídica, formuladas por todos os Órgãos do Banco; e,
- Elaborar contractos financeiros e comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Carlos Campos

Subdirector: Isilda Tavares / Nelson Guilherme

Número de colaboradores: 19

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Divulgação de informação quantitativa

No cumprimento do disposto no n.º 3 alínea d) ponto i) do art.º 22.º do Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 01/2013, de 22 de Março, divulgamos que as remunerações auferidas no exercício de 2015 pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do Banco, ascenderam a cerca de 162 milhões de Kwanzas.

Declaração anual sobre a política de remuneração

1. Remuneração dos Órgãos Sociais

- 1.1. A Política de Remunerações dos Órgãos Sociais do Banco BIC, S.A. em vigor no Exercício de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral em 9 de Abril de 2015, sob proposta do Conselho de Administração.
- 1.2. Na definição da Política de Remunerações não participaram quaisquer consultores externos nem existia uma Comissão de Remunerações.
- 1.3. A Política de Remunerações em 2015 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos.
- 1.4. Os administradores não executivos beneficiam apenas de uma remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.
- 1.5. Os membros do Conselho Fiscal beneficiam apenas de remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.
- 1.6. Remuneração dos membros da Comissão Executiva:
 - a) Todos os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa paga 14 vezes ao ano;
 - b) Anualmente, a Assembleia Geral procede à avaliação da Administração, considerando o cumprimento dos objectivos, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados bem como a sua origem e natureza, a sustentabilidade ou ocasionalidade dos mesmos, o risco associado à obtenção daqueles, o cumprimento normativo, o valor acrescentado para os Accionistas e a forma como a instituição se relacionou com outros stakeholders.

- 1.7. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral: Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões da Assembleia Geral definida e aprovada por esta Assembleia.

2. Remuneração dos Colaboradores

- 2.1. A Política de Remunerações dos Colaboradores do Banco BIC, S.A. em vigor no Exercício de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral em 9 de Abril de 2015, sob proposta do Conselho de Administração.
- 2.2. A avaliação de desempenho dos Colaboradores é anual e realizada pelo respectivo superior hierárquico e dos resultados depende a atribuição da componente variável da remuneração.
- 2.3. Os Colaboradores que mantêm uma relação jurídico-laboral com o Banco através de contrato de trabalho, não beneficiam de outras formas de remuneração que não as que decorram da normal aplicação do direito do trabalho, não beneficiando de nenhum sistema de prémios anuais ou de quaisquer outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo de eventualmente auferirem uma remuneração variável nos termos da política de remuneração em vigor.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A nossa visão exalta o empenho, de todos, na nossa missão, através do trabalho realizado com base nos nossos valores corporativos e que tem dado corpo ao nosso lema: Investimos Juntos, Crescemos Juntos.

VISÃO

Ser o melhor e maior Banco privado a operar em Angola, crescendo de forma sustentada, inovadora e oferecendo as melhores soluções aos Clientes, com permanente capacidade de renovação, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

MISSÃO

Sermos um Banco sólido, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com presença nacional e internacional, vocacionado para a criação de valor, parceiro das empresas das famílias, que

se distingue pela valorização dos seus activos, pela satisfação dos seus Clientes e pela realização dos seus colaboradores, sempre guiado por um comportamento de elevada responsabilidade ética e social.

VALORES

Transparecer em todos os nossos comportamentos, atitudes e decisões, os princípios, que nos servem de guia no exercício das nossas responsabilidades, e na conquista dos nossos objectivos.

ORIENTAÇÃO AO CLIENTE

Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A nossa dedicação e compromisso com os nossos valores fazem com que os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de excelência, que os ajudam a alcançar os seus objectivos pessoais e profissionais.



INOVAÇÃO

Observar e interpretar permanentemente o mercado para que possamos marcar a diferença num ambiente altamente competitivo não só pela antecipação de soluções e aquisição de novos conhecimentos como também pela criação de valor.

AMBIÇÃO

A permanente união entre a humildade pessoal e a ambição profissional permite-nos acreditar que podemos fazer sempre mais e melhor sendo esta crença uma das forças motrizes do crescimento profissional de cada um em particular e da equipa em geral.

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS COLABORADORES

Os Recursos Humanos são uma das grandes forças impulsionadoras do nosso crescimento e da concretização dos nossos objectivos estratégicos. Pautamos a nossa acção pela criação de condições de trabalho e planos de carreira individuais que propiciem a satisfação e elevem a motivação de todos assim como, privilegiamos o investimento contínuo no desenvolvimento das suas competências técnicas e comportamentais.

TRABALHO EM EQUIPA

A prossecução da nossa Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura obter equipas altamente eficazes e com capacidade para gerar sempre mais e melhor e assim superar os nossos próprios limites.

ALTO PADRÃO DE INTEGRIDADE

A acção de todos os colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco inspirados pelo enquadramento legal emanado pelas Entidades Reguladoras.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Onde quer que estejamos pugnamos pela criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento e procuramos estar plenamente integrados na Comunidade quer na envolvência com a população quer nos serviços prestados. Cada um dos colaboradores e a equipa como um todo, deixa como legado o nosso trabalho na construção de um mundo melhor para as próximas gerações

Estes valores (Orientação ao Cliente, Inovação, Ambição, Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores, Trabalho em equipa, Alto padrão de Integridade e Responsabilidade Social) traduzem a personalidade e a essência corporativa do Banco BIC e são a nossa inspiração para fazer mais, maior e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.





02

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- > ECONOMIA MUNDIAL
- > ECONOMIA ANGOLANA
- > POSICIONAMENTO DO BANCO BIC
NO SECTOR BANCÁRIO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

Depois da crise financeira de 2007/8, o mundo ocidental foi sujeito a políticas monetárias fortemente expansionistas procurando estimular o crescimento e levar a inflação para valores próximo de 2%, combatendo assim algumas ameaças de deflação. No que toca à inflação, os EUA estão mais próximos desse objetivo do que a Zona Euro.

Recorreu-se então às chamadas políticas monetárias não convencionais, designadamente impressão de moeda para compra de ativos financeiros ("Quantitative Easing") e alguns bancos centrais (BCE, Japão, Dinamarca, Suíça e Suécia) começaram a aplicar taxas de juro negativas aos depósitos que neles fazem os bancos comerciais. Com isso, esses bancos centrais pretendem desincentivar os bancos comerciais a aplicarem neles os excessos de liquidez que têm, tentando forçá-los a darem mais crédito à economia real, famílias e empresas, apoiando assim o investimento e o consumo, puxando pela procura agregada e pela inflação.

O problema é que essas taxas negativas por um período prolongado (como já acontecia aliás com taxas muito baixas) afetam a poupança e logo o investimento e podem levar a guerras cambiais na sequência de depreciações das moedas pois que os intermediários financeiros tenderão a deslocar o dinheiro para outros países ("carry trade") na busca de remunerações mais atrativas, até porque a procura de crédito continua deprimida.

Por outro lado, essas taxas de juro negativas acabam por contaminar os indexantes de crédito, tendo na Zona Euro (e não só) os indexantes de crédito recuado para terreno negativo, como já está a acontecer com a Euribor a 3 meses e a 6 meses, devendo a Euribor a 3 meses voltar a terreno positivo apenas em 2019.

Este terreno negativo dos indexantes de crédito afeta significativamente a rentabilidade dos bancos comerciais na medida em que reduz as taxas de juro ativas praticadas no crédito, enquanto os bancos continuam a remunerar positivamente os depósitos dos seus clientes.

Também alguns países começam a emitir dívida de longo prazo a taxas de juro negativas, como acontece com o Japão e poderá acontecer com a Alemanha.

Por outro lado já há países que têm Yields negativas da sua dívida soberana em mercado secundário: Suíça, Japão, Alemanha, Holanda, Áustria, Bélgica, França, Finlândia, Irlanda, Dinamarca, Suécia, República Checa, Eslovénia, Itália e Espanha.

EMPREGO, PRODUÇÃO E INVESTIMENTO

Cinco anos depois do início da recuperação da economia mundial, esta tarda em consolidar-se. Baixo crescimento da produtividade (de todos os fatores), dos salários e do produto potencial são as situações mais comuns e marcantes.

O baixo investimento tem sido desencorajado pela baixa procura, da mesma forma que o baixo investimento tem prejudicado, igualmente, o aumento da procura, num ciclo vicioso que tarda em quebrar-se. Os legados da crise de 2008 não deixam de influir ainda pesadamente: alta dívida pública e privada, instabilidade financeira, ajustamento ainda em curso da bolha de crédito.

Nos últimos 5 anos as previsões de crescimento falharam sempre por excesso. Os desvios ocorreram mais no produto e menos no emprego, revelando uma baixa de produtividade não prevista. Apesar da maior intensidade do emprego verificada, o baixo crescimento do produto teve como consequência a manutenção de elevados níveis de desemprego.

O crescimento nos países emergentes e em desenvolvimento continuou em desaceleração pelo quinto ano consecutivo e os países avançados continuaram a registar uma modesta recuperação da crise.

O Brasil e a Rússia entraram em recessão devido à baixa do preço do petróleo e no caso da Rússia também às sanções económicas sofridas.

O PIB mundial cresceu 3,1%, abaixo do valor registado em 2014 (3,4%). Nos países avançados o crescimento foi de 1,9%, sensivelmente idêntico ao ano anterior (1,8%).

A economia dos EUA continua a destacar-se com crescimento de 2,5% em 2015 e 2,4% em 2014.

Na Zona Euro, o PIB cresceu 1,5% e na União Europeia 1,9%. Estes valores representam uma aceleração face ao ano anterior: 0,9% (Zona Euro) e 1,5 % (União Europeia).

Nos países emergentes e em desenvolvimento o crescimento foi de 4% (contra 4,6% em 2014) o mais baixo desde a crise financeira de 2008.

Já há vários anos que o crescimento da China tem vindo a diminuir, mas em 2015 a quebra foi mais acentuada e inesperada. A economia chinesa continuou em desaceleração com um crescimento de 6,9% em 2015, face a 7,3% em 2014.

A evolução entre os países avançados é diferenciada. Os EUA e o Reino Unido já recuperaram o PIB atingido antes da crise e os respetivos produtos estão já muito próximos do potencial. O desemprego já está ao baixo nível registado durante o pico pré-crise de 2007. Estas performances foram possíveis - apesar das apreciações cambiais - devido aos dinâmicos mercados de trabalho, baixos preços do petróleo e boa situação financeira das famílias e apesar da revalorização cambial.

A Zona Euro e o Japão, apesar da desvalorização cambial provocada pela política monetária expansionista, conheceram crescimentos mais modestos. A produção ainda está afastada da capacidade de produção.

A recuperação da economia europeia, iniciada no segundo trimestre de 2013, continuou em 2015. A recuperação na Europa deve-se principalmente ao consumo privado. As empresas beneficiaram com a desvalorização do euro e queda dos preços da energia. O investimento cresceu moderadamente apesar da melhoria das condições financeiras proporcionadas pela política monetária expansionista.

O preço do petróleo continuou a tendência de queda acentuada. O preço do Brent em euros apresentou uma queda de 36,4%, seguindo-se a quedas mais moderadas de 9,3% em 2014 e em 2013 de 5,8%. O preço médio do barril foi de €28,3 em Janeiro (média móvel de 3 meses) representando o valor mais baixo dos últimos 12 anos (desde Abril de 2004).

A queda do preço do petróleo deveria estimular a procura mundial, dado que os importadores de petróleo têm maior propensão para gastar que os exportadores daquele produto.

Isto não ocorreu devido à instabilidade financeira e à redução verificada do investimento no sector energético, afetado justamente pela baixa rendibilidade devido à queda dos preços.

Na União Europeia, a taxa de desemprego caiu de 11%, no início de 2013, para 9%, no fim de 2015. O emprego teve forte recuperação aproximando-se do máximo histórico registado antes da crise.

Nos EUA a taxa de desemprego situou-se em 5%, representando a taxa mais baixa dos últimos 8 anos (desde Fevereiro de 2008).

A recuperação na União Europeia foi suportada pela procura de consumo, esta ajudada pela baixa inflação. O investimento, contudo, continua em baixos níveis com a procura de crédito das empresas estável, apesar da política monetária ultra expansionista.

Do grupo de países europeus onde foi necessário o resgate externo (Irlanda, Portugal, Grécia e Chipre) só a Grécia não está em recuperação. Irlanda, Espanha e Chipre cresceram acima da Zona Euro. A Irlanda está em franca recuperação, registando em 2015 um crescimento notável de 6,9%. Portugal e Chipre, embora mais moderadamente, registam ambos franca recuperação, com taxas de crescimento, em 2015, de, respectivamente, 1,4% e 1,5%.

A taxa de câmbio do euro tem vindo a diminuir desde Setembro de 2014. Em 2015 o euro depreciou-se 16,5% face ao dólar, 4,3% face ao lene e 10% face à libra esterlina. Em resultado desta depreciação, os países da Zona Euro ganharam, quase todos, quotas de mercado nos mercados internacionais.

Com a forte queda da taxa de câmbio do euro, a competitividade preço na Zona Euro inverteu, em 2015, a anterior tendência à queda. A taxa de câmbio efetiva nesta zona caiu 9,7% após aumentos de 0,2% em 2014 e 5% em 2013.

A queda dos preços do petróleo ajudou a manter baixa a inflação e a política monetária expansionista.

As taxas de inflação nos países avançados continuam a situar-se em níveis abaixo dos objetivos dos bancos centrais.

Nos países avançados os preços subiram marginalmente em 2015 (0,3%) contra a subida de 1,4% em 2014. Nos países emergentes e em desenvolvimento, a inflação manteve-se estável, próximo de 5%.

Na União Europeia a inflação situou-se em 0,23% enquanto nos EUA se fixou em 0,73.

A recuperação na Europa permitiu que a maior parte dos países reduzisse os seus déficits públicos. Na Zona Euro o deficit público agregado de todos os países em percentagem do PIB foi reduzido em 0,4 pontos percentuais no ano de 2015, fixando-se em 2,2%. O número de países a que se aplica ainda o Procedimento de Deficit Excessivo caiu de 16 em 2014 para 9 em 2015.

A queda dos juros da dívida soberana permitiu nos países avançados seguir, em geral, políticas orçamentais expansionistas. O deficit orçamental fixou-se, em 2015, em 2,5% na União Europeia, 4,2% nos EUA e 5,1% no Japão.

Nas economias avançadas as condições monetárias fáceis e as baixas taxas de juro de longo prazo reduziram os spreads e permitiram estabilizar a dinâmica das dívidas.

ÁFRICA SUBSARIANA

A região da África Subsariana que em 2014 teve um crescimento do PIB de 5,0%, continua a ser a segunda região do mundo com a taxa de crescimento mais alta embora registe em 2015 um crescimento de 3,8%, abaixo de 2014.

Os principais riscos da economia da região da África Subsariana compreendem a acentuada redução das receitas fiscais, para as economias dependentes das commodities; depreciações cambiais; abrandamento da economia chinesa; potenciais mudanças nas taxas de juro do FED - Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos da América) e por fim a descompressão dos prémios de riscos das obrigações nas economias avançadas.

Face a este panorama desfavorável, em alguns países da região o crescimento económico continua a manter-se firme, com crescimentos acentuados acima dos 7%, nomeadamente a República Democrática do Congo, Moçambique e Tanzânia com taxas de crescimento de 8,4%, 7,0% e 6,9% respectivamente, bem com Costa do Marfim e Etiópia ambos com taxas de crescimento da economia de 7%, apoiados essencialmente nos investimentos em infra-estruturas e no consumo privado.

Já outros países da região viram o seu crescimento económico a seguir a tendência mundial. Os exportadores de petróleo da região são os mais afectados, dado que a queda dos preços reduziu significativamente as receitas das explorações, obrigando-os a fazer um ajustamento orçamental, destacando-se nesta situação Nigéria e Angola. Existem ainda outros países que embora tenham ressentiado os impactos desta descida, o petróleo mais barato aliviou os custos da importação de energia.

A taxa de crescimento da economia para alguns países da região prevê-se mais baixa em 2015: Namíbia 4,4%, Zâmbia 4,3%, Ilhas Maurícias 3,2%, Ilhas Seychelles 4%, Madagáscar 3,4%, Botswana e Lesoto 2,6% e Zimbabwe 1,9%.

Relativamente às economias da região, nos últimos 12 meses, o nível geral de preços desacelerou na maior parte dos países situando-se, em Setembro de 2015, em -3,11% no Zimbabwe, 3,3% na Namíbia, 3,80% no Lesoto e 2,90% no Botswana, 4,60% na África do Sul, 2,00% nas Ilhas Maurícias, 6,10% na Tanzânia e 7,70% na Zâmbia. Essas quedas foram atribuídas principalmente à queda dos preços das matérias-primas, bens alimentares e metais. Por outro lado, a inflação homóloga acelerou para os 4,50% nas Ilhas Seicheles, 2,73% em Moçambique e 1,95% na República Democrática do Congo.

A região da África Subsariana que em 2014 teve um crescimento do PIB de 5,0%, continua a ser a segunda região do mundo com a taxa de crescimento mais alta embora registe em 2015 um crescimento de 3,8%.

A economia sul-africana decresceu para 1,4% em 2015 contra 1,5% em 2014, perspectivando-se uma redução para 1,3% em 2016. O fraco desempenho da economia sul-africana resultou da seca que afectou o país em 2015, da fraca procura externa, dos preços baixos das commodities e da desvalorização da moeda. Por outro lado deveu-se também a factores estruturais, especialmente à restrição no abastecimento de energia eléctrica, força de trabalho pouco classificada e escassez de infra-estruturas e a problemas políticos relacionados a má gestão dos fundos públicos. O final de 2015 também ficou marcado com a substituição do ministro das finanças por duas vezes.

Relativamente ao mercado monetário, a tensão no sector mineiro, a queda dos preços das commodities metálicas, as preocupações com o crescimento económico chinês e a expectativa de subida das taxas de juro por parte do FED, forçou o SARB – South Africa Reserve Bank (Banco central sul africano) a subir a sua taxa de juro de referência para travar a inflação em torno dos possíveis aumentos salariais da função pública e dos mineiros.

A taxa de inflação sul-africana manteve-se entre 3% e 6%, limites estipulados pelo banco central. Esta atenuação da evolução da taxa de inflação deve-se aos baixos preços das matérias-primas e à política monetária restritiva.

A Nigéria, suportada pela sua economia diversificada, prevê um crescimento favorável para 2015, mas com uma taxa mais atenuada de 4%, dado que em 2014 registou-se um crescimento de 6,3%, ainda assim, perspectiva-se uma ligeira aceleração da economia para 4,3% em 2016. A taxa de inflação aumentou de 7,9% em 2014 para 9,6% em 2015 conforme dados do FMI.

Tal como outros países exportadores de petróleo, a economia angolana ressentiou-se com a queda do preço do produto em mais de 50%. A taxa de crescimento do PIB real passou de 4,8% em 2014 para 4,0% em 2015. A taxa de inflação teve uma subida acentuada para 14,27% em 2015 contra os 7% objectivados pelo BNA. De modo a alavancar a economia foi necessário subir a dívida pública de 31% em 2014 para 45,8% do PIB em 2015.

A economia moçambicana manteve-se em 2015, de acordo com os dados relativos à taxa de crescimento abaixo dos 7%

em consequência da diminuição da entrada de investimento estrangeiro, política fiscal restritiva, queda das receitas externas e a desvalorização da moeda. A desvalorização do metical em cerca de 50% provocou um aumento da taxa de inflação e desgastou o stock de RIL obrigando o banco central a adoptar uma política monetária mais restritiva. Em 2016, o FMI antecipa um crescimento de 6,5% suportado pelos fortes investimentos nos projectos de gás natural e na produção de carvão.

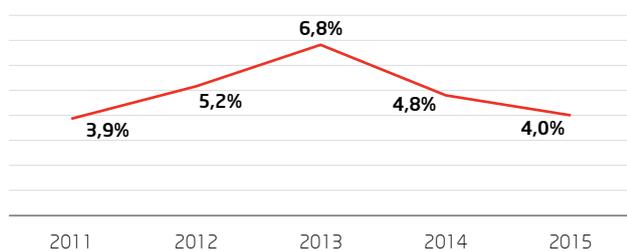
ECONOMIA ANGOLANA

O ano de 2015 foi bastante penalizante para a economia Angolana, fruto da redução do preço do petróleo e que, desta forma, contribuiu directamente para a queda das exportações líquidas. A excessiva oferta de petróleo no mercado internacional e o abrandamento das principais economias mundiais, contribuíram para a redução do preço do barril de petróleo em mais de 50% tornando inevitável o ajustamento da economia Angolana, que sofreu fortes quedas em 2015 nas receitas fiscais e nas receitas das exportações que terão caído em cerca de 40% face a 2014, induzindo a um elevado défice da balança de pagamentos e nas receitas fiscais em 2015.

O impacto negativo na economia foi inevitável, obrigando o Executivo Angolano a ajustar o Orçamento Geral do Estado (OGE) considerando pressupostos ainda mais conservadores, sendo que as receitas petrolíferas que constituíam a principal fonte de receitas do OGE, contribuindo em mais de 75% e constituindo a principal fonte das receitas fiscais, com um peso superior a 90%, foram reduzidas em 35,7%, alterando o seu valor de 4,1 trilhões de kwanzas para 2,6 trilhões de Kwanzas. De igual forma as despesas sofreram um corte de 33%, tendo o seu valor passado de 5,2 trilhões de kwanzas para 3,4 trilhões de kwanzas.

Genericamente observou-se um abrandamento da actividade económica, o que, naturalmente, levou à revisão em baixa das taxas de crescimento para 2015. A taxa de crescimento real do PIB foi de 4,0% para 2015, distanciando-se do previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento, que estimava um crescimento para a economia Angolana para 2015 de 8,8%, com 9,8% para o PIB petrolífero e 5,3% para o PIB não petrolífero.

Crescimento Real do PIB (em %)

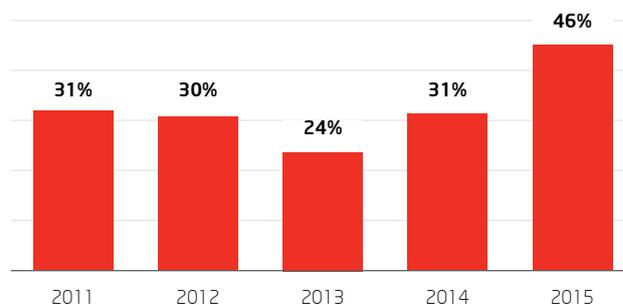


A excessiva oferta de petróleo no mercado internacional e o abrandamento das principais economias mundiais, contribuíram para a redução do preço do barril de petróleo em mais de 50% tornando inevitável o ajustamento da economia Angolana.

A dívida pública Angolana aumentou significativamente para cerca de 46% do PIB, tendo as Reservas Líquidas Internacionais atingido os USD 24.550 milhões, equivalentes a cerca de 6 meses de importações. A inflação atingiu 14,27%, excedendo o objectivo inicial do Banco Nacional de Angola de um máximo de 9%.

Neste cenário, a exposição da economia Angolana a choques externos será cada vez maior com a conjuntura económica actual do país, caracterizada pela redução das reservas internacionais e das exportações, com um maior endividamento externo e interno do País, como forma de suprir as despesas correntes e de capital.

Dívida Pública (% do PIB)



Após anos de pujantes crescimentos, 2015 foi um ano de forte abrandamento, com impacto negativo quer a nível das empresas, quer a nível dos particulares, face à dificuldade nos pagamentos ao exterior, ao aumento das taxas de desemprego, aos atrasos nos pagamentos do estado, ao aumento da inflação e à redução dos salários reais e consequente redução do poder de compra.

PRODUTO INTERNO BRUTO

O ano de 2015 ficará marcado por reajustes permanentes dos cenários macroeconómicos e muitas incertezas nas perspectivas de recuperação dos preços do petróleo, onde após áureos anos de

um significativo crescimento económico, ocorre uma desaceleração da economia, sendo que as metas inicialmente projectadas estiveram muito aquém do cenário verificado.

O BNA, ao longo do ano de 2015, procedeu a várias desvalorizações do Kwanza face ao Dólar, levando a uma desvalorização acumulada na ordem dos 30%.

Os constrangimentos que continuam a dificultar a actividade económica são um obstáculo ao cumprimento dos objectivos estratégicos de diversificação da economia Angolana. A diversificação constitui o veículo da sustentabilidade de longo prazo, para a potenciação da arrecadação de receitas não petrolíferas e melhoria da auto-suficiência do País, através da gradual substituição das importações. A produção interna angolana ainda é bastante reduzida face à procura de mercado, estando muito dependente do sector petrolífero que apesar de ter registado baixas de preços foi, ainda assim, um dos sectores que também contribuiu para o crescimento real do PIB.

Crescimento do PIB real - Óptica da produção

(variação percentual anual)

	2013	2014	2015	2016 Proj.
PIB pm	6.8	4.8	4.0	3.3
Sector petrolífero	-0.3	-0.8	2.3	1.5
Sector não-petrolífero	7.2	5.6	1.7	1.9
Agricultura	42.3	11.9	2.5	4.6
Pescas e derivados	2.4	19.1	2.0	0.2
Diamantes e outros	3.3	1.0	3.2	1.0
Petróleo	-0.9	-2.6	7.8	4.8
Indústria transformadora	8.6	8.1	2.6	3.1
Construção	8.1	8.0	3.5	3.1
Energia	34.4	17.3	12.0	20.0
Serviços mercantis	7.0	8	2.2	2.4
Outros	0.7	6.0	1.1	0.0

Fonte: MINFIN

De acordo com os dados do Ministério das Finanças, a taxa de crescimento do PIB real foi de 4,0% em 2015, correspondendo a um abrandamento de 4 pp quando comparado com o previsto pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde a produção petrolífera apresenta um crescimento de 7,8% em consequência do aumento da produção em alguns blocos, apesar da instabilidade de preços. O sector não petrolífero foi o que mais se ressentiu da queda do preço do petróleo, mas ainda assim com um crescimento positivo na ordem dos 1,7% que compara com os 5,6% verificados em 2014. Em termos de contributos dos sectores para o crescimento do PIB global, e apesar dos choques externos, o sector petrolífero foi o que mais contribuiu com 2,3%, contrariamente ao ano de 2014.

O crescimento no sector não petrolífero foi suportado pelos sectores da energia (12%), construção (3,5%), diamantes e outros (3,2%), indústria transformadora (2,6%) e agricultura (2,5%). A dinâmica da economia agrícola continua a ser marcada por fortes abrandamentos, traduzindo uma trajectória instável e insustentável do referido sector, que em 2012 teve um crescimento negativo em virtude da profunda estiagem que assolou o País. Perspectiva-se uma maior aposta do executivo em projectos que contribuam para a diversificação da economia, aliado ao esforço de atracção do investimento privado, promovendo assim um aumento da produção nacional interna e incremento das exportações a curto prazo.

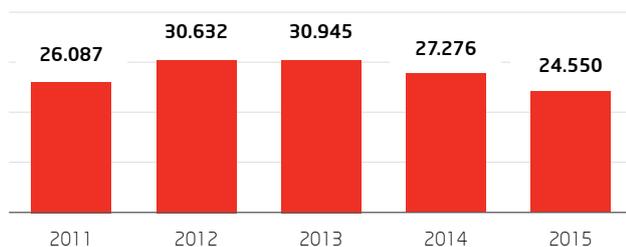
O endividamento público para o relançamento da economia será importante face à crise, para que as acções da não dependência do petróleo se tornem possíveis. A configuração de novas modalidades de gestão da actividade financeira do Estado tornam-se necessárias e, neste sentido, o Programa de Potenciação da Receita Tributária tem uma dinâmica mais alargada, podendo haver um aumento da receita tributária não petrolífera, dando maior contributo nas receitas dos próximos anos.

Reservas Internacionais e Sector Petrolífero

As reservas internacionais líquidas reduziram-se significativamente com a queda do preço da principal commodity, registando uma diminuição de 20% de 2012 para 2015, equivalentes a cerca de USD 6 mil milhões de dólares.

O nível corrente das reservas internacionais apesar de terem registado uma contracção em 2015 continuaram estáveis e em patamares considerados adequados para servir como buffers para os desequilíbrios da balança de pagamentos, registando assim em 2015 um stock de USD 24.550 mil milhões de dólares, representando uma diminuição de cerca de 8,6%, quando comparado a Janeiro de 2015, inviabilizando desta forma a manutenção do volume de vendas de divisas aos bancos comerciais pelo BNA.

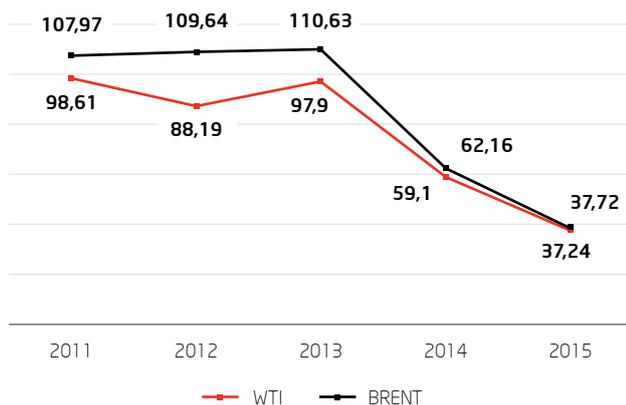
Reservas Internacionais Líquidas



A evolução da actividade petrolífera tem sido predominante na definição dos níveis de stock das reservas internacionais líquidas, uma vez que se tem registado uma diminuição significativa das receitas de exportações de petróleo. As receitas petrolíferas caíram em mais de metade e segundo dados do orçamento do estado revisto, em 2015 as receitas petrolíferas até o 3º trimestre foram de 449 mil milhões de Kwanzas (cerca de 3 mil milhões de dólares), menos 42,13% quando comparadas ao período homólogo.

A dinâmica actual do preço do petróleo nos mercados internacionais continua insustentável, em função das incertezas em torno da evolução das forças de mercado e factores especulativos. No ano de 2015, o preço spot do petróleo Brent registou uma queda de 39%, em termos acumulados, passando o preço de 62,16 US\$/bbl em Dezembro de 2014 para 37,72 US\$/bbl em Dezembro de 2015.

Evolução do preço do Petróleo

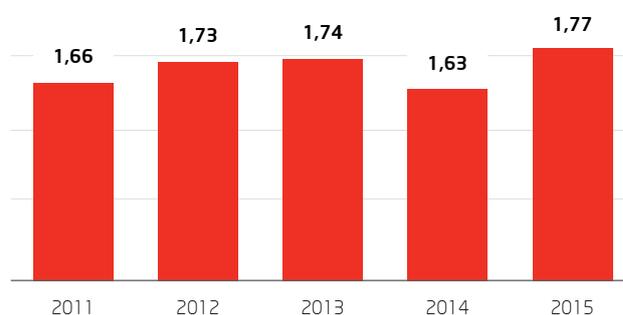


Apesar da quebra abrupta do preço do crude no mercado internacional e com as receitas fiscais relacionadas com esta commodity a caírem, a quantidade de petróleo bruto exportado pelo país aumentou de 599 milhões de barris em 2014 para 645 milhões de barris em 2015, ajudando a compensar em parte a queda dos preços, embora se registre a quebra significativa das receitas.

O arranque de novos projectos potenciou o crescimento da produção petrolífera, que no 1º trimestre de 2015 subiu para 1,76 milhões de barris por dia (mbd), e 1,77 (mbd) no segundo trimestre, representando uma média de 1,74 milhões de barris por dia, superior em 1,63 (mbd) na totalidade do ano anterior. A implementação eficaz da política fiscal será determinante para a evolução da produção petrolífera, assegurando constrangimentos susceptíveis de reduzirem a produção para níveis abaixo do previsto, ou mesmo a retoma de um crescimento negativo.

Produção de Petróleo

Em milhões de barris/dia



Mercado Cambial

A conjuntura económica em 2015 potenciada pela redução do preço do petróleo, levou a uma diminuição da entrada de moeda estrangeira no país e consequentemente, menor disponibilidades de divisas para liquidação das transacções com o exterior, quer a nível do estado quer a nível das empresas e particulares. Estes factos contribuíram significativamente para a existência de um desequilíbrio no mercado cambial criando uma pressão cambial significativa que culminou na depreciação da moeda nacional. Adicionalmente, o diferencial entre as taxas de câmbio dos mercados formal e informal aumentou significativamente, para spreads acima dos 100%.

O BNA, ao longo do ano de 2015, procedeu a várias desvalorizações do Kwanza face ao Dólar, levando a uma desvalorização acumulada na ordem dos 30%. Esta depreciação cambial surge num momento em que a entrada de divisas na economia tem sido inferior desde o 2º semestre de 2014 até à actualidade, no seguimento da diminuição do preço do crude nos mercados internacionais e, consequentemente, das receitas petrolíferas. Este é um dos factores que, naturalmente, contribuiu para a aceleração da inflação desde o início do processo de desvalorização.

A conjuntura económica em 2015 potenciada pela redução do preço do petróleo, levou a uma diminuição da entrada de moeda estrangeira no país e conseqüente, menor disponibilidade de divisas.

Evolução das Taxas de Câmbio

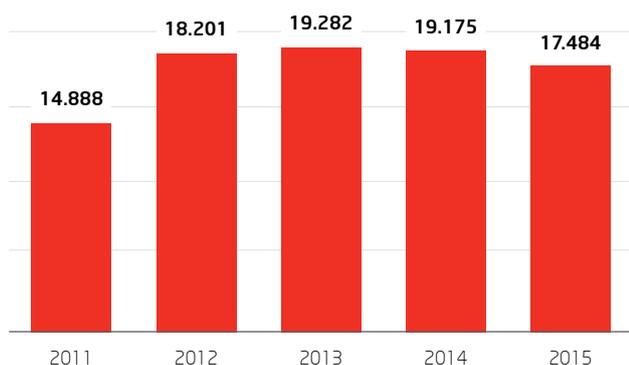


No âmbito da gestão coordenada das políticas cambiais o Executivo adoptou um conjunto de medidas restritivas, nomeadamente a obrigação dos bancos comerciais constituírem junto do BNA uma reserva específica em moeda nacional, de montante correspondente ao contravalor das necessidades de moeda estrangeira pretendida. Em paralelo, o BNA para além da venda de divisas por leilão, passou a ter uma actuação no mercado cambial através de vendas dirigidas a sectores considerados como prioritários pelo Executivo.

O BNA vendeu um total de USD 17.484 milhões de dólares aos Bancos Comerciais em 2015, (correspondendo a uma média mensal de USD 1.457 milhões), e um total de 19.175 milhões de dólares em 2014.

Vendas de Divisas do BNA

Em milhões de USD



Fonte: BNA

Importa salientar, que durante o ano de 2014, a compra de divisas ao BNA representou 55% das operações executadas, e em 2015 representou cerca de 96% das operações executadas, evidenciando alguma dependência, uma vez que, com excepção do sector petrolífero, que desde Novembro de 2015 passou a vender as divisas ao BNA, em substituição dos Bancos Comerciais, as receitas de exportação de outros sectores não são relevantes para fazer face às responsabilidades com o exterior.

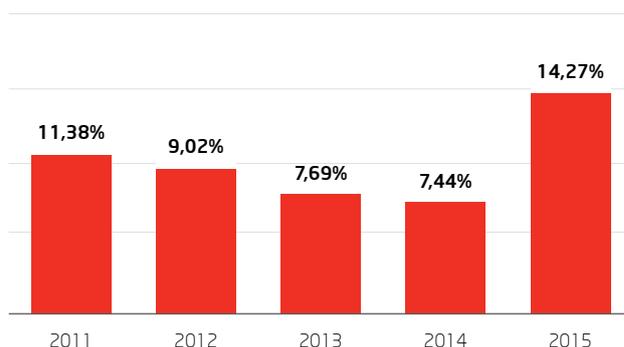
A trajectória descendente do preço do barril do petróleo levou a uma forte diminuição do valor das exportações de crude e a uma diminuição da acumulação de reservas em moeda externa. As orientações restritivas das políticas fiscais e monetárias centraram-se na preservação da estabilidade macrofinanceira, traduzida pelo asseguramento da solvabilidade externa da economia, o controlo da inflação e o financiamento do Tesouro do Estado, sem comprometer o rácio da dívida, por forma a permitir a execução da despesa pública.

Inflação e Mercado monetário

A evolução dos últimos anos revelou uma economia muito dependente do petróleo, colocando em causa a pretensão de Angola em tornar-se uma economia de referência da região subsariana. As políticas monetárias adoptadas ao longo do ano de 2015 tiveram o objectivo de controlar o nível geral de preços e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

A inflação acumulada de 2014 fixou-se em 7,44%, quando em Dezembro de 2015 a taxa acumulada foi de 14,27% registando-se um aumento percentual de 91,8% para esta inflação foram determinantes três factores: a desvalorização da moeda nacional face ao dólar norte-americano, representando uma correcção de cerca de 30% face a Dezembro de 2014, o ajustamento do preço dos combustíveis que deixam de ter a comparticipação do Estado, passando para regime de preço livre e o aumento dos preços dos bens importados em detrimento da redução das divisas no mercado por via das exportações petrolíferas.

Inflação Anual Acumulada

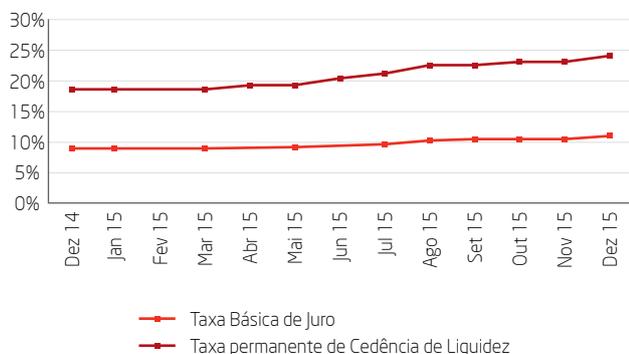


Os ajustes continuam a ser necessários, de forma a garantir a preservação da solvabilidade externa da economia e o controlo da trajectória da taxa de inflação. Todavia, as características estruturais da economia nacional, de exportador de petróleo e de elevada dependência das importações e receitas petrolíferas, providenciam almofadas limitadas para um aprofundamento mais eficaz da função monetária.

Foram várias as medidas de “aperto da política monetária”, adoptadas pelo Governo angolano: a 3 de Junho, através do Instrutivo nº 3/2015, o Governo aumentou, para 25% (dos anteriores 20%), o coeficiente das reservas de caixa obrigatórias incidentes sobre os saldos das responsabilidades em moeda nacional; a 4 de Junho, através do Instrutivo nº 10/2015, determinou que os Bancos participantes nas sessões de compra e venda de divisas passassem a constituir, no momento em que comunicam ao BNA o volume das necessidades em divisas para a sem na seguinte, uma reserva específica, em kwanzas, de montante correspondente ao das necessidades em moeda estrangeira comunicadas. Essa reserva, que não é elegível para efeito do cumprimento das reservas obrigatórias, deve permanecer imobilizada para assegurar a cobertura, exclusivamente, das operações de compra de divisas ao BNA.

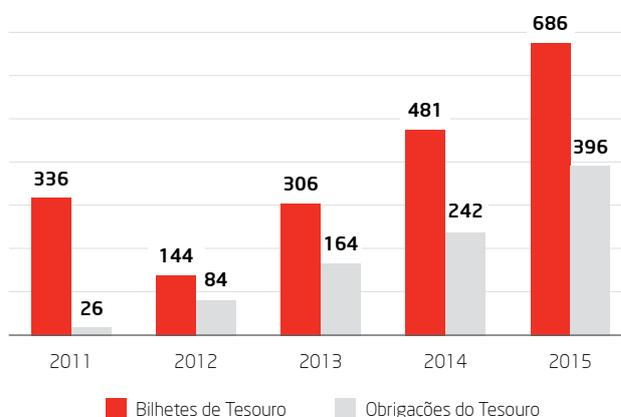
Ainda a 29 de Junho, o Comité de Política Monetária decidiu aumentar a taxa básica de juro, de 9,25% para 9,75% e a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez, de 10% para 10,5% (esta última havia sido aumentada de 9,75% para 10% em Abril de 2015). Os Bancos Centrais aumentam a taxa básica de juro como uma medida de controlo da massa monetária em circulação e tal como a inflação a taxa de juro base, teve sucessivas alterações durante o ano. A primeira ocorreu no 1º trimestre de 2015, passando de 9% para 9,25%, no 3º trimestre de 10,25% para 10,50%, e no 4º trimestre de 10,50% para 11%, havendo uma variação de 17% de Fevereiro de 2015 a Dezembro de 2015.

Indicadores Macroeconómicos



Com a queda do preço do petróleo e no contexto dos desequilíbrios macroeconómicos que se registaram, o Estado recorreu a emissão de dívida para garantir o funcionamento do Estado e a concretização de vários projectos públicos, observando-se no mercado de títulos um aumento em 33% das emissões de papéis do Tesouro no corrente ano, comparativamente ao período homólogo de 2014. No ano de 2015 foram colocados no mercado títulos no montante de AKZ 1.081,09 mil milhões, sendo AKZ 685,56 mil milhões em Bilhetes do Tesouro (BTs) e AKZ 395,53 mil milhões em Obrigações do Tesouro (OTs), para a gestão corrente do Tesouro Nacional.

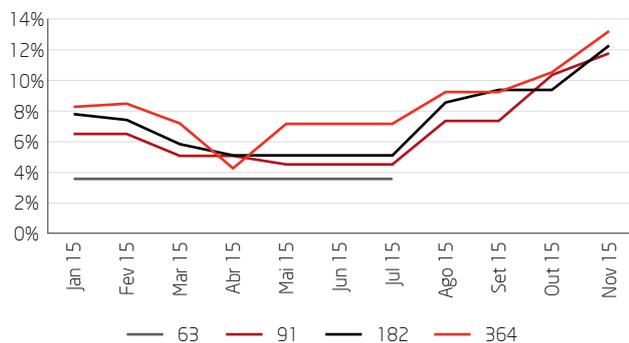
Emissão de Títulos



As taxas de juro médias dos Bilhetes do Tesouro (BTs) atingiram, no período de Janeiro a Dezembro de 2015, os níveis de 7,27%, 8,07% e 8,00% para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, sendo que as taxas, para as mesmas maturidades, atingiram no final de Dezembro, 13,90%, 14,95% e 12,60%, respectivamente. Este comportamento do custo da dívida pública traduz um agravamento comparativamente ao período homólogo de 2014, em que as taxas de juro médias dos BTs foram de 4,28% a 91 dias; 4,80% a 182 dias; e 7,92% para a maturidade de 364 dias, dada a maior necessidade do tesouro obter financiamento a curto prazo.

Relativamente as Obrigações do Tesouro com as maturidades de 2, 3, 4 e 5 anos, as respectivas taxas de juro mantiveram-se estáveis durante o corrente ano, com taxas de 7,00%, 7,29%, 7,55% e 7,81%, respectivamente.

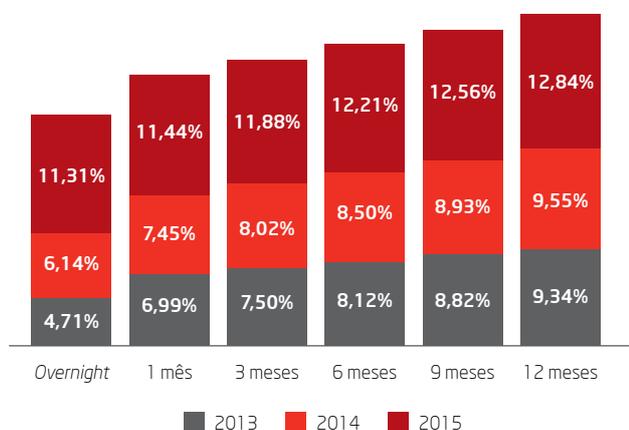
Taxas de Juro - Bilhetes de Tesouro



Face às alterações de política monetária verificadas observou-se uma subida das taxas de juro do mercado monetário interbancário, sendo que no final de Maio, a taxa overnight (O/N), estava em 6,63%, tendo passado para 13,26% em Setembro e finalizando o ano de 2015 em 11,29%. O aumento das taxas deveu-se essencialmente à entrada em vigor do instrutivo 10/2015, relativo ao reforço das reservas obrigatórias, bem como do instrutivo 12/2015 relativo a prévia constituição pelos clientes de um cativo em kwanzas, para a realização de operações de compra de moeda estrangeira.

Nas taxas Luibor a 3, 6 e 12 meses registou-se um aumento ao longo do ano, sendo que em Janeiro as taxas de referências eram de 8,29%, 8,91% e 9,75% respectivamente, e a 31 de Dezembro 11,88%, 12,21% e 12,84% respectivamente. Este aumento tornou os empréstimos entre Bancos mais caros, bem como o crédito à economia, uma vez que é a taxa de referência para a concessão de crédito.

Luibor BNA



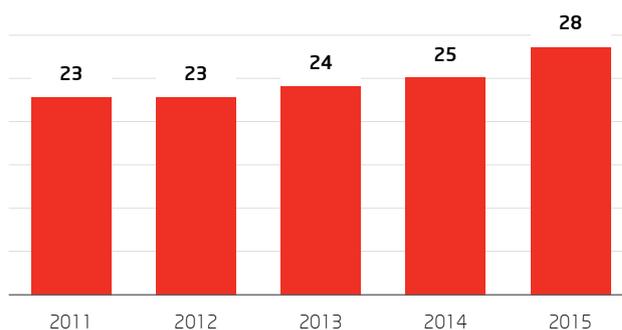
Face às alterações de política monetária verificadas observou-se uma subida das taxas de juro do mercado monetário interbancário.

Na generalidade, a evolução das taxas de juro dos papéis reflectiu o aumento das necessidades de financiamento do Executivo, devido à redução das receitas provenientes do sector petrolífero e ao aumento do risco em resultado das perspectivas de abrandamento económico. O que poderá advir deste aumento de financiamento interno através do mercado primário de títulos é a limitação de concessão de crédito ao sector privado, comprometendo a contribuição deste sector para o crescimento da economia.

Indicadores do Sector Bancário

O aumento da taxa de bancarização da população Angolana continua a ser prioritário para o sector bancário. Tendo em consideração os últimos dados a população Angolana bancarizada em 2014 fixou-se em, aproximadamente, 47%, potenciado pelo crescimento registado nas contas 'bankita à ordem', que em 2014 apresentou um número de adesões de 36,8%.

Evolução das Instituições Financeiras Autorizadas



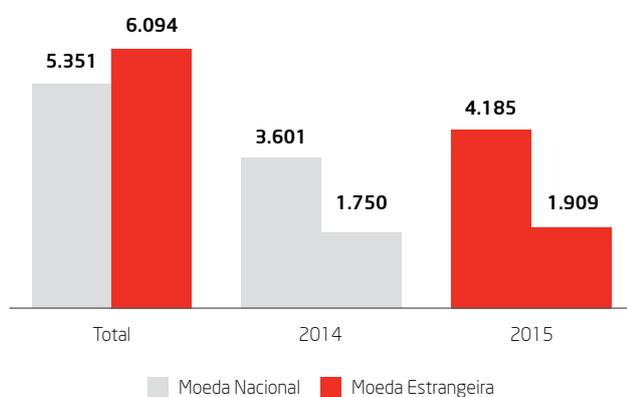
O crescimento do sector bancário tem sido possível através da expansão da rede de agências, a disponibilização de canais de distribuição alternativos, assim como os meios electrónicos. Consta igualmente a capitalização do crescimento dos níveis de bancarização da população da classe média, a estruturação de produtos e serviços bancários com maior complexidade e o retorno associado a esses produtos orientados para os segmentos de mercado específicos. Assim, o estabelecimento de acordos entre entidades públicas e privadas para desenvolvimento de

projectos estruturantes para o País tem sido a mola impulsadora para a elevação dos níveis de bancarização da população no circuito monetário.

Assim, em 2015, o valor agregado dos depósitos de clientes foi de 6.095 mil milhões de kwanzas, o que representou um crescimento anual de 14% face a 2014. Este crescimento foi potenciado maioritariamente pelos Depósitos à Ordem, que representam mais de 50% do total de depósitos. Em 2015, os depósitos em moeda nacional representaram 69% (67% em 2014) do total de depósitos, reflectindo desta forma o fenómeno da desdolarização da economia Angolana.

Depósitos Totais

Em mil milhões de kwanzas

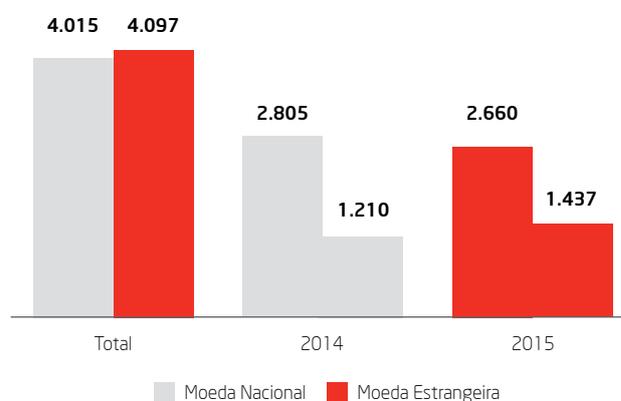


O crédito concedido, à semelhança da generalidade das rubricas financeiras no mercado Angolano, apresentou taxas de crescimento positivas, mas inferiores às registadas em 2014. Em 2015, o crédito concedido (crédito bruto) apresentou um crescimento de 2,01%, abaixo do crescimento registado em 2014 (9,55%). O crédito concedido a clientes continua a apresentar uma tendência crescente, embora com um ritmo menos expressivo do que nos anos anteriores, devido ao abrandamento da actividade económica, com normas de concessão mais restritivas, reflexo das políticas monetárias adoptadas pelo BNA, bem como por cada Banco em particular. O seu valor agregado correspondeu a 4.096 mil milhões de kwanzas, sendo que o crédito concedido em moeda nacional, (embora com um peso de 65% sobre a carteira), registou um decréscimo de 5% e o crédito em moeda estrangeira um aumento de 19%. A concessão de financiamentos de longo e médio prazo ao sector empresarial para projectos de desenvolvimento da economia, nomeadamente no âmbito do Angola Investe, tem sido a estratégia para tentar reduzir a dependência externa e as importações.

A diversificação constitui o veículo da sustentabilidade de longo prazo, para a potenciação da arrecadação de receitas não petrolíferas e melhoria da auto-suficiência do País.

Crédito Total

Em mil milhões de kwanzas



A evolução verificada na captação de recursos e concessão de crédito, reflecte o papel crucial que o sector bancário mantém no desenvolvimento estrutural e continuado da economia Angolana, apoiando empresas e particulares na resposta às suas necessidades de investimento, permitindo assim a diversificação estrutural da economia.

Os desenvolvimentos apresentados ao nível do sector bancário têm potenciado o crescimento continuado da população bancarizada Angolana. As instituições bancárias continuam na execução das suas estratégias de crescimento para as zonas urbanas e rurais, quer para clientes particulares, quer empresariais e institucionais, através do aumento da rede de canais presenciais (balcões e centros de empresas) e da proliferação do acesso a diferentes meios de pagamento e exploração de canais electrónicos para a realização das principais actividades bancárias, reforçando assim a tendência observada nos últimos anos.

Não obstante os crescimentos verificados nos últimos anos, com algum abrandamento em 2015, as perspectivas actuais para a economia Angolana e a crescente competitividade potenciada pelo elevado número de Instituições Financeiras, poderão ameaçar a rentabilidade global do sector. Para 2016 prevêem-se muitos desafios para a Banca Angolana, nomeadamente ao nível do controlo de custos operacionais, das imparidades do crédito e de uma cada vez maior adequação às normas internacionais de Compliance.

POSICIONAMENTO DO BANCO BIC NO SECTOR BANCÁRIO

As perspectivas económicas no ano de 2015 foram ensombradas pela queda substancial dos preços do petróleo no mercado internacional, dada a ainda substancial dependência das receitas provenientes do sector petrolífero, que condicionou o desempenho da economia Angolana como um todo e que se reflectiu nas principais variáveis económicas e financeiras.

Um dos principais impactos ocorreu com a redução substancial do mercado cambial, na ordem dos 40% face ao volume transaccionado em 2014, que, desta forma, veio atrasar e diminuir os pagamentos ao exterior, com reflexos negativos ao nível da actividade das empresas e dos particulares. Naturalmente que esta situação, associada à desvalorização cambial ocorrida, se veio traduzir num menor volume de negócios das empresas e num menor poder de compra para os particulares, bem como numa menor capacidade de ambos de responder da mesma forma aos compromissos assumidos.

No âmbito das políticas cambiais o Executivo adoptou um conjunto de medidas restritivas, nomeadamente a obrigação dos bancos comerciais constituírem junto do BNA uma reserva específica em moeda nacional, de montante correspondente ao contravalor das necessidades de moeda estrangeira pretendida. Em paralelo, o BNA para além da venda de divisas por leilão, passou a ter uma actuação no mercado cambial através de vendas dirigidas a sectores considerados como prioritários pelo Executivo. Adicionalmente, através do Instrutivo nº 3/2015, o Governo aumentou, para 25% (dos anteriores 20%), o coeficiente das reservas obrigatórias incidentes sobre os saldos das responsabilidades em moeda nacional.

Consequentemente, o sistema bancário nacional também se ressentiu dos efeitos da crise, tendo o crédito concedido à economia passado de USD 39 mil milhões para cerca de USD 30 mil milhões, uma contracção na ordem dos 22%. Quanto à captação de depósitos, apesar do crescimento em moeda nacional, ocorreu um decréscimo na ordem dos 13% quando convertidos para USD. Ambos os indicadores ficaram naturalmente afectados pela desvalorização cambial do AKZ/USD, na ordem dos 30%, ocorrida durante o exercício de 2015.

Perante este cenário, de um enquadramento económico menos favorável, de inflação, de taxas de juros mais altas e de redução da massa monetária, o Banco BIC focou-se num maior controlo de custos da sua estrutura, numa maior prudência na concessão e análise de novos financiamentos e numa gestão de liquidez

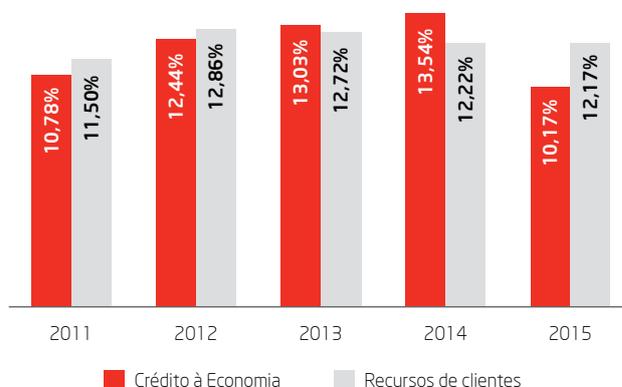
mais orientada para as necessidades de curto-prazo, bem como, face ao enquadramento internacional, numa cada vez maior adequação às exigências de Compliance.

Ainda assim, neste contexto, o ano de 2015 foi positivo para o Banco BIC, no que diz respeito à evolução dos seus principais indicadores de negócio. A evolução positiva dos indicadores só foi possível graças a um maior dinamismo comercial, suportado pelas mais de 220 unidades comerciais. A carteira de crédito, medida em Kwanzas, cresceu 19% face a Dezembro de 2014 e os depósitos de clientes apresentaram uma evolução positiva de 8% comparativamente a Dezembro de 2014.

Neste contexto, nas suas intervenções no mercado cambial, o BNA disponibilizou aos bancos comerciais em 2015, por meio de leilões realizados no mercado primário, recursos cambiais avaliados em USD 17.484,26 Milhões, o que representa uma queda de 8,82% face ao ano de 2014. O Banco BIC comprou, ao longo do ano de 2015 um montante de, aproximadamente, 2.344 milhões.

O volume de crédito cresceu a taxas sustentáveis e compatíveis com o risco, tendo o Banco, a 31 de Dezembro de 2015, uma carteira de crédito concedido à economia de USD 6.219 milhões, obtendo assim uma quota de mercado de cerca de 10% em 2015.

Quotas de Mercado



A actividade de crédito tem igualmente um papel indispensável no suporte aos esforços em curso de diversificação da economia angolana, funcionando como dinamizador dos diferentes sectores

da economia. Foi neste contexto que o Banco BIC aderiu em 2013 ao Angola Investe (que inclui uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantias públicas), tendo aprovado cerca de AKZ 12 biliões de Kwanzas até 31 de Dezembro de 2015, correspondendo a um total de 37 projectos, dos quais 32 já se encontram em execução.

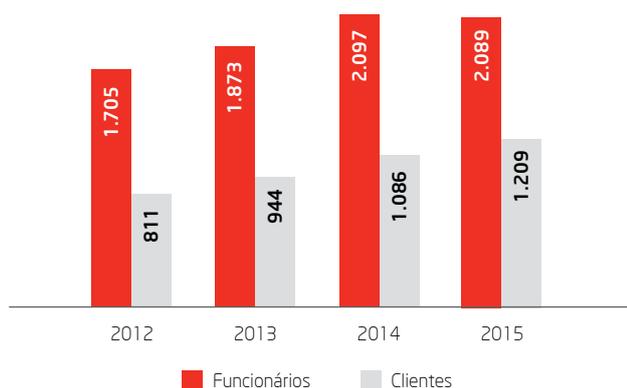
Desta linha de crédito, até 2015, já foram desembolsados cerca de AKZ 9 biliões, no âmbito do programa Angola Investe, sendo que as províncias beneficiadas foram Luanda, Kwanza-Sul e Kwanza-Norte, Bengo, Benguela, Uíge, Bié, Huíla e Huambo. Os sectores com maiores concessões foram a Indústria Transformadora a Agricultura e Pesca com um total de 18 e 11 projectos, respectivamente.

O crescimento que o Banco BIC alcançou, até à data, implicou investimentos substanciais em infra-estruturas e tecnologias da informação e no capital humano, pilares indispensáveis para o mercado bancário. No entanto, face ao enquadramento supramencionado, verificou-se em 2015 um abrandamento no investimento em infra-estruturas e tecnologia.

Assim sendo o Banco BIC reforçou de forma mais moderada a rede de balcões com abertura de mais 4 agências totalizando, desta forma, 223 agências em todo território nacional, atendendo uma base diversificada de clientes, a fim de manter uma estratégia eficaz, equilibrada e de geração de valor para os mesmos. O quadro de colaboradores teve uma redução de 16 colaboradores, para um total de 2.081, tendo em conta a política de redução de custos verificada.

Indicadores de Mercado

Em milhares



O Banco BIC mantém a sua filosofia de banco de portas abertas e de proximidade, sempre receptivo aos que procuram os produtos e serviços bancários. Com base nesta filosofia, a base de clientes teve um crescimento de mais de 122.000 clientes, totalizando cerca de 1.209.000 de clientes.

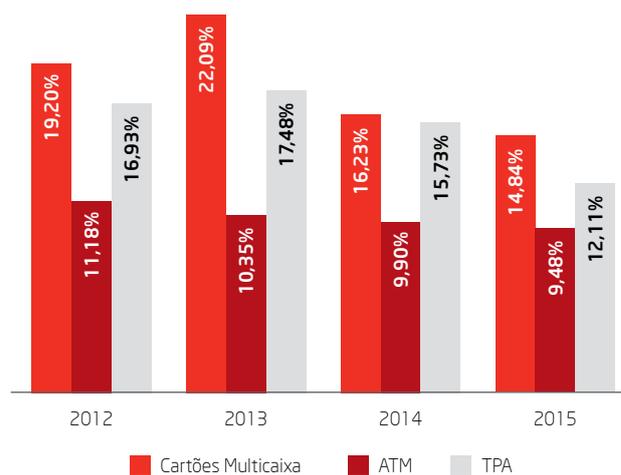
O volume de crédito cresceu a taxas sustentáveis e compatíveis com o risco, tendo o banco, em 2015, uma carteira de crédito concedido à economia de USD 6.219 milhões.

A permanente aposta na diversificação e na qualidade da sua oferta e prestação de serviços bancários, são visíveis com a disponibilização à rede de um total de 252 ATM's, representando um aumento de 2,44% comparado com o ano anterior, estando a totalidade de ATM's distribuídos a todo território nacional dando maior possibilidade às populações de efectuarem as suas transacções a qualquer altura do dia.

A nível de TPA's foram contabilizados em 2015 um total de 4.188, juntos dos nossos clientes representando 12,11% do total disponível no mercado.

A nível dos cartões, um dos segmentos da oferta de produtos e serviços, encontravam-se emitidos um total de 507.692 cartões em 2015, o que representa um aumento de 3% face ao ano anterior.

Quotas de Mercado





Baía de Luanda

03

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- > PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO
- > REDE DE DISTRIBUIÇÃO
E PRESENÇA GEOGRÁFICA
- > MARCOS HISTÓRICOS
- > MARKETING E COMUNICAÇÃO
- > RECURSOS HUMANOS



PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO

Desde a constituição do Banco BIC que a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada cliente são um dos pilares estratégicos e de diferenciação do Banco BIC.

A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente estando, deste modo, dividida em quatro segmentos principais, nomeadamente Particulares e Negócios, Private Banking, Investimento e Empresas.

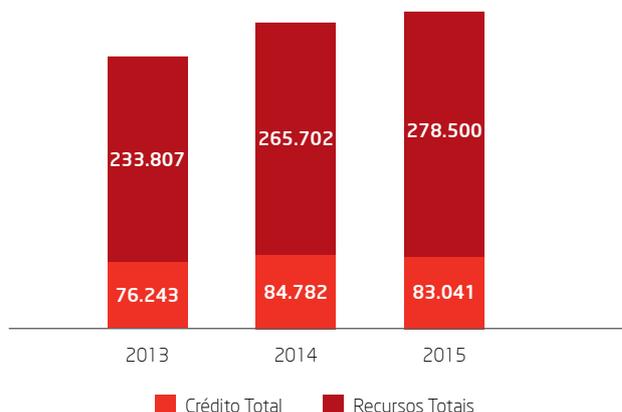
O reforço da actividade internacional, designadamente com o Banco BIC Português, o Escritório de Representação na África do Sul e a abertura prevista para o exercício de 2016 do Bank BIC Namibia permitiu o enfoque nos níveis de eficiência entre instituições, que representam uma fonte de crescimento e um aumento de valor fundamentais para os nossos clientes.

Direcção de Particulares e Negócios

A Direcção de Particulares e Negócios (adiante DPN) conta, em 31 de Dezembro de 2015, com um total de 196 agências e 6 postos de atendimento distribuídos por todas as províncias

de Angola e que representam cerca de 90% do total da rede comercial do Banco BIC.

Esta Direcção, que suporta a Rede de Agências do Banco BIC, registou um acréscimo de AKZ 12.798 milhões ao nível dos recursos totais de clientes em 31 de Dezembro de 2015 (+5% face a 31 de Dezembro de 2015), tendo atingido o montante total de AKZ 278.500 milhões naquela data. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira da DPN ascendeu a AKZ 83.041 milhões a 31 de Dezembro de 2015.



Direcção de Empresas

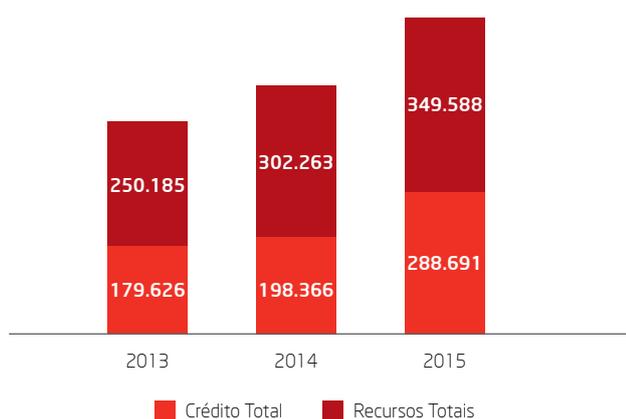
No ano de 2015 a Direcção de Empresas (adiante DE), continuou a acção de fidelizar os clientes na prestação de um serviço mais qualificado. A 31 de Dezembro de 2015 dispunha de 17 centros de empresas.

No ano de 2015, a DE procurou, não só angariar novos clientes, mas também reforçar a sua relação comercial com os actuais clientes, o que se reflectiu no crescimento ao nível dos recursos captados em mais de AKZ 47.325, passando de AKZ 302.263 milhões em Dezembro de 2014 para AKZ 349.588 milhões em Dezembro de 2015 (crescimento de 14%).

Em termos de créditos clientes, em 31 de Dezembro de 2015 o total gerido pela DE atingiu AKZ 288.691 milhões, um crescimento de 46% face a 31 de Dezembro de 2014. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, a DE continuou a monitorar de perto a sua carteira de clientes e, para aqueles que apresentaram sinais de maior dificuldade, estabeleceu uma política criteriosa de renovações de operações, sendo o reforço de garantias associadas às operações de crédito uma das ferramentas de gestão decisivas.

A Direcção de Empresas, em 31 de Dezembro de 2015, contribuiu com cerca de 68% para a carteira de crédito e com 47% para a carteira de recursos totais do Banco.

Em milhões de Kwanzas



Direcção de Empresas - Departamento de Petróleo e Gás

Em Maio de 2012, com a aprovação da nova Lei Cambial aplicável ao sector petrolífero, o Banco BIC criou um Departamento de Petróleo e Gás, concebido de raiz para atender de forma exclusiva e com um serviço de excelência as necessidades específicas deste segmento.

A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente.

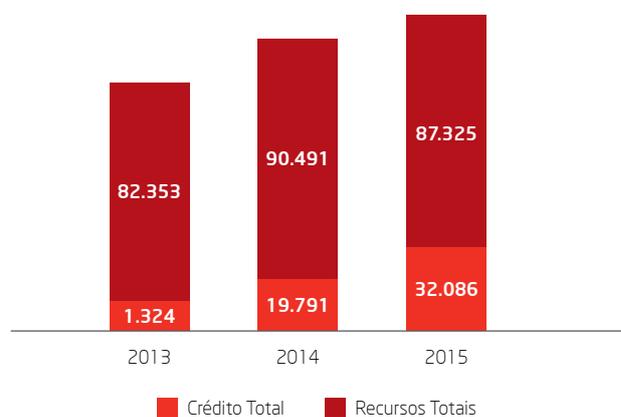
Numa primeira fase o Departamento focou-se, essencialmente, nas actividades de front office para apoiar as empresas no processo de transição das diferentes etapas da nova Lei Cambial. Posteriormente desenvolveram-se as actividades de back office, nomeadamente com a criação de um conjunto de subdivisões nos vários departamentos dos serviços centrais que, aliadas a um conjunto de inovações tecnológicas, visam garantir a celeridade e eficiência de todos os processos e uma maior adequação às exigências deste sector.

Private Banking

O nosso compromisso é melhorar continuamente o serviço aos nossos clientes, trata-se do mais elevado e diferenciado nível de atendimento bancário, fornecendo uma estrutura mais personalizada baseada na venda de produtos de consultoria financeira, em linha com o perfil de risco identificado para cada cliente; mantendo como principal objectivo, a sustentada preservação do património dos clientes em detrimento da performance, para a manutenção do crescimento e a consolidação da actividade.

Em 31 de Dezembro de 2015, os recursos ascendiam a AKZ 87.325 milhões. Relativamente ao crédito, a carteira totalizou a 31 de Dezembro de 2015, cerca de AKZ 32.086 milhões, um aumento de 62% face a 31 de Dezembro de 2014.

Em milhões de Kwanzas



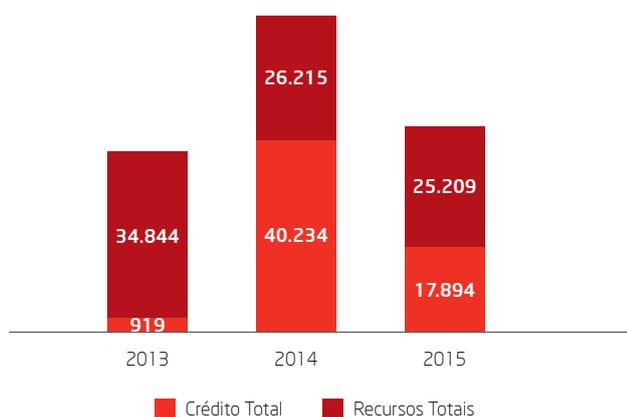
Direcção de Investimento

A Direcção de Investimento rege-se pelo modelo tradicional de segmentação bancária, para os seus clientes ao nível de investimento/renda que estes apresentam. Conhecendo melhor o cliente e desenvolvendo as melhores práticas de monitorização e prospecção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor. A Direcção de Investimento está presente ao longo de todo o ciclo do projecto de investimento, junto do Investidor, desde a sua concepção até ao momento de plena actividade do mesmo.

Para os investidores que estão dispostos a diversificar o seu investimento e a apostar neste segmento, o Banco BIC dispõe de várias alternativas de investimento que acompanham a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015, esta direcção dispõe de três Centros de investimento, que dão um acompanhamento permanente e especializado, tanto na gestão diária da carteira de clientes como na tomada de decisão de investimento. Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo em carteira de recursos totais ascendia a AKZ 25.209 milhões e a carteira de crédito concedido totalizava AKZ 17.894 milhões.

Em milhões de Kwanzas



Em 2015, o Banco atingiu um crescimento de AKZ 1.582.067 milhões no seu Volume de Negócios, fruto de um forte dinamismo comercial.

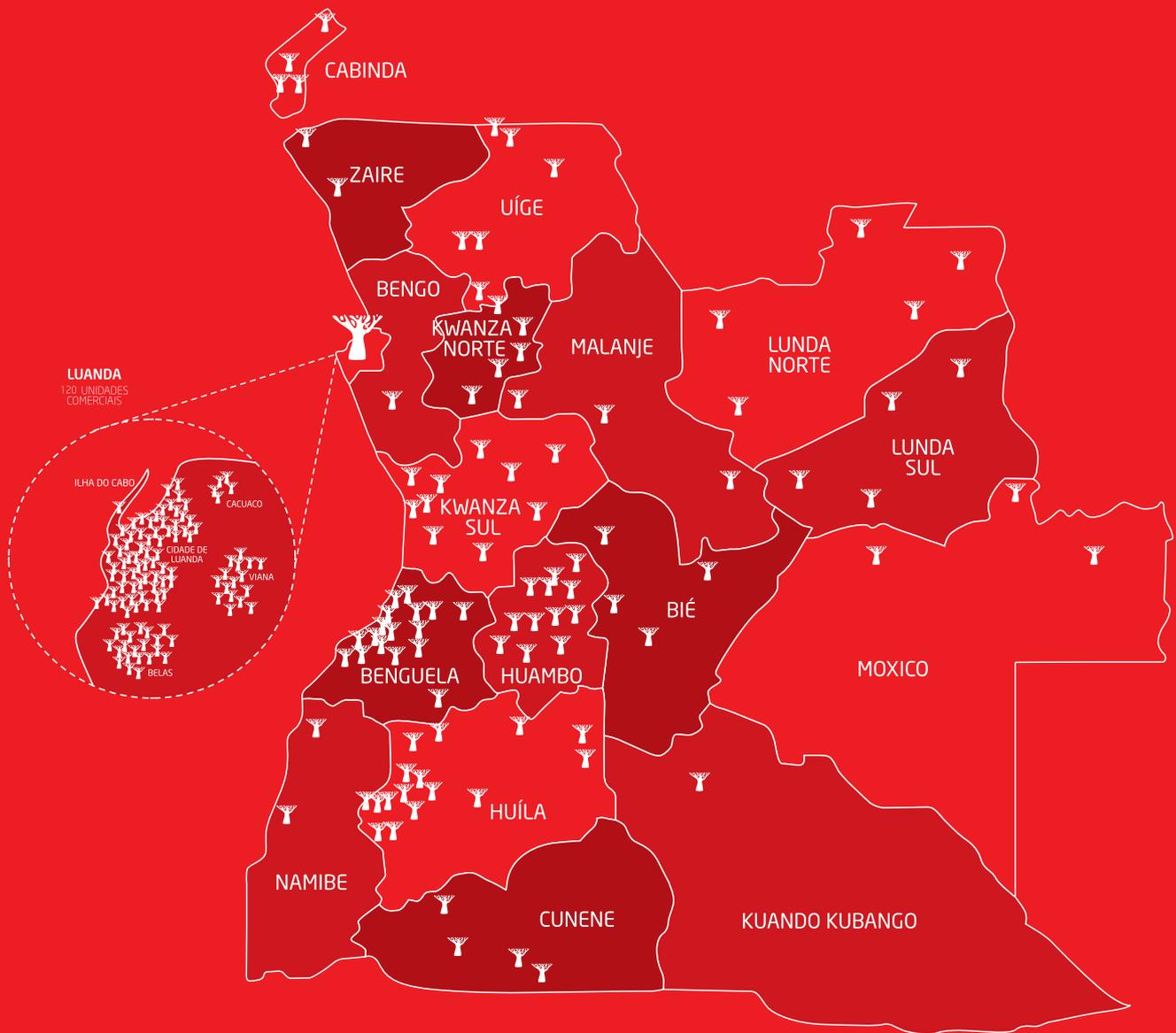
Gabinete Angola Portugal

Em Maio de 2012, foi criado o Gabinete Angola Portugal (adiante GAP), para dinamização do negócio bilateral entre Angola e Portugal, assegurando a gestão dos fluxos financeiros entre os dois países e apoiando os empresários Angolanos e Portugueses na sua actividade de internacionalização.

Alinhado com a estratégia comercial do Banco, o objectivo deste Gabinete é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os dois países assegurando os níveis de excelência e profissionalismo exigidos.

Entre as principais actividades do GAP estão o apoio financeiro à actividade corrente das empresas de ambos os países, nomeadamente com serviços de financiamento de apoio às exportações, a prestação de informação sobre as especificidades de cada mercado e acompanhamento dos fluxos gerados entre os 2 países com uma particular atenção à celeridade dos processos e à competitividade dos pricings praticados.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PRESENÇA GEOGRÁFICA



*Rede actualizada a 31 de Dezembro de 2015

BENGO

Agências - 1

BENGUELA

Agências - 17
Centros de Empresas - 2
Postos Atendimento - 1

BIÉ

Agências - 4

CABINDA

Agências - 4

CUNENE

Agências - 4

HUAMBO

Agências - 12

HUÍLA

Agências - 16
Centros de Empresa - 1

KWANZA NORTE

Agências - 5

KWANZA SUL

Agências - 10

LUANDA

Agências - 98
Centros de Empresas - 14
Centros de Investimento - 3
Postos de Atendimento - 4
Private Banking - 1

LUNDA NORTE

Agências - 5

LUNDA SUL

Agências - 4

MALANGE

Agências - 3

MOXICO

Agências - 3

NAMIBE

Agências - 2

UÍGE

Agências - 6
Postos de Atendimento - 1

ZAIRE

Agências - 2

MARCOS HISTÓRICOS

Ao longo destes anos de existência, o Banco BIC mantém-se fiel aos valores da marca, que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Angola e dos países em que está presente.

Os marcos históricos do Banco BIC são o reflexo evidente de uma estratégia consistente e uma gestão equilibrada e estável.

2015

- O Banco BIC comemora 10 anos de existência, com muitos motivos para celebrar. 10 Anos depois o Banco BIC tem, outra dimensão:
 - pelo crescimento;
 - pela expansão internacional;
 - pela oferta de produtos e serviços;
 - pela amplitude da marca Banco BIC;
 - pelo desempenho enquanto agente económico;
 - pelo papel enquanto empregador;
 - pela capacidade de apoiar o desenvolvimento do país.
- Mais do que 10 Anos a crescer, são 10 anos a crescer Juntos:
 - Mais de 1 milhão de Clientes;
 - Mais de 220 balcões;
 - Com uma presença em 5 países e 2 continentes;
 - Com uma oferta de Seguros.
- Banco BIC, figura na 805ª posição do ranking "TOP 1000 World Banks", publicado anualmente pela revista The Banker em Junho 2015. No que diz respeito ao ranking em Angola, o Banco BIC surge na 4ª posição.

2014

- O BIC Seguros, S.A. inaugura a sua Sede Social em 15 de Outubro de 2014;
- Os accionistas do Banco BIC obtêm licença em 1 de Outubro de 2014 para operar no mercado segurador em Angola, com a Seguradora BIC Seguros, S.A.;
- O Banco BIC em Angola ultrapassa a fasquia de 1.000.000 clientes e conta com 2.097 colaboradores e um total de 217 balcões;

- O Banco BIC é cada vez mais uma marca internacional. Não só com a presença em Portugal, desde 2008, mas agora também em Cabo Verde (IFI), África do Sul (Rep. Office) e no Brasil;
- Banco BIC, distinguido com o prémio SIRIUS 2014, pelo Melhor programa de educação Financeira;
- Banco BIC ascende no ranking dos 100 maiores Bancos Africanos, constando na 32ª posição, publicado pela revista The Banker.

2013

- Banco BIC foi distinguido como "Melhor Empresa do Ano no Sector Financeiro em Angola", atribuído nos Prémios Sirius 2013;
- Atribuição concedida pela prestigiada revista The Banker do grupo Financial Times o prémio de Best Bank in Angola;
- Início do processo de internacionalização e convertibilidade da moeda Angolana (o Kwanza). Neste processo as notas de Kwanza são comercializadas na rede de agências do Banco BIC em Portugal;
- O Banco BIC reforçou a actividade internacional com o início da Actividade em Cabo Verde e fechou o acordo para a actividade no Brasil.

2012

- Segundo a revista African Business, que anualmente publica uma listagem dos 100 maiores bancos de África tendo por base os Fundos Próprios de cada instituição, o Banco BIC sagrou-se como o 32º maior Banco de África. Este facto notável ganha ainda maior relevância se considerarmos os sete anos de existência do Banco BIC, em comparação com outras instituições com mais de 50 anos de história no sistema financeiro africano;
- O Banco BIC fechou o ano de 2012 com um número de clientes superior a 800 mil, demonstrando assim a confiança que os clientes depositam neste Banco e o esforço dos seus colaboradores;

- Foi criado o Departamento de Petróleo & Gás para responder às necessidades específicas deste sector. Sendo Angola um dos maiores produtores de petróleo e estando o Governo a impor condições para um maior envolvimento das empresas desse sector no mercado financeiro nacional, urge a necessidade dos bancos se adaptarem às exigências específicas dessas empresas.

2011

- Aquisição do Banco Português de Negócios ao Estado Português contribuindo, assim, para o alargamento da presença do Banco BIC no mercado Português e Europeu (concretizado formalmente em 29 de Março de 2012);
- Inauguração da nova sede do Banco BIC em Talatona, numa cerimónia presidida por sua Excelência o Governador do Banco Nacional de Angola, Dr. José de Lima Massano. A nova sede permite centralizar os serviços contribuindo, desta forma, para que os índices de qualidade do atendimento a prestar aos nossos clientes sejam ainda mais elevados. O edifício, com 10 pisos, acolhe cerca de 350 funcionários distribuídos por serviços centrais, uma agência, um centro de empresas, um centro de investimento e um private banking;
- Após pouco mais de 6 anos de existência e um capital inicial de USD 30 milhões, o Banco BIC superou, a 31 de Dezembro de 2011, os USD 650 milhões de capitais próprios;
- O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura comercial em Angola – 167 unidades comerciais das quais 99 em Luanda e as restantes 68 distribuídas pelas diferentes Províncias do País;
- Lançamento da Revista BIC MAIS, uma nova forma de comunicação interna e de partilha de informação, que vem criar ainda mais valor e assumir-se como um factor diferenciador;
- Lançamento da conta BIC Cofre Mealheiro, uma conta dirigida às crianças e aos pais das crianças, incentivando desde cedo a poupar, para permitir a concretização de projectos futuros; e
- Assinatura do protocolo de cooperação “Depósito Bankita” lançado pelo Banco Nacional de Angola, em conjunto com mais 7 bancos. O produto, que reduz o valor mínimo para a abertura de uma conta para 100 Kwanzas, tem como objectivo alargar o acesso ao circuito bancário a todos os cidadãos.

2010

- Lançamento da campanha BIC Salário – Função Pública. Agora os funcionários públicos podem receber pelo Banco BIC.

E recebem mais vantagens: Crédito Pessoal, Crédito Automóvel, Crédito Habitação e Antecipação até 100% do Salário;

- Lançamento da campanha Prémios CAN 2010, tendo como tema – Os Palancas têm o apoio da bancada e do Banco, com um prémio de USD 1.000.000 para a selecção de Angola pela conquista do Campeonato Africano das Nações (CAN) e ainda pelas vitórias, pelos golos marcados e pelo desempenho dos melhores em campo;
- Lançamento da campanha “5 ANOS a fazer crescer Angola”, alusivo ao 5º aniversário do Banco BIC. O motivo maior foi dizer aos angolanos que estamos presentes em todo o país, nas 18 capitais de província e nos principais municípios. O que equivale a dizer que o Banco BIC está cada vez mais próximo dos angolanos, das suas famílias e das empresas, sendo um forte parceiro no desenvolvimento comum;
- Em 2010 foi superada a fasquia dos 500.000 Clientes, onde se enquadram grandes empresas, pequenos negócios e particulares, o que demonstra a confiança que os clientes depositam em nós;
- A Revista African Business elegeu o Banco BIC como 42º Maior Banco de África, numa lista onde fazem parte bancos com mais de meio século de existência. A solidez financeira do banco, bem como a qualidade dos serviços prestados aos clientes, foram factores cruciais para tal reconhecimento;
- Celebração de um acordo com a multinacional Coca-Cola para a abertura de duas linhas de crédito com vista a financiar projectos privados na província do Bengo. Denominadas “Bengo Investe I e II”, as duas linhas de crédito têm um valor global de 23 milhões de dólares; e
- O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura geográfica dos seus balcões, com a presença em 48 dos 163 Municípios do País.

2009

- Lançamento da nova imagem do Banco BIC, associado à solidez, tecnologia e inovação. Sendo o cliente o seu principal enfoque, o Banco BIC reforçou as campanhas: BIC VISA – Gold e Platinum, BIC Multicaixa e TPAs ligados à Rede VISA (Terminais de Pagamento Automático) com o objectivo de reforçar a venda dos referidos produtos; e
- Presença na Filda 2009, onde foi reforçada a Campanha “Investimos Juntos” – “Crescemos Juntos”, destacando-se a ligação como o Banco BIC Português reforçando, desta forma, os principais factores motivadores da sua constituição.

2008

- Em 2008 foi superada a fasquia dos 1.000 trabalhadores dos quais cerca de 81% se encontravam ao nível da rede comercial. Este crescimento dos efectivos do Banco, com reflexo na expansão da sua rede de atendimento, constitui um dos pilares da Estratégia de Crescimento do Banco;
- Atribuição pela EuroMoney do prémio “The Best Bank in Angola” pela excelência da sua performance no conjunto das áreas comercial, qualidade de serviço e resultados consolidados obtidos;
- Lançamento na Filda 2008 e Expo Huíla 2008 da nova campanha BIC Multicaixa – “um Cartão de débito personalizado, que lhe permite movimentar a sua Conta de Depósitos à Ordem em Angola através da rede Multicaixa”; e
- Abertura do Banco BIC Português. O aumento das relações económicas entre Portugal e Angola foi um dos factores motivadores desta decisão, aproximando assim o sector empresarial Português na sua estratégia de internacionalização para Angola, bem como os investidores de Angola que já operam ou venham a querer operar em Portugal e na Europa.

2007

- Autorização pelo Banco de Portugal da constituição do Banco BIC Português, S.A. de capitais maioritariamente angolanos, orientando a sua actividade para o apoio aos empresários angolanos e portugueses com interesses em Angola;
- Assinatura de um protocolo com o Ministério das Finanças no sentido do financiamento do projecto de reconstrução da província do Uíge, avaliado em cerca de 150 milhões de dólares;
- Criação da Direcção do Crédito Imobiliário com o objectivo de dinamizar e melhor gerir este segmento de crédito;
- Comercialização dos cartões de crédito de VISA – Visa Premium e Visa Gold e lançamento de uma campanha relativa à venda dos mesmos; e
- Lançamento na Filda do Crédito Fácil, novo produto de Crédito Geral para a aquisição de bens consumo, cuja característica principal consiste na rapidez de concessão a uma taxa de juro bastante atractiva, reduzindo a carga burocrática existente na concessão de crédito.

2006

- Lançamento da conta BIC Salário, novo produto de Crédito Pessoal, que permite ao cliente aceder ao Crédito Automático, até ao montante máximo de um salário líquido e a possibilidade de acesso a uma linha de crédito;
- Lançamento das Campanhas BIC Habitação e BIC Automóvel;
- Extensão da rede de agências do Banco a quase todas as Províncias do País, faltando apenas três províncias por cobrir, onde as obras já decorrem;
- Deliberação de um novo aumento de capital de USD 20.000.000,00 para USD 30.000.000,00 na sequência da autorização do Banco Nacional de Angola;
- Assinatura de um protocolo com o Banco Popular de Portugal, com vista ao estabelecimento de Linhas de Crédito visando o fomento das relações entre agentes económicos de Angola e Portugal mediante o financiamento e a promoção da exportação;
- Admissão à rede “POS VISA”, actuando o BIC como emissor de cartões de crédito aceites internacionalmente, como membro principal, podendo apoiar outros bancos angolanos na obtenção de cartões VISA, fazendo parte do restrito grupo de bancos seleccionados pela VISA; e
- Aumento do capital social em USD 14.000.000,00, integralmente realizados em dinheiro, totalizando desta forma USD 20.000.000,00.

2005

- Atribuição de um certificado de performance pelo American Express, sobre a qualidade do processamento das operações de estrangeiro o que, com apenas meses de existência, colocou o Banco BIC na linha dos melhores bancos mundiais neste segmento;
- Promoção da Marca Banco BIC associada ao slogan “Crescemos Juntos” para, desta forma, nos afirmarmos como parceiros do crescimento dos nossos Clientes e do país;
- Abertura da primeira Agência em Luanda (Agência da Maianga); e
- Constituição por escritura pública do Banco BIC, S.A., após a autorização do Banco Nacional de Angola, com um capital social de USD 6.000.000,00.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Inserido num mercado fortemente competitivo, o Banco BIC tem consolidado o seu valor simbólico e comercial através de uma estratégia de marketing que, ano após ano, desenvolve e fortalece a relação entre a Instituição e a sociedade angolana.

À semelhança dos anos anteriores, no decorrer do ano de 2015 o Banco BIC incluiu na sua acção de marketing diversas campanhas de produtos e serviços, patrocínios, organização e participação em eventos culturais e desportivos e ainda desenvolvimento de acções de responsabilidade social. Entre as principais acções, destacam-se as seguintes:

Janeiro

Reforço das Campanhas de Créditos

Apresentando-se como um parceiro disponível e credível, o Banco BIC reforça as campanhas de crédito com o intuito de incentivar o recurso ao crédito bancário. Sob o conceito "O caminho mais fácil", a campanha pretende reflectir a simplicidade e facilidade nos processos de obtenção de crédito no Banco BIC.



Março

Distinção de Mérito aos melhores alunos da Universidade Católica de Angola

No quadro dos apoios à educação e à formação, o Banco BIC estabeleceu uma parceria com a Universidade Católica de Angola (UCAN), no âmbito da realização do evento anual de atribuição de prémios aos estudantes de excelência do quadro académico da UCAN.



Maio

O Banco BIC celebra a primeira década de existência

Por ocasião da comemoração dos seus 10 anos, o Banco BIC lança a campanha institucional "BIC 10 Anos", com o conceito "10 ANOS DEPOIS, O BANCO BIC TEM OUTRA DIMENSÃO". A campanha parte do slogan do Banco BIC – Crescemos Juntos – para transmitir a ideia de um crescimento feito a dois, entre o Banco e os seus Clientes, que teve como resultado uma nova dimensão.

Sendo o crescimento a chave do sucesso do Banco BIC, chegou o momento de transmitir que esse crescimento nos transportou para uma escala muito maior, a de uma marca angolana no mundo. Ou seja, 10 anos depois, é seguro afirmar que esse crescimento contínuo e comum levou o Banco BIC a alcançar uma outra dimensão. Uma dimensão que é física (e se concretiza em balcões, trabalhadores e clientes), mas que é também uma dimensão económica, social e internacional. Uma dimensão que cobre outros ângulos, outras perspectivas de negócio, outras respostas aos seus clientes, outras formas de participação na sociedade.

1º Rally Paper Clube Banco BIC

Também no âmbito do 10º aniversário do Banco BIC, o Clube Banco BIC organiza, no fim-de-semana de 1 a 3 de Maio de 2015, a sua primeira prova de rally paper, que decorre na província de Benguela. Esta primeira edição conta com a participação de 30 equipas, num total de 111 participantes, entre colaboradores do Banco, familiares e amigos.

Comemoração do 10º Aniversário do Banco BIC

Realiza-se, a 22 de Maio, a festa de celebração dos 10 anos do Banco BIC, um evento memorável, que assinala com pompa esta data especial e simbólica para a Instituição. Todos os que contribuem diariamente para o crescimento e desenvolvimento do Banco são convidados a celebrar este aniversário.

Torneio Oficial de Natação - CANA, Angola

A Federação de Angola de Natação organiza, de 6 a 9 de Maio, o torneio oficial da Confederação Africana de Natação, em comemoração do 40º aniversário da independência de Angola.

O torneio, realizado nas Piscinas de Alvalade, conta com a participação de 13 países africanos e cerca de 350 desportistas, entre atletas, treinadores e dirigentes. O Banco BIC apoia o evento na qualidade de patrocinador oficial.



Junho

Campanha de produtos do BIC Seguros

Com o crescimento gradual do Banco BIC, também a oferta de produtos do Banco cresceu e a Instituição disponibiliza actualmente um vasto leque de soluções de seguros, capazes de dar resposta a vários tipos de riscos, tanto a particulares como empresas.

Convidando os Clientes a conhecer a oferta de seguros do Banco BIC, é lançada uma campanha de produtos, focada nas ofertas BIC Seguros Automóvel, BIC Seguros Viagem, BIC Seguros Multi-risco Habitação e BIC Seguros Empresas.

A gama de seguros está disponível em toda a rede comercial do Banco BIC.



Mundial de Hóquei em Patins, França

Parceiro histórico da modalidade de hóquei em patins, o Banco BIC volta a apoiar o Campeonato Mundial, que reúne as melhores selecções de todo o mundo, contando nomeadamente com a participação das selecções de Angola e Portugal.



Fórum Empresarial Angola - Portugal, sob o lema "Juntos na diversificação da Economia".

Participação no fórum empresarial, cuja iniciativa pretende promover as oportunidades de negócio em ambos os países.



Julho

FILDA 2015

Participação na 32ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA). Evento multisectorial de exposição de empresas nacionais e internacionais, considerado a maior bolsa de negócios de Angola.



Agosto

12ª Feira Agropecuária da Huíla

Participação na maior feira agropecuária do País.



Outubro

1ª Edição Volta Angola em Bicicleta 2015

Inserida nas comemorações dos 40 anos da Independência nacional, realiza-se a primeira edição da prova Volta Angola. Mantendo a forte tradição no apoio ao ciclismo, o Banco BIC foi um dos patrocinadores da prova, que tinha como objectivo desenvolver e promover o ciclismo no país.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O papel das Tecnologias de Informação é, hoje, nuclear na persecução e atingimento dos objectivos de negócio do Banco BIC, na maximização do valor da organização e no suporte à sua missão.

Ao longo do ano 2015, o Banco BIC manteve o investimento nos Sistemas de Informação, como parte da sua estratégia, tendo dado continuidade a iniciativas de carácter tecnológico anteriormente iniciadas, e lançou projectos que contribuem para que os Sistemas do Banco acompanhem e potenciem o seu crescimento. Estes investimentos feitos em sistemas de processamento automático, e totalmente adaptados às características de cada Cliente, já se revelaram um instrumento poderoso de relacionamento próximo e sólido com os Clientes.

O risco operacional manteve-se no topo das preocupações e das iniciativas de modernização ao longo de 2015. Destaca-se uma importante iniciativa: a aquisição de equipamento de suporte a

dois novos Centros de Processamento de Dados em 2014, projecto que se prolongou pelo ano de 2015, e que corresponde a uma evidência da linha de evolução do Banco BIC.

O Banco BIC reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Neste sentido, foram reforçadas as políticas de segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação, com a adopção de diversas iniciativas.

Adicionalmente, e por força da pressão exercida por via de nova legislação e regulamentação bem como por parte dos Clientes e do sistema financeiro internacional, no que diz respeito ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo mantiveram esta área central na actuação do Banco em 2015.



RECURSOS HUMANOS

A política de Recursos Humanos do Banco BIC é definida e orientada em função da estratégia do Banco e consiste na planificação, organização, coordenação e controlo de técnicas que dão suporte e promovem um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados. Esta orientação, assume uma importância significativa em períodos de desaceleração económica como foi o ano de 2015.

O plano de actividades 2015 visou a consolidação da estratégia de Recursos Humanos, com a promoção de programas estruturantes para o desenvolvimento do Banco BIC numa lógica sustentada:

- Continuação do alinhamento e clarificação organizacional, visando o ajustamento dos seus Recursos Humanos às exigências do negócio e à criação de novas oportunidades, potenciando a mobilidade interna;
- Reforço dos programas de desenvolvimento dos colaboradores do Banco, tendo em conta os novos desafios e difusão do conhecimento;
- Continuação do reconhecimento do mérito organizacional e individual, de forma sustentada;
- Melhoria das práticas de reconhecimento do talento e desempenho.

Caracterização do Capital Humano

No final de 2015, o número de colaboradores assinalou uma ligeira redução de 0,76% face a 2014.

Número de Colaboradores	2015	2014
Homens	1.037	1.049
Mulheres	1.044	1.048
Total	2.081	2.097

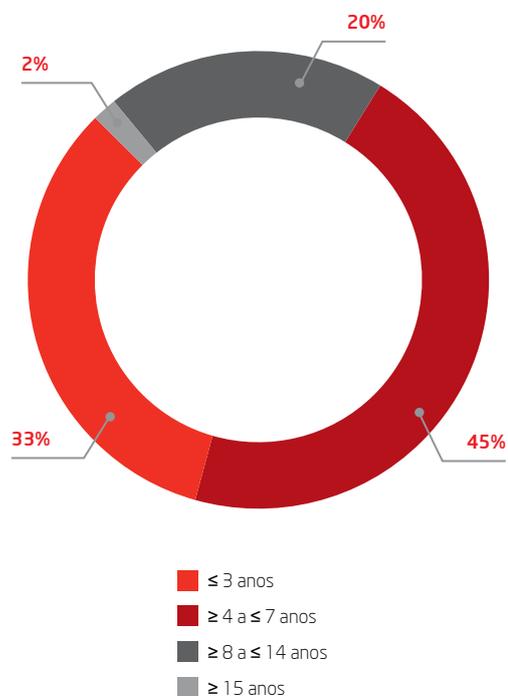
Do total de 2.081 Colaboradores, 1.393 estão em Luanda, 687 estão distribuídos pelas outras Províncias do país e, 1 no escritório de representação na África do Sul.

O número de colaboradores alocados à área comercial é de 86% do total do Banco, mantendo-se a tendência já verificada nos anos anteriores.

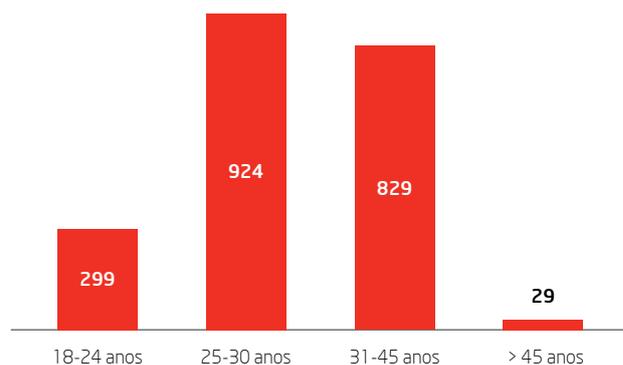
Área funcional	2015	2014
Serviços Centrais	286	304
Rede Comercial	1.795	1.793
Nº Médio por Agência	8	8

Em relação aos "ratios" de experiência na Banca, idade e de formação superior e decorridos 10 anos de actividade, a idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 30 anos sendo que 59% dos colaboradores do Banco têm entre 18 e 30 anos. A percentagem de colaboradores com formação universitária mantém-se nos 75%.

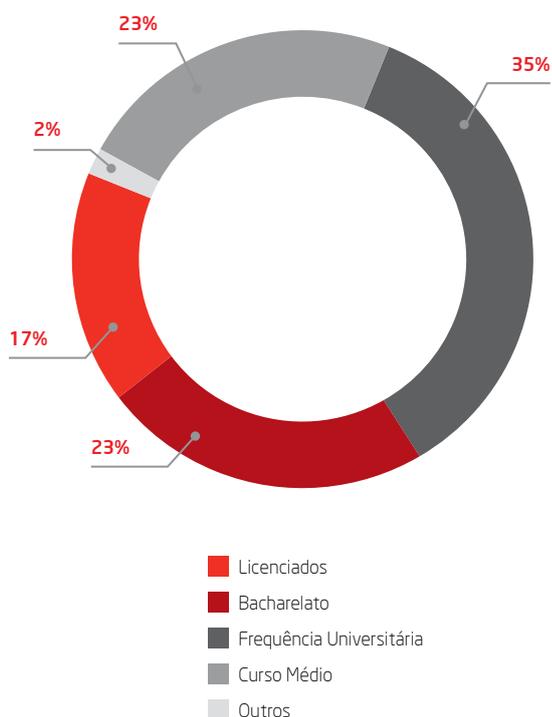
Experiência na Banca



Faixa Etária



Nível de Escolaridade



Formação e Retenção de Talentos

No âmbito da gestão do conhecimento, crítico para o sucesso do Banco, a formação profissional manteve a sua orientação para o desenvolvimento das pessoas e do negócio e que se traduziu em mais de 36.000 horas de formação, 18 horas por empregado.

Actividade Formativa

Volume total de formação (total horas de formação)	36.579
N.º Médio de horas de formação por colaborador	18h

A todas as acções de formação realizadas esteve subjacente a valorização do potencial de cada colaborador, permitindo alinhar as políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e os objectivos estratégicos da Instituição.

O Programa de Formação Anual incluiu acções transversais e específicas. Em termos transversais, salienta-se a formação na área comportamental alinhada com os valores e com a estratégia organizacional, nomeadamente: "Condutas na Relação com os Clientes". Na formação específica voltou a apostar-se numa formação direccionada para temas técnicos específicos da actividade bancária. Salienta-se a formação em Produtos Bancários e Meios de Pagamento assim como na nova plataforma de gestão e análise do Risco Crédito (Workflow de Crédito). Também a formação e literacia sobre o Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento

do Terrorismo, continuaram a ser uma das preocupações do Banco durante o ano de 2015.

Ainda, no âmbito da formação e em parceria com o Banco BIC Portugal manteve-se a política de atribuição de estágios formativos, de natureza profissional, a diversos colaboradores.

Benefícios de Assistência Médica

A política de benefícios do Banco BIC, centrada no apoio aos seus colaboradores em áreas importantes da sua vida pessoal e familiar, integra um conjunto de apoios e benefícios adicionais no campo da saúde.

Em 2015, os benefícios de assistência médica, atribuídos de forma transversal, contabilizaram 42.589 actos clínicos a que correspondeu um custo total de 652.043.300,95 kz sendo que, 543.369.417,46 kz foram custo directo do Banco.

Actos médicos 2015

Especialidade	Agregado	Colaboradores
Exames Complementares	2450	2821
Clinica Geral	3917	9646
Estomatologia	728	2220
Ginecologia/Obstetrícia	3447	6914
Cirurgia	370	239
Pediatria	7176	0
Outras Especialidades	1040	1621
Total	19.129	23.459

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho, ferramenta indispensável à gestão activa do talento e gestão de carreiras, manteve a sua orientação central para a promoção do desenvolvimento das competências críticas e, de uma cultura de mérito.

Aliar uma conduta ética e de rigor profissional ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa de todos os seus colaboradores, suporta uma gestão objectiva focada na importância do Capital Humano, para o sucesso do negócio.

Atrair, reter, gerar e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho e pertença por parte dos colaboradores, mantém-se como o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos.

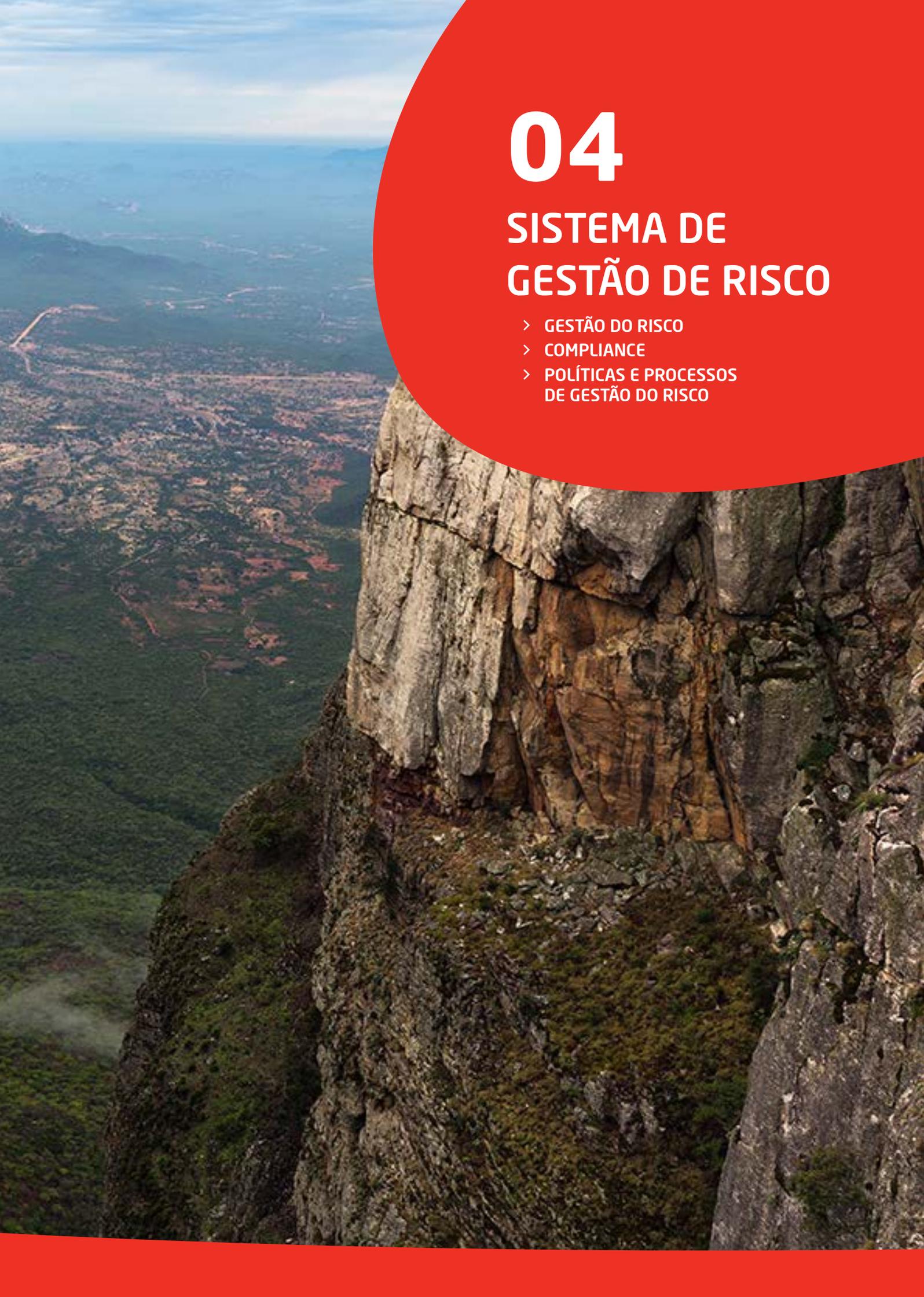


Fenda da Tundavala

04

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO

- > GESTÃO DO RISCO
- > COMPLIANCE
- > POLÍTICAS E PROCESSOS
DE GESTÃO DO RISCO



GESTÃO DO RISCO

A Gestão de Risco é uma função que assume crescente relevância para o sector bancário.

Em Novembro de 2015, foi nomeado o Chief Risk Officer do Banco. As funções de gestão e controlo do risco do Chief Risk Officer incluem aconselhar o Conselho de Administração no que respeita à estratégia do risco, supervisionar a implementação da estratégia do risco por parte da instituição e supervisionar a actuação da função de gestão de risco assegurada pela Direcção de Risco.

A Direcção de Risco tem como missão dotar o Banco de um abrangente e efectivo sistema de identificação, medição, acompanhamento e controlo de riscos, permitindo o tratamento integrado e segmentado dos diferentes tipos de risco, com o propósito de contribuir para a criação de valor de forma eficiente e sustentável, bem assim como dar resposta aos requisitos de controlo interno estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola. Neste sentido, constituem competências da Direcção de Risco:

- Obter uma visão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto no sentido de compreender os seus vários impactos;
- Implementar metodologias de medição e acompanhamento do risco adequadas à materialidade e características de cada tipo de risco;
- Contribuir para o reforço de uma cultura interna de risco e melhoria da qualidade dos serviços;
- Fomentar o reforço permanente dos mecanismos de controlo interno; e
- Coordenar a elaboração e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio (PCN).

Em Novembro de 2015, foi publicada a Ordem de Serviço da Estrutura Orgânico-Funcional da Direcção de Risco, a qual foi acompanhada da delineação de um plano com vista à operacionalização progressiva das funções previstas, tendo em conta a sua abrangência.

Na sequência da criação da Direcção de Risco foram ainda publicados os "Princípios e Política de Gestão de Risco", documento que visa dar a conhecer a política de gestão de risco no Banco BIC, fornecendo princípios orientadores e enquadramento para a atuação das diferentes estruturas, com especial enfoque para aquelas com atribuições específicas nesta matéria.

A Direcção de Risco tem como missão dotar o Banco de um abrangente e efectivo sistema de identificação, medição, acompanhamento e controlo de riscos.

Em Dezembro de 2015, foi criado o Comité de Activos e Passivos (ALCO) que tem como responsabilidade acompanhar a evolução do risco de liquidez, do risco de taxa de juro e do risco de taxa de câmbio, bem como o capital disponível.

No ano de 2016, a Direcção de Risco irá continuar a desenvolver procedimentos e metodologias de controlo e gestão do risco.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração tem actualmente a responsabilidade de aprovar e acompanhar as estratégias de risco do Banco incluindo as políticas e procedimentos associados ao Sistema de Controlo Interno que permitam às várias Direcções do Banco atingirem os objectivos definidos.

COMPLIANCE

A função de Compliance encontra-se instituída no Banco de forma independente, permanente e efectiva.

Os grandes objectivos desta função são o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as que se referem à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com os clientes, das orientações dos órgãos sociais, de modo a proteger a reputação e integridade do Banco, evitando que este seja alvo de sanções.

Adicionalmente, no âmbito das suas funções associadas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o referido Gabinete de Compliance (GC) tem a obrigação de garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco para esta área e o reporte de operações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

O ano de 2015 fica marcado como um ano de reestruturações e desafios para o Gabinete de Compliance, em especial devido à envolvente do mercado bancário Angolano no mercado de capitais global e do risco país associado à República de Angola, que viu recentemente a sua saída da Lista de Países sob Monitorização do GAFI, no decurso de uma Inspeção Local de elementos deste organismo a Angola, e onde o Gabinete de Compliance do Banco BIC se fez representar.

Em 2015 assistimos a uma pressão elevadíssima em matéria do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tanto internamente ao nível do BNA, através da emissão de novos avisos e inspeções periódicas à Função de Compliance, como externamente através de diversas interacções com os Bancos Correspondentes e pedidos de actualização de documentação e políticas Anti-Money Laundering (AML).

O Banco adaptou-se às melhores práticas internacionais neste sector, e introduziu os mais modernos softwares de filtering e monitorização de clientes e transacções, garantindo desde logo a sua protecção e o cumprimento estrito das recomendações não só do regulador interno, como do próprio GAFI. Foram igualmente revistos os procedimentos relacionados com o Compliance, nomeadamente ao nível de análise de operações, tendo-se estreitado a relação neste campo com o Banco Nacional de Angola e a Unidade de Informação Financeira.

O Banco adaptou-se às melhores práticas internacionais neste sector, e introduziu os mais modernos softwares de filtering e monitorização de clientes e transacções, garantindo desde logo a sua protecção e o cumprimento estrito das recomendações não só do regulador interno, como do próprio GAFI.

Durante o exercício de 2016, dever-se-á manter esta pressão, tanto interna como externa, sobre os temas relacionados com Compliance. Também o reporte FATCA irá ganhar uma maior relevância, em função do recente acordo assinado entre a República de Angola e os Estados Unidos da América.

POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO

A Gestão de Risco é uma área fundamental para o sector bancário. Actualmente, a análise do risco encontra-se repartida em diversas direcções do Banco.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração tem actualmente a responsabilidade de aprovar e acompanhar as estratégias de risco do Banco incluindo as políticas e procedimentos associados ao Sistema de Controlo Interno que permitam às várias Direcções do Banco atingirem os objectivos definidos.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é considerado um dos riscos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras. Materializa-se nas perdas e na incerteza quanto a retornos futuros gerados pela carteira de crédito, pela possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito do Banco.

A análise e decisão do risco de crédito encontra-se distribuída pelos diferentes níveis de decisão na concessão de crédito.

A Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC) tem a responsabilidade de assegurar a definição e o acompanhamento da política de gestão de risco de crédito. Actualmente existe um conjunto de manuais e normas que asseguram o acima referido através da definição de níveis de competência na concessão de crédito, os limites por tipo de operação, a avaliação da capacidade do cliente, o acompanhamento do cumprimento dos planos financeiros e a análise do risco de incobrabilidade e necessidade de renegociação de operações.

O Banco tem vindo a adoptar e desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente, no que se refere à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito.



De referir que a Central de Informação e Risco de Crédito, plataforma de informação sobre a exposição de crédito dos clientes particulares e empresas no sector bancário, tem sido uma ferramenta cada vez mais utilizada, contribuindo para uma gestão mais adequada do risco de crédito.

DECISÃO

A Direcção de Análise de Risco de Crédito do Banco (DARC) está subdividida em:

- Grandes Riscos – área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral a partir dos AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil;
- Retalho - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral inferiores a AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil.

AVALIAÇÃO

A avaliação do risco de crédito tem por base os seguintes critérios de ponderação:

- Ratings Internos de entidades não financeiras:
 - Elementos Financeiros do Cliente, atribuindo um Grau de Rating em termos Quantitativos;
 - Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela DARC) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco. Este deverá espelhar o verdadeiro valor em termos qualitativos da empresa.
- A Tipologia do Crédito, Finalidade e Montante Propostos;
- O Risco de Crédito do Grupo Económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC) do Banco de Nacional de Angola;
- Existência de dívidas ao Estado ou à Segurança Social;
- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia Patrimonial do Grupo Económico.

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, como sendo:

- Financiamento à Construção que, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
 - Projectos concluídos (Histórica);
 - Obras em Curso;
 - Projecto a financiar (Mapa de exploração, Plano Financeiro, Descrição do projecto, incluindo os aspectos persuasivos do mesmo, Licenças necessárias para a sua concretização);
- Crédito à Habitação e Crédito Automóvel/Particulares, para

além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:

- Avaliação do imóvel a adquirir;
- O endividamento espelhado na CIRC;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Rendimentos dos proponentes;
- Capacidade de endividamento.

O banco tem vindo a adoptar e desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente no que se refere à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito.

Para finalizar, todo o processo de análise inclui a avaliação dos colaterais.

A CIRC têm-se mostrado como uma ferramenta essencial para a avaliação do endividamento geral dos clientes na Banca nacional, permitindo deste modo uma análise mais profunda do grau de risco das operações de crédito.

ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento do Cliente está associado a um trabalho permanente de observação, que permita conhecer a cada momento o grau de confiança sobre a possibilidade de se efectuar o pontual reembolso do crédito entretanto concedido e/ou alertar atempadamente sobre as circunstâncias que podem afectar a boa concretização das operações.

O processo de acompanhamento do crédito concedido inicia-se no momento após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. O Banco efectua uma caracterização que implica a classificação em diferentes graus de Vigilância Especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (VE4 - acompanhamento, VE3 - reforço de garantias, VE2 - redução e VE1 - extinção).

São ainda classificados os clientes que já se encontram em incumprimento e para os quais se considera esgotadas as possibilidades de negociação por parte da estrutura comercial em C- Contencioso e em PC- Pré-Contencioso.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito vencido, a DARC mantém um controlo permanente dos créditos vencidos a

partir do montante de USD 5 mil. O referido controlo é efectuado através de relatórios e reuniões mensais com as respectivas áreas comerciais.

ARQUIVO CENTRAL

Encontra-se centralizada na Direcção de Risco e Acompanhamento do Crédito, uma área de gestão de arquivo de processos de crédito acima dos AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil.

CENTRAL DE BALANÇOS - NOTAÇÃO DE RATING

No ano de 2014, o Banco implementou a Central de Balanços no sentido de obter uma base de dados de informação económica e financeira sobre os seus clientes e empresas. A informação é baseada em demonstrações financeiras anuais das empresas.

O principal objetivo da Central de Balanços é contribuir para um melhor conhecimento da situação económica e financeira das empresas através da análise dos diferentes rácios permitindo assim uma análise quantitativa e qualitativa do pedido de crédito.

WORK-FLOW DE CRÉDITO

Com a implementação da aplicação Work Flow de crédito (WFC) no ano transacto, isto é, concretamente em 09/2014, o Banco ganhou celeridade em termos de duração do processo de concessão de crédito (Formulação de propostas--decisão).

Durante o ano 2015 até o seu final, foram registadas mais de 10.500 operações:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Aprovados	644 87,1%	591 88,1%	643 82,1%	703 88,4%	846 88,9%	1042 87,3%	687 81,4%	894 88,7%	872 89,3%	1025 89,6%	594 87,0%	683 87,1%	9.224 87,2%
Recusados	88 11,9%	77 11,5%	133 17,0%	82 10,3%	95 10,0%	134 11,2%	143 16,9%	99 9,8%	90 9,2%	105 9,2%	66 9,7%	84 10,7%	1.196 11,3%
Retiradas	7 0,9%	3 0,4%	6 0,8%	10 1,3%	11 1,2%	18 1,5%	14 1,7%	15 1,5%	15 1,5%	14 1,2%	23 3,4%	16 2,0%	152 1,4%
Em Aprovação	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	1 0,1%	1 -
Em Remoção	- -	- -	1 0,1%	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	- -	1 -
Total	739 100%	671 100%	783 100%	795 100%	952 100%	1194 100%	844 100%	1008 100%	977 100%	1144 100%	683 100%	784 100%	10.574 100%



O WFC tem-se mostrado ser uma ferramenta eficaz e eficiente para o processamento de todo crédito no Banco, pelos seguintes aspectos:

CELERIDADE

O tempo de análise das operações de crédito reduziu consideravelmente.

GESTÃO DOCUMENTAL

O suporte documental das operações de crédito circulam automaticamente na plataforma.

PADRONIZAÇÃO

As operações de crédito são executadas de forma padronizada por toda a estrutura do Banco.

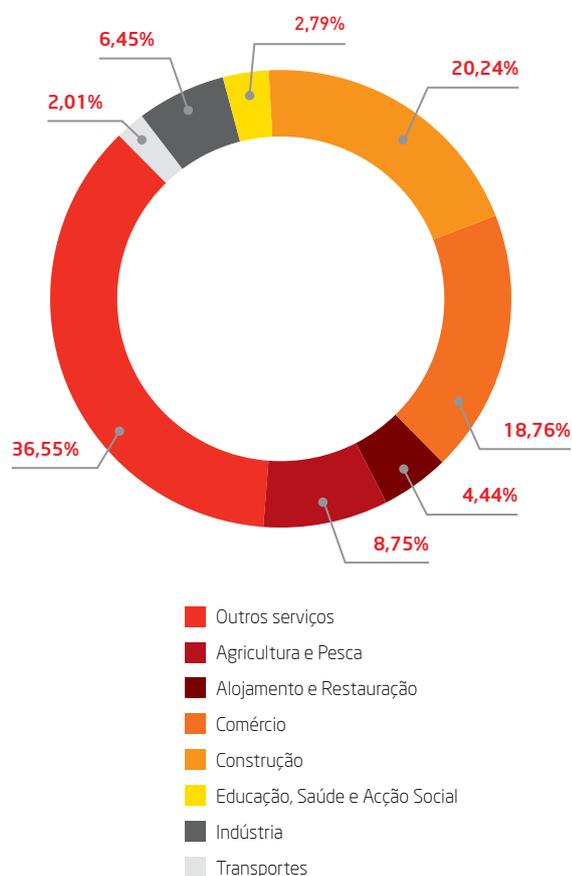
AUTOMATIZAÇÃO

Recolhe dados pré-existentes na aplicação central do Banco relativos ao Cliente.

CONTROLO DO PROCESSO

O WFC permite fornecer a todos os intervenientes em cada fase do circuito o ponto de situação exacto da operação de crédito.

A carteira de crédito a empresas do Banco apresenta uma diversificação sectorial equilibrada.



A composição da carteira de crédito por classes de risco, evidencia uma concentração nas classes de risco mais baixo (A, B e C), sendo que no seu conjunto, em 31 de Dezembro de 2015, representam 77,4% do total da carteira de crédito do Banco.

Classe	Risco	2015	2014	2013
A	Nulo	10,8%	17,2%	17,5%
B	Muito Reduzido	40,5%	30,4%	21,9%
C	Reduzido	26,1%	29,1%	41,7%
D	Moderado	5,0%	8,3%	5,3%
E	Elevado	6,1%	6,3%	4,0%
F	Muito Elevado	5,2%	2,8%	2,3%
G	Perda	6,3%	5,9%	7,3%
		100%	100%	100%

Mantendo-se em níveis confortáveis e evidenciando uma política de gestão de risco prudente, o rácio de cobertura do crédito total (excluindo crédito por assinatura) por provisões em 31 de Dezembro de 2015 situou-se em 14% (12% em 31 de Dezembro de 2014).

(milhões de AKZ)

	2015	2014	2013
Provisões	44.504	32.026	24.600
Cobertura do crédito vencido	188%	170%	223%
Cobertura do crédito total	14%	12%	11%

RISCO DE LIQUIDEZ, MERCADO E CAMBIAL

O acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial é da responsabilidade da Direcção Internacional e Financeira (adiante DIF).

Face à importância dos referidos riscos, o acompanhamento dos mesmos é essencial e é efectuado diariamente com base em informação estatística específica, obtida junto de entidades competentes.

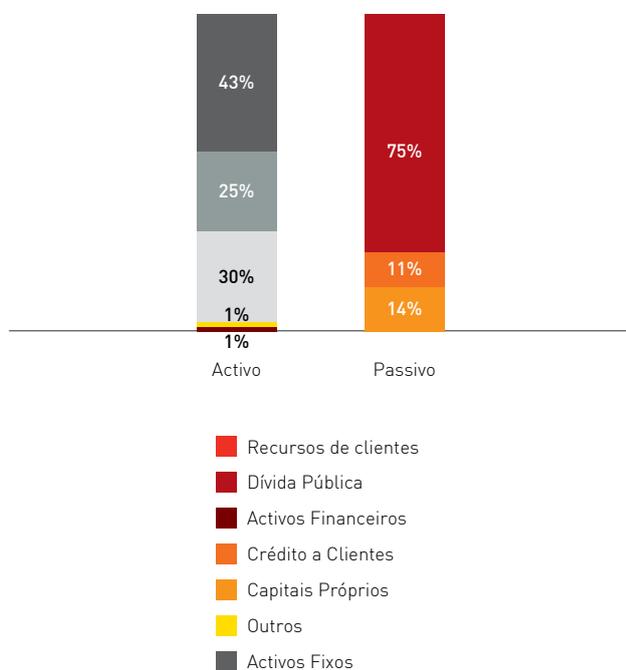
A DIF apresenta uma estrutura adequada para o acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial encontrando-se definidos limites prudenciais de exposição a estes riscos na actuação do Banco nos mercados monetário e cambial interbancários.

Mensalmente, a DIF prepara informação para reporte à Comissão Executiva do Conselho de Administração sobre a evolução dos investimentos efectuados pelo Banco e a sua exposição ao nível dos acima referidos riscos.

Adicionalmente, em 2015 foi criado o Comité de Activos e Passivos (ALCO) que tem como responsabilidade acompanhar a evolução do risco de liquidez, do risco de taxa de juro e do risco de taxa de câmbio, bem como o capital disponível.

Relativamente aos riscos de mercado, a Direcção de Risco, para além da sua participação na elaboração da Política de Investimento, assume um papel de controlo de 2ª linha, assegurando a coerência entre a actividade desenvolvida e o determinado na referida Política, designadamente através do controlo dos limites existentes, do cálculo do VAR da carteira e da realização de outras análises adequadas para o efeito.

No ano de 2015, a taxa de crescimento dos recursos de Clientes cifrou-se em 8% (11% em 2014). Esta capacidade de atrair depósitos de clientes permite suprir atempadamente as necessidades de funding e tesouraria. A estrutura de Balanço do Banco, em 31 de Dezembro de 2015, demonstra solidez e robustez. O volume de recursos de Clientes (75% do Activo) permite financiar grande parte da actividade do Banco.



Na sua política de gestão de liquidez, o Banco, procura aplicar os excedentes de liquidez, não canalizados para crédito, com critérios de diversificação e adequação das maturidades de investimentos, de forma a garantir uma gestão eficiente ao longo do tempo. Em 31 de Dezembro de 2015, os instrumentos financeiros de mobilização e utilização num curto espaço de tempo, representam 30,2% das aplicações.

Ao nível da gestão da sua exposição cambial, o Banco simplifica o processo operando na sua maioria com Dólares dos Estados Unidos e mantendo as posições em outras moedas em níveis reduzidos. O Banco recorre à compra de divisas, essencialmente, no mercado primário através do processo de leilões de divisas do BNA, desta forma, pretende dar resposta atempada e em tempo útil aos pedidos de divisas dos seus Clientes.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional encontra-se associado à adequação dos processos implementados no âmbito do sistema de controlo interno, incluindo os riscos de Compliance e sistemas de informação.

O acompanhamento do risco operacional é efectuado pelas funções de Controlo, nomeadamente, Auditoria Interna e Compliance, que garantem a correcta definição das actividades de controlo que permitam mitigar os riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Banco.

De forma a garantir a correcta implementação das actividades de controlo acima indicadas as funções de controlo efectuam ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

É intenção da Direcção de Auditoria Interna a realização durante 2016 continuar a desenvolver acções de auditoria às funções chave da actividade do Banco e o acompanhamento dos planos de acção resultantes da implementação dos processos que visam o cumprimento do disposto nos Avisos n.º1/2013 e n.º2/2013, de 22 de Março, do BNA.

Periodicamente são realizados reportes à Comissão Executiva relativos às auditorias e inspecções efectuadas com a indicação das situações identificadas e os planos de acção a implementar.

A Direcção de Risco encontra-se a ultimar uma metodologia de gestão e acompanhamento do Risco Operacional, que se espera implementar no decorrer de 2016.

	Total (MAKZ)	[0 - 7D]	[7D - 1M]	[1M - 3M]	[3M - 6M]	[6M - 1A]	[1A - 3A]	[> 3A]	Total (%)
Disponibilidades	155.697	23,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,6%
Aplicações em IC's	79.475	0,0%	5,6%	1,5%	4,4%	0,5%	0,0%	0,0%	12,0%
Títulos e valores mobiliários	425.641	0,7%	0,3%	3,0%	2,9%	6,8%	35,8%	15,0%	64,6%
Total	660.813	24,3%	5,9%	4,5%	7,3%	7,3%	35,8%	15,0%	100,0%

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

No âmbito do risco de concentração, a Direcção de Risco encontra-se a ultimar o processo de análise periódica e reporte do mesmo.

RISCO REPUTACIONAL

A imagem do Banco é acompanhada pela Direcção de Marketing que realiza ao longo do ano campanhas publicitárias e acções junto dos seus clientes que permitam transmitir os princípios e valores associados ao Banco BIC.

O Banco tem como política reputacional a constante transmissão da visão, missão e valores que norteiam a actividade do Banco e o seu relacionamento com os clientes, contrapartes, accionistas, investidores e a Entidade de Supervisão.

RISCO DE COMPLIANCE

No âmbito do risco de compliance são objetivos do Banco o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes e das orientações dos Órgãos Sociais, de modo a proteger a reputação da Instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.





05

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As Instituições de Crédito são susceptíveis de utilização para dissimular, converter, transferir, ou investir fundos de origem ilícita, resultantes de actividades tipificadas como criminosas.

A República de Angola aprovou as Resoluções n.ºs 19/99 de 30 de Julho, 21/10 de 22 de Junho e 38/10 de 17 de Dezembro, publicadas nos DR. I.ª Série n.ºs 31, 115 e 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo, respectivamente, com vista a garantir a segurança e do sistema financeiro angolano.

A Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

O Aviso n.º22/2012 do Banco Nacional de Angola, nos termos do disposto no artigo 36.º da Lei n.º34/11, regulamenta as condições de exercício das obrigações previstas na referida lei.

Este conjunto de disposições legais não se limita a criminalizar certos comportamentos, nomeadamente os que se traduzem em "branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas", estabelece também um conjunto de medidas de carácter preventivo, especialmente dirigidas ao sistema financeiro.

Neste sentido, o Banco BIC tem vindo a adoptar estratégias, políticas e processos, nomeadamente, através da criação de normas e ordens de serviço que permitam a prevenção contra a utilização das Instituições de Crédito no Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo.

O Gabinete de Compliance tem a responsabilidade de garantir o cumprimento dos procedimentos adoptados com vista ao cumprimento do acima referido.

Tal como referido no capítulo de Compliance, é da responsabilidade do Gabinete garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco para esta área e o reporte de situações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).



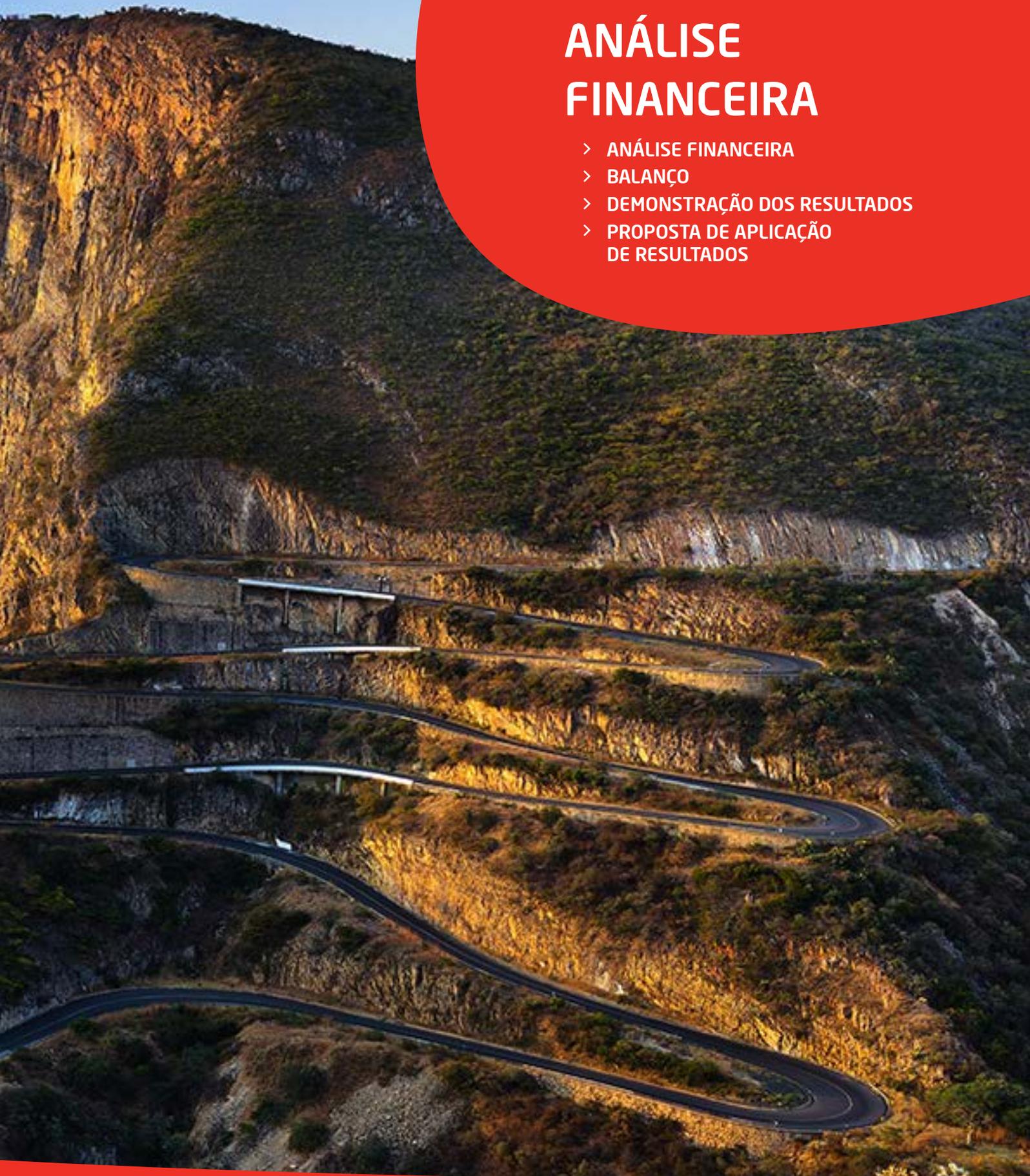


Serra da Leba

06

ANÁLISE FINANCEIRA

- > ANÁLISE FINANCEIRA
- > BALANÇO
- > DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- > PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



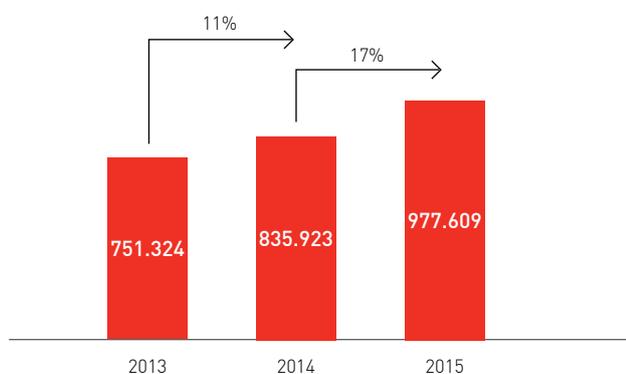
ANÁLISE FINANCEIRA

No exercício 2015, manteve-se a tendência de crescimento do Volume de Negócios do Banco BIC, o qual aumentou 13% face a 31 de Dezembro de 2014, atingindo o montante de AKZ 1.582.067 milhões.

O Activo Líquido do Banco ascende a AKZ 977.609 milhões em 31 de Dezembro de 2015, um aumento de AKZ 141.686 milhões face a 2014, correspondente a uma variação de 17%. Este aumento foi potenciado pela carteira de Títulos e Valores Mobiliários, que passou de AKZ 369.979 milhões em 31 de Dezembro de 2014 para AKZ 425.641 milhões (crescimento verificado essencialmente ao nível da carteira de Dívida Pública Angolana), pelo Crédito sobre Clientes, que registou um aumento de AKZ 43.981 milhões, e pelo aumento das Disponibilidades e Aplicações de Liquidez, as quais sofreram um aumento de AKZ 40.918 milhões.

Activo Líquido

Milhões de AKZ



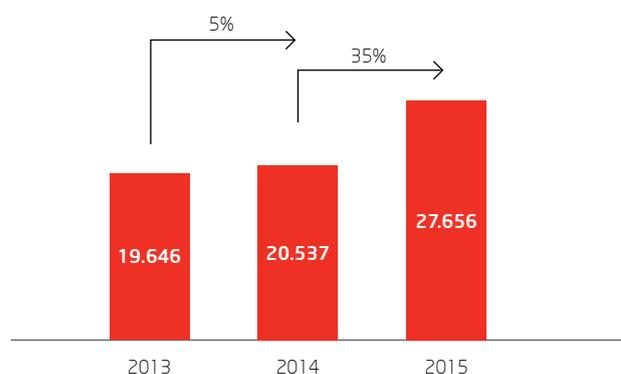
O Activo é financiado, essencialmente, pelos recursos de clientes, os quais registaram um aumento de AKZ 55.950 milhões (8%) face a 31 de Dezembro de 2014, enquanto que o crédito concedido ao Estado aumentou 53.305 milhões no exercício, correspondente a um crescimento de 15%. Em 31 de Dezembro de 2015, os recursos de clientes ascendem a AKZ 740.622 milhões.

O resultado líquido do Banco BIC no exercício de 2015 totalizou AKZ 27.656 milhões, o que comparado com o resultado líquido de AKZ 20.537 milhões no exercício de 2014, corresponde a um aumento de 35% face ao período homólogo. O aumento verificado é explicado essencialmente pela variação dos resultados cambiais.

A carteira de crédito concedido a clientes, apresentou um aumento de 23%, face a 2014.

Resultado Líquido

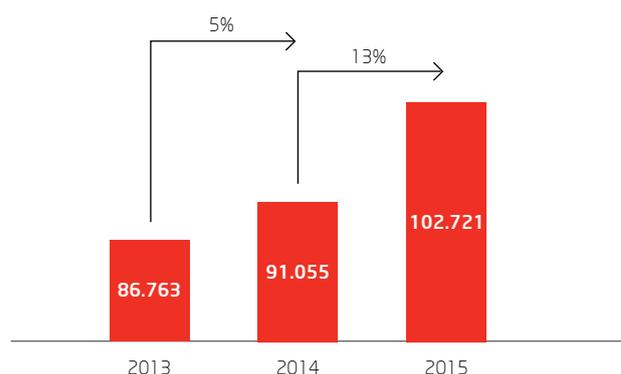
Milhões de AKZ



Em 31 de Dezembro de 2015, os capitais próprios do Banco ascendem a AKZ 102.721 milhões, um aumento de AKZ 11.666 milhões, face aos AKZ 91.055 milhões que se verificaram em 31 de Dezembro de 2014. Esta variação é explicada por um lado, pelo resultado líquido do exercício (AKZ 27.656 milhões) e, por outro lado, pela distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2014, ocorrida em 2015, no montante de AKZ 20.537 milhões.

Capitais Próprios

Milhões de AKZ



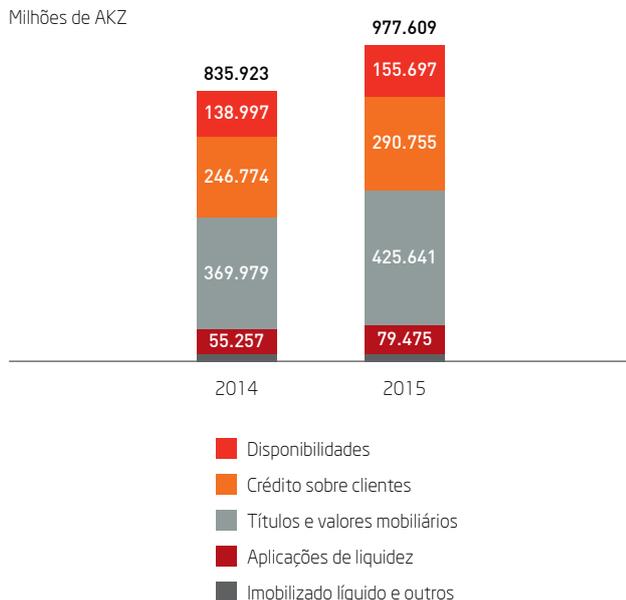
BALANÇO

ACTIVO

A 31 de Dezembro de 2015, o Activo Líquido atingiu o montante total de AKZ 977.609 milhões, tendo assim registado um aumento de 17% em relação ao ano de 2014. De salientar o crescimento da rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, a qual apresentou um aumento de AKZ 55.661 milhões face a 31 de Dezembro de 2014, resultante do aumento das Obrigações do Tesouro em 109.688, compensado em parte pela diminuição do montante de Bilhetes do Tesouro em carteira em AKZ 58.028 milhões. Adicionalmente, o Crédito sobre Clientes registou um aumento de AKZ 43.981 milhões e as Disponibilidades e Aplicações de Liquidez aumentaram AKZ 40.918 milhões face a 31 de Dezembro de 2014.

Activo Líquido

Milhões de AKZ



Em milhões

Activo Líquido	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Disponibilidades	155.697	1.151	138.997	1.351	12%
Aplicações de liquidez	79.475	587	55.257	537	44%
Títulos e valores mobiliários	425.641	3.146	369.979	3.597	15%
Crédito sobre clientes	290.755	2.149	246.774	2.399	18%
Imobilizado líquido	11.963	88	11.455	111	4%
Outros activos	14.078	104	13.461	132	5%
Total	977.609	7.225	835.923	8.127	17%

CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES

O Banco BIC mantém a sua disponibilidade para apoiar os investimentos de clientes na Economia Angolana, seleccionando projectos adequados ao seu perfil de risco de crédito, nos vários sectores de actividade económica.

A carteira de crédito concedido a clientes (incluindo o crédito por assinatura) apresentou um saldo de AKZ 421.712 milhões em 31 de Dezembro de 2015, equivalente a um aumento de 23%, face aos AKZ 343.172 milhões apurados em 31 de Dezembro de 2014.

Em milhões

Crédito Concedido a Clientes	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Crédito Total	421.712	3.116	343.172	3.336	23%
Crédito sobre Clientes	305.539	2.258	256.102	2.490	19%
Crédito Moeda Nacional	151.996	1.123	173.120	1.683	-12%
Crédito Moeda Estrangeira	153.543	1.135	82.982	807	85%
Crédito e Juros Vencidos	23.639	175	18.810	183	26%
Crédito e Juros Vencidos Moeda Nacional	12.558	93	8.079	79	55%
Crédito e Juros Vencidos Moeda Estrangeira	11.081	82	10.731	104	3%
Juros a Receber	6.081	44	3.888	37	56%
Juros a Receber Moeda Nacional	3.559	26	2.661	26	34%
Juros a Receber Moeda Estrangeira	2.522	18	1.227	11	106%
Crédito por Assinatura	86.453	639	64.372	626	34%
Garantias e Avals Prestados	78.607	581	54.515	530	44%
Créditos Documentários Abertos	7.846	58	9.857	96	-20%
Provisões constituídas para riscos de crédito	45.807	339	33.137	322	38%
> Créditos de liquidação duvidosa	44.504	329	32.026	311	39%
> Prestação de garantias	1.303	10	1.111	11	17%
Crédito Concedido, Líquido de Provisões	375.905	2.777	310.035	3.014	21%
Crédito vencido/ Crédito Total	7,18%	7,18%	6,84%	6,84%	

O crédito concedido a clientes no final do exercício de 2015 representa cerca de 34% do total do activo (33% em 31 de Dezembro de 2014).

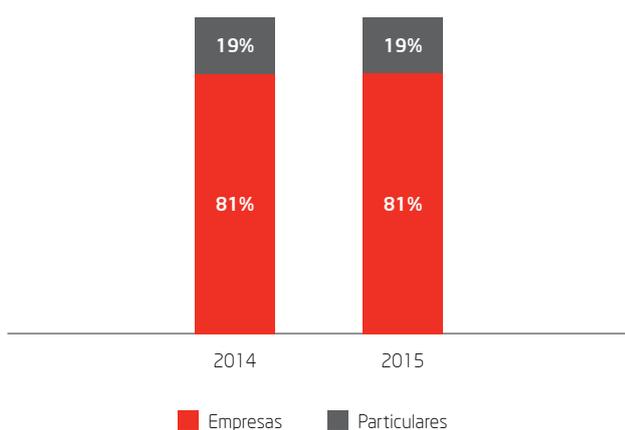
No exercício de 2015, a desvalorização da moeda nacional face ao Dólar Norte-Americano teve como consequência o aumento do peso do crédito em moeda estrangeira face ao crédito concedido total de 34% para 50%.

No exercício em análise, o crédito por assinatura aumentou AKZ 22.081 milhões, o equivalente a 34%, fixando-se em AKZ 86.453 milhões em 31 de Dezembro de 2015. As Garantias e Avals Prestados aumentaram de AKZ 54.515 milhões no final do exercício de 2014 para AKZ 78.607 milhões em 2015, enquanto que os Créditos Documentários Abertos sofreram uma redução de AKZ 2.011 milhões. Para a manutenção desta rubrica em valores tão elevados, tem contribuído de forma muito significativa o relacionamento com o Banco BIC Português no apoio aos clientes comuns que operam em ambos os mercados.

No exercício de 2015, o Banco manteve a sua política conservadora na classificação do risco das operações de crédito concedido, reforçando as provisões constituídas para riscos de crédito. Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco BIC dispõe de provisões totais no montante de, aproximadamente, AKZ 45.807 milhões, ou seja, uma variação líquida face a 31 de Dezembro de 2014 de cerca de AKZ 12.670 milhões (38%).

Em 31 de Dezembro de 2015, a cobertura do crédito concedido por provisões ascende a 13,52% que compara com os 11,65% verificados em 31 de Dezembro de 2014. Por sua vez, a cobertura do crédito vencido por provisões, situa-se em cerca de 188% no final do exercício de 2015 (170% em 2014).

Repartição do Crédito por Beneficiários



Em 31 de Dezembro de 2015, à semelhança do final do ano anterior, cerca de 81% da carteira de crédito correspondeu ao crédito concedido a Empresas, enquanto que os restantes 19% se referem a Clientes Particulares.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito pode ser decomposta por tipo de produto como segue:

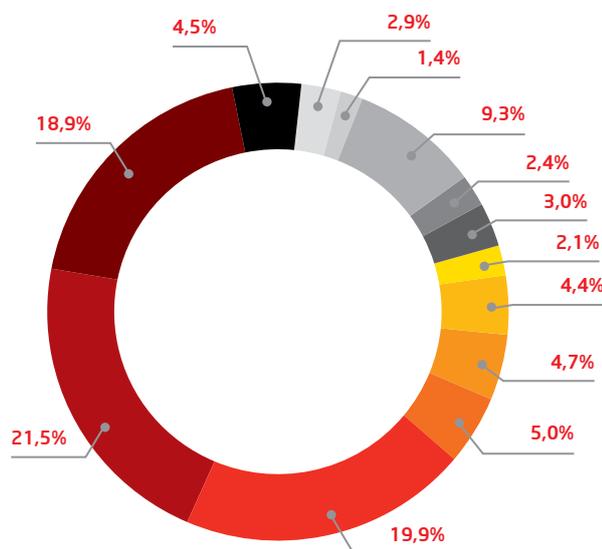
Em milhões

Crédito por Tipo de Produto	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Financiamentos	246.555	1.823	183.659	1.785	34%
Garantias e avals prestados	78.607	581	54.515	530	44%
Habituação	31.309	231	27.688	269	13%
Tesouraria	29.215	216	40.664	395	-28%
Crédito ao consumo	17.420	129	17.401	169	0%
Créditos documentários abertos	7.846	58	9.857	96	-20%
Investimento	3.984	29	2.958	29	35%
Descobertos em depósitos à ordem	3.979	29	4.068	40	-2%
Crédito cartão VISA	1.924	14	1.445	14	33%
Automóvel	873	6	917	9	-5%
Total	421.712	3.116	343.172	3.336	23%

O aumento do crédito concedido é explicado pelo aumento dos produtos de financiamento e garantias e avals prestados no exercício de 2015.



A distribuição da carteira de crédito por tipo de produtos revela uma grande diversidade de actividades apoiadas pelo Banco BIC. Os produtos mais procurados pelos clientes do Banco correspondem aos Financiamentos, com um peso de 58,5%, Garantias e avales prestados com 18,6%, Crédito para Habitação com 7,4%, o crédito para apoio de Tesouraria com 6,9%, e o Crédito ao Consumo com um peso de 4,1%.



■	Particulares
■	Construção
■	Comércio
■	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas
■	Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)
■	Indústrias Transformadoras
■	Transportes, Armazenagem e Comunicações
■	Educação, Saúde e Acção Social
■	Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)
■	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
■	Administração Pública e Segurança Social Obrigatória
■	Actividades Financeiras e de Seguros
■	Outras actividades recreativas, associativas e de serviços
■	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
■	Pesca

No primeiro semestre de 2015, o sector da construção e o sector do comércio com 21,5% e 19,9%, respectivamente foram aqueles que, em termos de créditos concedidos, mereceram o maior apoio do Banco BIC. Destaca-se também, os créditos concedidos a clientes particulares que absorveram 19% do total de crédito concedido.

O reforço verificado ao nível das provisões para crédito permitiu que o rácio de provisões para crédito sobre o crédito concedido aumentasse de 11,65% para 13,52% no final do exercício de 2015.

No final do exercício de 2015, embora se tenha verificado um aumento do crédito e juros vencidos para AKZ 23.639 milhões face aos valores apresentados no final do exercício de 2014, o Banco mantém uma adequada cobertura no risco de crédito por provisões.

O reforço verificado ao nível das provisões para crédito permitiu que o rácio de provisões para crédito sobre o crédito concedido aumentasse de 11,65% para 13,52% no final do exercício de 2015, sendo, na mesma data, a cobertura do crédito vencido por provisões de 188%.

Em milhões

Crédito Vencido	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Crédito Concedido	329.178	2.433	274.912	2.673	20%
Crédito Vencido	23.639	175	18.810	183	26%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	7,18%		6,84%		5%
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões	188%		170%		11%
Provisões para Crédito / Crédito Concedido	13,52%		11,65%		16%

CARTEIRA DE TÍTULOS

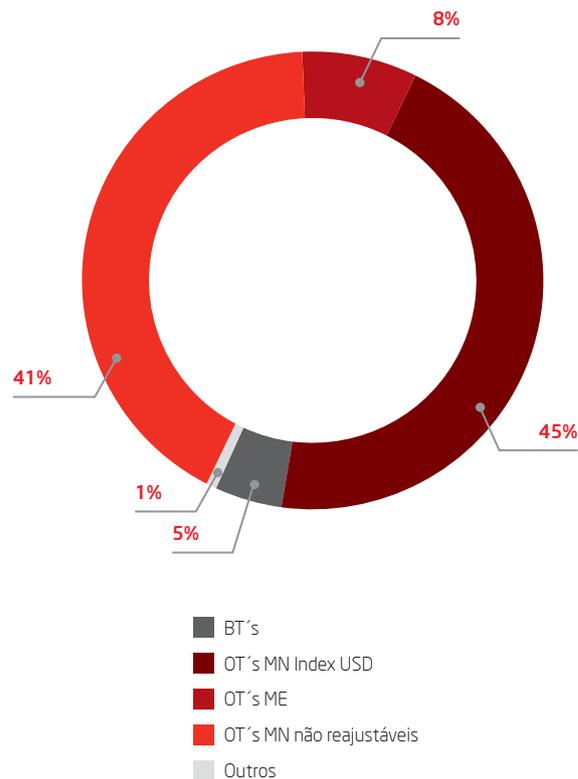
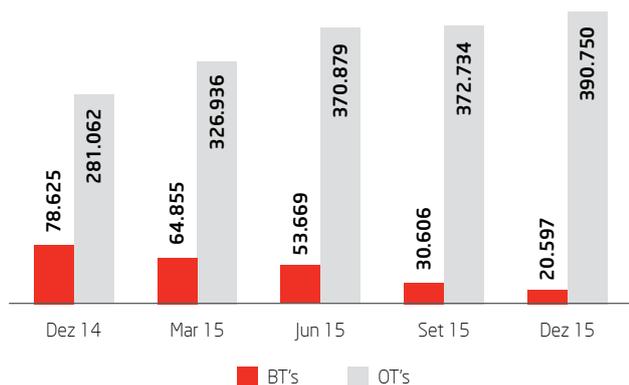
A carteira de títulos do Banco encontra-se classificada de acordo com a substância inerente ao propósito da sua aquisição e, nos termos do normativo aplicável, compreende as seguintes categorias:

- Mantidos para negociação - onde se incluem os Bilhetes do Tesouro (BT's), denominados em Kwanzas.
- Disponíveis para venda - participações por via de acções.
- Mantidos até ao vencimento - onde se incluem as Obrigações do Tesouro (OT's) denominadas ou indexadas ao Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro (OT's) em Moeda Nacional não Reajustáveis.

Em milhões

Carteira de Títulos	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Mantidos para negociação	22.999	170	80.650	784	-71%
> Bilhetes do Tesouro	20.597	152	78.625	764	-74%
> Outros títulos de negociação	1.449	11	-	-	100%
> Juros a Receber	953	7	2.025	20	-53%
Disponíveis para venda	4.459	33	3.551	35	26%
Mantidos até ao vencimento	398.183	2.943	285.778	2.778	39%
> Obrigações do Tesouro	390.750	2.888	281.062	2.732	39%
- Em Moeda Nacional (Index USD)	187.397	1.385	98.060	953	91%
- Em Moeda Estrangeira (USD)	33.683	249	13.165	128	156%
- Em Moeda Nacional (não reajustáveis)	169.670	1.254	169.837	1.651	0%
> Juros a receber	7.433	55	4.716	46	58%
Total	425.641	3.146	369.979	3.597	15%

A carteira de títulos do banco registou no exercício de 2015 um aumento de cerca de AKZ 55.662 milhões (15%) face à posição em 31 de Dezembro de 2014. Para esta variação contribuíram, por um lado, o aumento das Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional Indexadas ao Dólar Norte-Americano e denominadas em Dólares Norte-Americanos, que aumentaram AKZ 89.337 milhões e AKZ 20.518 milhões, respectivamente, e, por outro lado, a redução dos Bilhetes do Tesouro em AKZ 58.028 milhões no exercício de 2015.



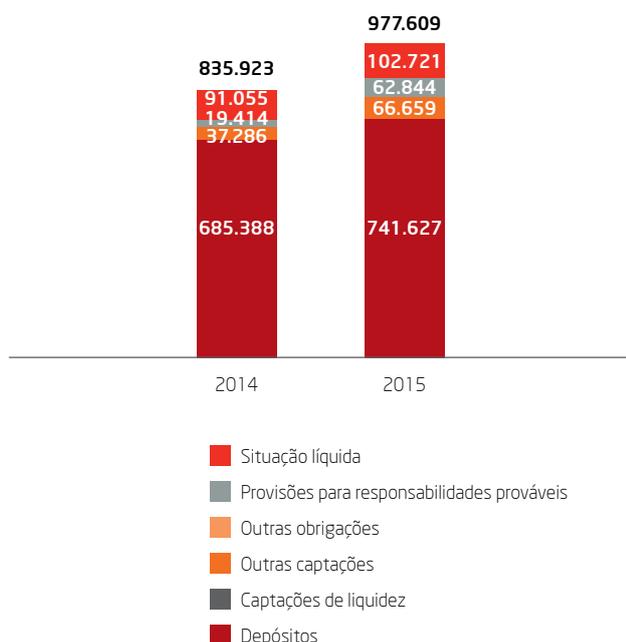
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

O passivo do Banco registou no exercício de 2015 um aumento de cerca de AKZ 130.019 milhões face ao exercício de 2014, o que corresponde a uma variação de 17%. Esta deveu-se, essencialmente, ao aumento da rubrica de Depósitos de Clientes em cerca de AKZ 55.950 milhões (8%) e das Outras Obrigações em AKZ 43.430 milhões, face ao ano anterior.

No exercício de 2015, os capitais próprios do Banco aumentaram AKZ 11.666 milhões o que se deveu por um lado, ao resultado líquido do exercício (AKZ 27.656 milhões) e, por outro lado, à distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2014, ocorrida em 2015, no montante de AKZ 20.537 milhões.

Passivo e Situação Líquida

Em milhões



Em milhões

Passivo e Situação Líquida	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos	741.627	5.480	685.388	6.663	8%
> Depósitos de Clientes	740.622	5.473	684.672	6.656	8%
> Depósitos à ordem de Instituições de Crédito	1.005	7	716	7	40%
Outras captações	66.659	493	37.286	362	79%
Outras obrigações	62.844	465	19.414	190	224%
Provisões para responsabilidades prováveis	3.758	28	2.780	27	35%
Situação líquida	102.721	759	91.055	885	13%
Total	977.609	7.225	835.923	8.127	17%

RECURSOS DE CLIENTES

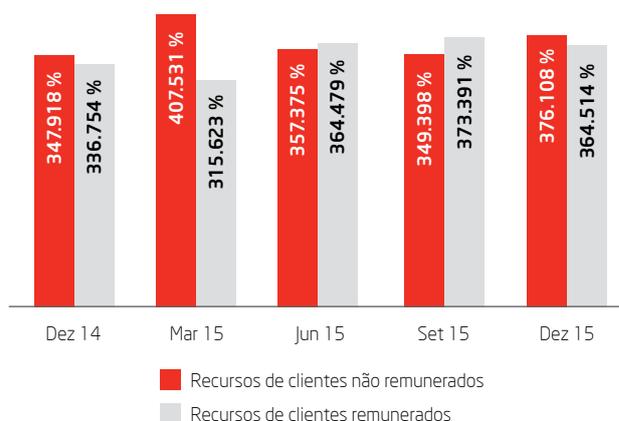
A carteira de recursos totais de clientes no exercício de 2015 ascende a AKZ 740.622 milhões, correspondendo a um aumento de AKZ 55.950 milhões e uma variação de 8% face a 31 de Dezembro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2015, os Recursos Totais de Clientes incluem depósitos à ordem no montante de AKZ 371.738 milhões, depósitos a prazo no montante de AKZ 364.514 milhões e outros depósitos no montante AKZ 4.370 milhões.

Recursos Totais de Clientes	2015		2014		Var. %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos de Clientes	736.252	5.441	679.187	6.603	8%
> Depósitos à Ordem	371.738	2.747	342.433	3.329	9%
- Moeda Nacional	289.566	2.140	279.654	2.719	4%
- Moeda Estrangeira	82.172	607	62.779	610	31%
> Depósitos a Prazo	364.514	2.694	336.754	3.274	8%
- Moeda Nacional	251.286	1.857	204.763	1.991	23%
- Moeda Estrangeira	113.228	837	131.991	1.283	-14%
Outros Depósitos	4.370	32	5.485	53	-20%
- Moeda Nacional	4.370	32	5.485	53	-20%
Total	740.622	5.473	684.672	6.656	8%

A 31 de Dezembro de 2015, cerca de 74% da Carteira de Recursos de Clientes é denominada em moeda nacional (72% em 2014), sendo os restantes 26% denominados em moeda estrangeira.

No exercício de 2015 e 2014, cerca de 49% dos depósitos correspondem a recursos remunerados, equivalentes a AKZ 364.514 milhões e AKZ 336.754 milhões, respectivamente.



O rácio de transformação de Crédito/Recursos aumentou de 94% em 31 de Dezembro de 2014 para 102% em 31 de Dezembro de 2015.

Em milhões

Rácio de Transformação	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Recursos de Clientes	684.672	6.656	740.622	5.473
Crédito Total (incluindo Crédito ao Estado)	645.228	6.273	754.992	5.580
Total	102%		94%	

PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis ascende a cerca de AKZ 3.757 milhões (AKZ 2.780 milhões em 31 de Dezembro de 2014). Deste total, AKZ 1.303 milhões referem-se a provisões para garantias prestadas, AKZ 2.152 milhões dizem respeito a provisões para pensões de reforma e os restantes AKZ 302 milhões correspondem a provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de outros activos e contas de regularização.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015, os capitais próprios do Banco totalizam AKZ 102.721 milhões, tendo-se verificado um aumento de AKZ 11.666 milhões, equivalente a cerca de 13%, face a 31 de Dezembro de 2014.

Para esta variação dos capitais próprios do Banco BIC contribuiu por um lado, o resultado líquido do exercício (AKZ 27.656 milhões) e, por outro lado, a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2014, ocorrida em 2015, no montante de AKZ 20.537 milhões.

Em milhões

Capitais Próprios	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3.000	22	3.000	29
Reservas	72.065	533	67.518	656
Resultado Líquido do Exercício	27.656	204	20.537	200
Total	102.721	759	91.055	885

A rubrica de reservas aumentou AKZ 4.547 milhões no exercício de 2015, dos quais AKZ 4.107 milhões correspondem a 20% do resultado líquido do exercício de 2014, conforme a aplicação dos resultados aprovada pela Assembleia Geral. Em 31 de Dezembro de 2015, o total de reservas no montante de AKZ 72.065 milhões é composto pela reserva de actualização monetária dos fundos próprios relativa ao exercício de 2009 no montante de AKZ 5.798 milhões, pela reserva legal no montante de AKZ 23.452 milhões, e pelas outras reservas no montante de AKZ 42.815 milhões.

Em 31 de Dezembro de 2015, os Fundos Próprios Regulamentares do Banco calculados de acordo com o Instrutivo 03/2011, do Banco Nacional de Angola, de 8 de Junho, eram de cerca de AKZ 100.986 milhões, o que equivale a um Rácio de Solvabilidade Regulamentar de cerca de 16% comparável com os 21% apresentados a 31 de Dezembro de 2014.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

O Banco BIC terminou o exercício de 2015 com um lucro líquido de AKZ 27.656 milhões, o que corresponde a um aumento de 35% face ao período homólogo.

Em milhões

Conta de Exploração	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
1. Margem financeira (MF)	34.108	252	31.982	311
2. Margem complementar (MC)	24.288	179	7.861	76
3. Resultados de intermediação financeira (RIF)=(MF)+(MC)	58.396	431	39.843	387
4. Res.com mercadorias,produtos e outros serviços =(RMPOS)	73	1	59	1
5. Custos administrativos e de comercialização (CAC)	28.463	210	19.211	187
6. Resultado de imobilizações financeiras (RF)	40	-	32	-
7. Outros proveitos e custos operacionais (OPCO)	(890)	(7)	175	2
8. Resultado operacional (RO) = (RIF)+(RMPOS)-(CAC)-(RF)+(OPCO)	29.076	215	20.834	203
9. Resultado não operacional (RNO)	36	-	784	8
10. Resultado antes de impostos (RAI) = (RO)+(RNO)	29.112	215	21.618	211
11. Impostos sobre lucros (IL)	1.456	11	1.081	11
12. Resultado Líquido do Exercício (RLE) = (RAI)-(IL)	27.656	204	20.537	200
13. Cash Flow Após Impostos (CF)	38.819	287	30.354	295

O lucro líquido registado no exercício de 2015 foi positivamente influenciado pelo aumento da margem complementar em AKZ 16.427 milhões, resultante dos resultados de negociação e ajuste ao valor justo registados.

No exercício de 2015, a margem financeira registou um aumento de AKZ 2.126 milhões face ao exercício de 2014. Pese embora os proveitos com Juros de Crédito tenham diminuído, os proveitos com Juros de Títulos e Valores Mobiliários apresentaram um crescimento de 29,8% face ao exercício de 2014. Em termos relativos esta rubrica, que representava cerca de 48% da Margem Financeira Activa em 31 de Dezembro de 2014, passou a representar 56% no final do exercício de 2015.

Em milhões

Margem Financeira	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Juros de Crédito	21.816	161	22.410	218
Juros de Títulos e Valores Mobiliários	9.448	218	22.680	220
Juros de Aplicações de Liquidez	1.209	9	1.811	18
Juros de Instrumentos Financeiros Passivos	(18.365)	(136)	(14.919)	(145)
Total	34.108	252	31.982	311

No exercício de 2015, a Margem Complementar apresentou um aumento de AKZ 16.427 milhões face ao exercício de 2014, explicado pelo aumento da rubrica de Resultados de negociação e ajuste ao valor justo. Esta variação resultou da valorização das Obrigações do Tesouro Indexadas ao Dólar Norte-Americano e das Obrigações em Moeda Estrangeira no exercício.

Em milhões

Margem Complementar	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Resultados de negociação e ajuste ao valor justo	1.520	11	509	5
Resultados de operações cambiais	26.202	193	9.805	95
Resultados de prestação de serviços financeiros	6.462	48	6.003	58
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(9.896)	(73)	(8.456)	(82)
Total	24.288	179	7.861	76

Os resultados de operações cambiais, que correspondem essencialmente aos ganhos e perdas cambiais obtidos na carteira de títulos emitidos ou indexados a moeda estrangeira e nos depósitos em moeda nacional indexados a moeda estrangeira, nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial em Moeda Estrangeira, fixaram-se em AKZ 26.202 milhões, no exercício de 2015, resultado da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano verificada no exercício.

Os resultados de prestação de serviços financeiros correspondem aos ganhos com comissões cobradas.

Os encargos administrativos do Banco, que agregam os custos com o pessoal no montante de AKZ 11.725 milhões, os fornecimentos de terceiros e outros gastos no montante de AKZ 15.883 milhões e as depreciações e amortizações do exercício de AKZ 855 milhões, registaram um aumento de cerca de AKZ 9.252 milhões (48%) face ao exercício de 2014.

Em milhões

Custos Administrativos e de Comercialização	2015		2014	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Pessoal	11.725	87	9.836	96
Fornecimentos de terceiros e outros gastos	15.883	117	8.348	81
Depreciações e amortizações	855	6	1.027	10
Total	28.463	210	19.211	187

Os custos com o pessoal totalizaram AKZ 11.725 milhões, com um aumento face ao exercício de 2014 de AKZ 1.889 milhões, enquanto que os fornecimentos de terceiros e outros gastos ascenderam a AKZ 15.883 milhões, com uma variação de 90% face ao período homólogo.

As depreciações e amortizações do exercício fixaram-se nos AKZ 855 milhões, o que representa um ligeiro decréscimo do nível de amortizações verificado no exercício de 2014.

Pese embora se tenha verificado uma diminuição no número de colaboradores de 2.097 em 31 de Dezembro de 2014 para 2.089 colaboradores em 31 de Dezembro de 2015, a expansão da rede comercial do Banco de 219 para 223 unidades comerciais e o aumento dos custos com serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco contribuíram para o aumento dos custos administrativos e de comercialização.

Em milhões de AKZ

Cost-to-income	2015	2014
Custos Administrativos e de Comercialização	28.463	19.211
Resultado de Intermediação Financeira	58.396	39.843
Cost-to-income	49%	48%

No exercício de 2015, o rácio cost-to-income aumentou ligeiramente de 48% para 49% face ao exercício anterior.

No exercício de 2015, os impostos sobre lucros registados ascenderam a AKZ 1.456 milhões (AKZ 1.081 milhões no exercício de 2014), correspondentes a uma taxa efectiva de imposto industrial de cerca de 5%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano encontram-se excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Código deste imposto. Este enquadramento fiscal é determinante para a diferença entre o prejuízo fiscal apurado e a taxa nominal em vigor (30%).

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, introduziu uma norma de sujeição a IAC sobre os juros dos Bilhetes do Tesouro, das Obrigações do Tesouro e de outras aplicações financeiras. Contudo, conforme referido acima, apenas se aplica relativamente aos títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

A taxa de IAC varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com este imposto que se encontram registados na demonstração dos resultados, na rubrica de "Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado", ascendem a mAKZ 1.190.033 e mAKZ 874.478, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 9,09% e 9,05%, respectivamente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais relativas à constituição de reservas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, no montante de 27.656 milhões de Kwanzas Angolanos, tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal 20%

5.531 milhões de Kwanzas

Distribuição de Dividendos aos Accionistas 80%

22.125 milhões de Kwanzas





Miradouro da Lua



07

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E NOTAS**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

	Notas	2015	2014
Activo			
Disponibilidades	3	155.697.399	138.997.119
Aplicações de liquidez		79.474.542	55.256.508
> Aplicações em Instituições de Crédito	4	79.464.765	54.788.902
> Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	4	-	457.829
> Aplicações em Ouro e Outros Metais Preciosos		9.777	9.777
Títulos e valores mobiliários	5	425.640.860	369.979.711
> Mantidos para Negociação		22.998.659	80.649.565
> Disponíveis para Venda		4.459.067	3.551.284
> Mantidos até o Vencimento		398.183.134	285.778.862
Créditos no sistema de pagamentos		162.555	3.757
Operações cambiais	6	34.051	2.700.681
Créditos		290.754.947	246.773.618
> Créditos sobre clientes	7	335.258.547	278.800.101
> (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7 e 15	(44.503.600)	(32.026.483)
Outros valores	8	13.880.899	10.756.413
Imobilizações		11.963.431	11.454.737
> Imobilizações Financeiras	9	351.788	365.080
> Imobilizações Corpóreas	10	11.599.639	11.080.932
> Imobilizações Incorpóreas	10	12.004	8.725
Total do Activo		977.608.684	835.922.544
Passivo			
Depósitos		741.627.154	685.388.001
> Depósitos à Ordem	11	372.742.983	343.148.826
> Depósitos a Prazo	11	364.514.317	336.753.876
> Outros depósitos	11	4.369.854	5.485.299
Obrigações no sistema de pagamentos	12	45.869.195	7.395.853
Operações cambiais	6	34.317	2.704.402
Outras captações	13	66.659.313	37.286.370
> Outras Captações		66.659.313	37.286.370
Outras obrigações	14	16.902.331	9.234.332
Fornecedores comerciais e industriais		37.611	78.290
Provisões para responsabilidades prováveis	15	3.757.291	2.779.990
Total do Passivo		874.887.212	744.867.238
Fundos Próprios			
Capital social	16	3.000.000	3.000.000
Reserva de actualização monetária dos fundos próprios	16	5.797.507	5.797.507
Reservas e fundos	16	64.896.150	60.788.846
Resultados potenciais	16	1.371.686	932.434
Resultado líquido do exercício	16	27.656.129	20.536.519
Total dos Fundos Próprios		102.721.472	91.055.306
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		977.608.684	835.922.544

O Anexo faz parte Integrante destes balanços.

Demonstrações dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

	Notas	2015	2014
Margem Financeira	20	34.108.042	31.982.231
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	20	52.472.650	46.901.476
Proveitos de Aplicações de Liquidez		1.208.817	1.811.015
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		29.447.646	22.679.886
Proveitos de Créditos		21.816.187	22.410.575
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	20	(18.364.608)	(14.919.245)
Custos de Depósitos		(16.594.652)	(13.837.477)
Custos de Captações para Liquidez		(1.769.956)	(1.081.768)
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	21	1.520.513	509.187
Resultados de Operações Cambiais	22	26.201.691	9.804.928
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	23	6.462.282	6.002.690
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	15	(9.896.316)	(8.455.694)
Resultado De Intermediação Financeira		58.396.212	39.843.342
Resultados Com Mercadorias, Produtos E Outros Serviços		72.784	59.061
(-) Custos Administrativos e de Comercialização		(29.822.412)	(20.298.077)
Pessoal	24	(11.725.128)	(9.835.861)
Fornecimentos de Terceiros	25	(15.845.721)	(8.299.139)
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	18	(1.351.364)	(1.067.372)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		(7.780)	(19.168)
Outros Administrativos e de Comercialização		(37.248)	(49.106)
Depreciações e Amortizações	10	(855.171)	(1.027.431)
(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	15	(410.975)	(334.683)
Resultado de Imobilizações Financeiras	9	(40.236)	(31.869)
Outros Proveitos e Custos Operacionais	26	880.096	1.595.650
Outros Proveitos e Custos Operacionais		(29.393.527)	(19.068.979)
Resultado Operacional		29.075.469	20.833.424
Resultado não Operacional	27	36.246	783.964
Resultado antes dos Impostos e outros Encargos		29.111.715	21.617.388
(-) Encargos Sobre o Resultado Corrente	18	(1.455.586)	(1.080.869)
Resultado Líquido do Exercício		27.656.129	20.536.519
Acções em circulação	16	3.000.000	3.000.000
Resultado por acção (mAKZ)		9,22	6,85

O Anexo faz parte Integrante destes balanços.

Demonstrações de mutações nos fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

	Capital Social	Actualização dos fundos próprios		Reserva legal	Outras reservas	Resultados potenciais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Fundos próprios
		Capital	Resultados						
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.414.511	4.170.188	1.627.319	15.415.958	35.870.555	1.459.694	6.158.618	19.646.021	86.762.864
> Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	3.929.204	-	-	-	(3.929.204)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(15.716.817)	(15.716.817)
> Reclassificação dos resultados transitados para outras reservas	-	-	-	-	6.158.618	-	(6.158.618)	-	-
> Aumento do capital social por incorporação de reservas	585.489	-	-	-	(585.489)	-	-	-	-
> Resultados potenciais	-	-	-	-	-	(527.260)	-	-	(527.260)
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.536.519	20.536.519
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	4.170.188	1.627.319	19.345.162	41.443.684	932.434	-	- 20.536.519	91.055.306
> Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	-	4.107.304	-	-	-	(4.107.304)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(16.429.215)	(16.429.215)
> Resultados potenciais	-	-	-	-	-	439.252	-	-	439.252
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	27.656.129	27.656.129
Saldos em 31 De dezembro de 2015	3.000.000	4.170.188	1.627.319	23.452.466	41.443.684	1.371.686	-	- 27.656.129	102.721.472

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos

	2015	2014
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	41.982.872	42.179.334
Fluxo de caixa da margem financeira	31.495.339	31.354.916
> Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	48.642.884	45.592.468
> Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(17.147.545)	(14.237.552)
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	4.025.251	4.821.728
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	6.462.282	6.002.690
Fluxo de caixa dos resultados com outros serviços	(31.023.563)	(19.515.502)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(27.558.694)	(19.145.436)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(2.869.837)	(428.271)
Pagamento de contribuição industrial	(249.677)	(587.765)
Outros valores	174.354	24.300
Outras obrigações	(519.709)	621.670
Fluxo de caixa dos investimentos	(84.959.666)	(68.522.576)
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(83.594.523)	(67.662.180)
> Investimentos em aplicações de liquidez	(24.189.825)	31.312.309
> Investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(6.613.732)	(43.400.054)
> Investimentos em créditos sobre clientes	(52.790.966)	(55.574.435)
Fluxo de caixa das imobilizações	(1.365.143)	(860.396)
> Aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas	(1.365.143)	(874.133)
> Aquisição de imobilizações financeiras	-	13.737
Fluxo de caixa dos financiamentos	90.683.251	62.091.836
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	107.112.466	77.808.653
> Financiamentos em depósitos	77.830.115	69.225.219
> Financiamentos em captações de liquidez	-	(1.000.000)
> Financiamentos em captações com outras captações	29.282.351	9.583.434
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(16.429.215)	(15.716.817)
Pagamento de dividendos	(16.429.215)	(15.716.817)
Variações em disponibilidades	16.682.894	16.233.092
Saldo em disponibilidades do início do período	138.997.119	122.764.027
Saldo em disponibilidades do fim do período	155.680.013	138.997.119

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória

O Banco BIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco BIC” ou “Banco”) foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para a realização das suas operações, o Banco dispõe actualmente em Angola de uma rede nacional de 202 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking (198 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking, em 31 de Dezembro de 2014).

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras - CONTIF, conforme definido no Instrutivo nº 09/07, de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola e actualizações subsequentes. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro 2015 e 2014, os câmbios do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2015	2014
1 USD	135,315	102,863
1 EUR	147,832	125,195

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica de "Resultados de operações cambiais".

c) Créditos sobre clientes

Os créditos concedidos a clientes são registados inicialmente pelo seu valor nominal. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra pro rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação. Os juros de mora são registados na rubrica de "Cobrança de juros de mora, líquidos de anulações" (Nota 27).

Posteriormente, as operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales prestados, são submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso do Banco Nacional de Angola nº 4/2011, de 8 de Junho, e demais instruções e normas aplicáveis.

Em 17 de Dezembro, foi publicado o Aviso n.º 11/2014 do Banco Nacional da Angola, o qual estabelece os requisitos específicos para as operações de crédito e cujas regras deverão ser implementadas a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa e garantias bancárias e avales prestados

Nos termos do normativo em vigor, o Banco classifica as operações de crédito, incluindo as garantias e os avales prestados, por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

As operações de crédito, incluindo as garantias bancárias e os avales prestados, são classificadas de forma individual, tendo em conta as características e os riscos das operações e do tomador do crédito, observando de um modo geral, para as operações sem incumprimento, os seguintes critérios:

- Classe A: Créditos com garantia de contas cativas junto do Banco e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, bem como Títulos do Banco Central);
- Classe B: Créditos com garantia hipotecária e outros clientes que, tendo por base os critérios supra descritos, sejam pelo Banco considerados como de risco muito reduzido; e
- Classe C: Restantes créditos com promessa de hipoteca e/ou com outro tipo de garantias reais, bem como operações que disponham unicamente de garantia pessoal.

O crédito vencido é igualmente analisado de forma casuística e, no mínimo, classificado nos níveis de risco anteriormente indicados, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

Os níveis mínimos de provisionamento são calculados de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento:							
Operações com prazo inferior a dois anos	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses
Operações com prazo superior a dois anos	até 15 dias	de 15 a 60 dias	de 2 a 4 meses	de 4 a 6 meses	de 6 a 10 meses	de 10 a 12 meses	mais de 12 meses

Por regra, as operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. Nestes termos, a reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação ou se se verificar um reforço significativo das garantias recebidas.

Em geral, a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são classificadas no activo a crédito da rubrica "Créditos sobre clientes" (Nota 7).

Sempre que o Banco considere que foram esgotadas as expectativas de recuperação dos montantes em dívida em créditos classificados há mais de seis meses na Classe G, os mesmos são abatidos ao activo através da utilização da respectiva provisão. Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

d) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é valorizada da seguinte forma:

Mantidos para negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda.

Os Bilhetes do Tesouro e os Títulos do Banco Central, emitidos a valor descontado, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre este e o valor de reembolso (valor nominal), que constitui a remuneração do Banco, é reflectida linearmente em resultados ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, por contrapartida da rubrica do activo "Proveitos a receber" (Nota 5).

Disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda correspondem a acções, as quais são registadas inicialmente ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizadas ao justo valor.

As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica "Resultados potenciais – Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda", sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Mantidos até ao vencimento

Esta rubrica inclui os títulos que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à sua maturidade.

As Obrigações do Tesouro são registadas ao custo de aquisição. Os juros decorridos relativos a estes títulos, bem como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (no caso de títulos emitidos a valor descontado), são reflectidos linearmente em resultados, por contrapartida da rubrica do activo "Proveitos a receber" (Nota 5).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor, estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, os resultados da referida actualização do valor nominal dos títulos e do juro corrido são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, nas rubricas de "Resultados de negociações e ajustes ao justo valor" e "Proveitos de títulos e valores mobiliários", respectivamente (Notas 21 e 20).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, estão sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é reflectida na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica "Resultados de operações cambiais" (Nota 22), sendo o desconto e o juro corrido, reflectidos na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários" (Nota 20).

Em 2012 foi publicado o Despacho nº 159/12 de 20 de Fevereiro, o qual autoriza a emissão regular de Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis com taxas de juro de cupão predefinidas por maturidade. Os juros decorridos relativos a estes títulos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários" (Nota 20).

Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco realizou operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o Banco Nacional de Angola em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes (Nota 4).

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda corresponde a diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica "Proveitos de instrumentos financeiros activos – Operações de Compras de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda" (Nota 20).

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica "Aplicações de liquidez – Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda", sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

Operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra

Os títulos cedidos com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica "Operações de venda de títulos de próprios com acordo de recompra". Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação "Custos a pagar" e reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Custos de Instrumentos financeiros passivos – Títulos vendidos com acordo de recompra" (Nota 20).

Classificação em classes de risco:

Nos termos do normativo em vigor, o Banco classifica os títulos de dívida, em ordem crescente de riscos, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

e) Imobilizações financeiras

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das participadas. As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira, é reflectido contabilisticamente à taxa de câmbio da data da operação. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões, reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados de imobilizações financeiras".

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a software e a trespasses. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamento:	
> Instalações interiores	10
> Mobiliário e material	10
> Máquinas e ferramentas	3 a 10
> Equipamento informático	3 e 10
> Material de transporte	3
> Outro equipamento	10

Não obstante o supra referido intervalo, a generalidade do equipamento informático está a ser amortizado em três anos.

g) Bens de uso não próprio

Na rubrica "Bens não de uso próprio - Imóveis recebidos em dação em pagamento" são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior (Nota 8).

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor da avaliação dos bens é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da provisão correspondente.

h) Impostos sobre os rendimentos

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial, bem como o IAC e o IPU.

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um custo aceite fiscalmente (Nota 18).

Por outro lado, em reunião com a ABANC, a AGT veio corroborar que os rendimentos dos títulos de dívida pública (incluindo eventuais reavaliações cambiais) emitidos até 31 de Dezembro de 2012 se encontram isentos de todos os impostos ao abrigo dos diplomas de emissão dos referidos títulos e que as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos após essa data em moeda nacional mas indexados a moeda externa se encontram sujeitas a Imposto Industrial, até o BNA estar em condições de efectuar a retenção de IAC sobre estes rendimentos.

Adicionalmente, nos termos do novo Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade esteja no âmbito dos poderes de supervisão do Banco Nacional de Angola, como é o caso do Banco BIC, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC.

Apresenta-se na Nota 18 a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14. O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os juros de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

Imposto Predial Urbano (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco quando o seu valor patrimonial é superior a mAKZ 5.000.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente resultados potenciais de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco não tinha impostos diferidos activos registados. Na mesma data, os impostos diferidos passivos registados referem-se a resultados potenciais até 31 de Dezembro de 2014 de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda (Notas 14 e 16).

Adicionalmente, não foram registados impostos diferidos activos sobre os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2014 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, por não ser expectável apurar-se lucro tributável nos próximos três exercícios.

i) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 10/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito numa conta de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

No exercício de 2009, tendo presente a evolução verificada na taxa de câmbio do Kwanza Angolano face ao Dólar dos Estados Unidos e, conseqüentemente, o seu impacto ao nível da taxa de inflação medida em moeda nacional, o Banco solicitou um pedido de autorização específico ao Banco Nacional de Angola no sentido de aplicar prospectivamente o disposto no Aviso nº 2/2009.

Através de carta datada de 26 de Novembro de 2009, o Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras informou que, por Despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola de 23 de Novembro, foi autorizado ao Banco BIC o seu pedido para actualização monetária.

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco não procedeu à actualização monetária dos seus fundos próprios.

j) Pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

A Lei nº 02/00, de 15 de Outubro, previa a atribuição de uma compensação por reforma, determinada multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atingia a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data.

A nova Lei Geral do Trabalho (Lei nº 07/2015, de 15 de Junho), que entrou em vigor em Setembro de 2015, não prevê o pagamento de complementos de reforma aos trabalhadores que atinjam a idade legal de reforma. Não obstante, o Banco encontra-se a estudar a implementação de um programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência, tendo por isso decidido manter a provisão para este efeito, apurada de forma consistente com o exercício anterior.

Neste sentido, as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com este programa foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente tendo por base a população do Banco a abranger e os seguintes pressupostos:

Taxa técnica actuarial (desconto)	2%
Taxa de crescimento salarial	8%
Tábua de mortalidade	SA 85-90 (Light)
Idade normal de reforma	60 anos ou 35 de serviço

A taxa de desconto foi apurada tendo em conta a performance dos mercados financeiros, duração das responsabilidades e risco inerente.

k) Aplicações e captações de liquidez

As aplicações e captações de liquidez, entre instituições financeiras, tratando-se de operações sistémicas, de carácter regular, que procuram distribuir da forma mais adequada a liquidez por todo o sistema financeiro, nacional e internacional, não são enquadráveis como mútuos.

l) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Saldo em disponibilidades do fim do exercício" o total dos saldos das rubricas "Disponibilidades" e "Recursos de instituições de crédito – Descobertos em depósitos à ordem" (Notas 3 e 11).

3. Disponibilidades

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015		2014	
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional
Caixa				
> Notas e moedas nacionais:				10.326.311
- Em cofre		6.568.062		3.618.088
- Em ATM		3.547.503		
> Notas e moedas estrangeiras:				
- Em USD	26.205.590	3.546.009		3.061.645
- Em EUR	11.564.283	1.709.571	29.764.295	287.779
- Em outras divisas		109.278	2.298.643	57.897
		15.480.423		17.351.720
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):				
> Em moeda nacional		129.972.159		71.945.423
> Em moeda estrangeira - USD	46.260.000	6.259.672	292.000.000	30.035.996
		136.231.831		101.981.419
Depósitos à ordem em correspondentes no estrangeiro:				
> Banco BIC Português, S.A.		2.706.943		12.744.491
> Commerzbank		1.048.188		316.443
> Montepio Geral		92.213		73.971
> Standard Chartered Bank		72.644		6.004.068
> Byblos Bank Europe		37.595		67.338
> HSBC Bank – Joanesburgo		-		133.683
> Banco Popular Portugal		-		24.889
> Outros		24.348		99.018
		3.981.931		19.463.901
Cheques a cobrar – No País		3.214		200.079
		155.697.399		138.997.119

A rubrica de depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição e manutenção de reservas obrigatórias.

Em 31 de Dezembro de 2015, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto do Instrutivo n.º 19/2015, de 02 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2014, as mesmas foram apuradas nos termos do disposto do Instrutivo n.º 07/2014, de 3 de Dezembro. As reservas obrigatórias são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um quociente de 25% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, podendo o banco cumprir até 20% (vinte por cento) da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, pertencentes à carteira própria do banco, e/ou com Contratos de Financiamento de médio e longo prazos realizado com o Ministério das Finanças, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas ou desembolsadas respectivamente a partir de Janeiro de 2015, e de um quociente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2014, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um quociente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e em moeda estrangeira.

Podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 5% da média aritmética semanal dos saldos diários finais apurados na conta Caixa de moeda nacional, bem como o montante de até 60% dos Activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em moeda nacional concedido, apurado no último dia da semana de constituição da carteira de crédito, nos sectores da Agricultura, Pesca e de Produção de Bens Alimentares, desde que com maturidade maior ou igual a 36 meses.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras instituições de crédito no estrangeiro, não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Cheques a cobrar – No País” diz respeito aos cheques apresentados à compensação nas sessões dos dias úteis subsequentes ao final dos anos respectivos.

4. Aplicações de Liquidez

As operações realizadas no mercado monetário interfinanceiro correspondem a depósitos a prazo em instituições de crédito e têm a seguinte composição:

	Moeda	2015		2014	
		Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional
Em instituições de crédito no estrangeiro:					
> Banco BIC Português, S.A.	USD	253.000.000	34.234.695	284.319.212	29.245.927
> Banco BIC Cabo Verde IFI	EUR	180.878.589	26.739.644	175.718.612	21.999.092
> Commerzbank	USD	75.000.000	10.148.625	-	-
> Byblos Bank Europe	USD	35.000.000	4.736.025	5.044.488	518.890
> Banco BIC Cabo Verde IFI	USD	23.000.000	3.112.245	23.000.000	2.365.849
> Banco BIC Português, S.A.	EUR	2.000.000	295.664	3.500.000	438.183
> Banco Popular Portugal	USD		-	500.000	51.432
		79.266.898		54.619.373	
Juros a receber			197.867		169.529
		79.464.765		54.788.902	

Uma parte significativa dos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro acima mencionados encontram-se a colateralizar a abertura de créditos documentários e outras operações, no âmbito de linhas de crédito contratadas e outros acordos celebrados com estas instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo em Instituições de crédito, excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até um mês	36.940.995	24.141.351
Entre um e três meses	9.877.995	3.123.964
Entre três e seis meses	29.065.033	22.249.482
Entre seis meses e um ano	3.382.875	-
Superior a um ano	-	5.104.576
	79.266.898	54.619.373

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo em Instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2015	2014
Em Dólares dos Estados Unidos	0,62%	1,24%
Em Euros	2,73%	2,89%

As Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda correspondem a Obrigações do Tesouro adquiridas ao Banco Nacional de Angola, com um acordo de revenda numa data futura, por um preço previamente definido e acordado entre as partes.

O rendimento auferido pelo Banco BIC nestas operações corresponde, única e exclusivamente, à diferença positiva entre o preço de revenda destas Obrigações do Tesouro, pré-definido e acordado entre as partes, e o seu valor inicial de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2014, as Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda têm a seguinte composição:

	2014	
	Taxa de juro	Montante
Obrigações do Tesouro		
> Em moeda nacional (Index USD)	5,09%	457.700
Proveitos a receber		129
		457.829

Em 31 de Dezembro de 2014, as Operações de Compra de Títulos de terceiros com Acordo de Revenda tinham vencimento no primeiro trimestre de 2015.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015		2014	
	Taxa de juro	Montante	Taxa de juro	Montante
Mantidos para negociação				
> Bilhetes do Tesouro	8,25%	20.596.770	5,44%	78.625.097
> Outros títulos		1.448.754		-
Proveitos a receber		953.135		2.024.468
		22.998.659		80.649.565
Disponíveis para venda		4.459.067		3.551.284
Mantidos até ao vencimento				
> Obrigações do Tesouro				
- Em moeda nacional:				
- Não reajustáveis	7,60%	169.670.468	7,55%	169.837.020
- Index USD	7,18%	187.397.015	7,30%	98.060.200
- Em moeda estrangeira (USD)	4,65%	33.683.012	3,68%	13.164.798
Proveitos a receber		7.432.639		4.716.844
		398.183.134		285.778.862
		425.640.860		369.979.711

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos classificados como "Disponíveis para venda" apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	Moeda	Quantidade	2015				2014			
			Valor de mercado	Valor de balanço		Valor de mercado	Valor de balanço			
				Moeda	mAKZ		Moeda	mAKZ		
Acções	EUR	27.646.900	1,09	30.163.068	4.459.067	27.646.900	1,03	28.366.020	3.551.284	
					4.459.067				3.551.284	

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os resultados potenciais apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda	1.959.532	1.434.494
Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	(587.846)	(502.060)
	1.371.686	932.434

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco classifica os títulos registados nas carteiras de "Mantidos para negociação – Bilhetes dos Tesouro" e "Mantidos até ao vencimento" no nível de risco A – Nulo, por serem emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a distribuição dos títulos de dívida por indexante, excluindo proveitos a receber, é a seguinte:

	2015			2014		
	Taxa fixa	Labor 6M	Total	Taxa fixa	Labor 6M	Total
Bilhetes do Tesouro	20.596.770	-	20.596.770	78.625.097	-	78.625.097
Obrigações do Tesouro						
> Em moeda nacional (Não reajustáveis)	169.670.468	-	169.670.468	169.837.020	-	169.837.020
> Em moeda nacional (Index USD)	187.397.015	-	187.397.015	98.060.200	-	98.060.200
> Em moeda estrangeira (USD)	-	33.683.012	33.683.012	-	13.164.798	13.164.798
	377.664.253	33.683.012	411.347.265	346.522.317	13.164.798	359.687.115

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até três meses	20.919.897	29.318.439
De três a seis meses	18.420.320	29.100.883
De seis meses a um ano	43.605.831	59.902.624
Mais de um ano	329.849.971	241.365.169
Maturidade indefinida	4.459.067	3.551.284
	417.255.086	363.238.399

6. Operações Cambiais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras a receber	34.051	2.700.681
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar	(34.317)	(2.704.402)
	(266)	(3.721)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor líquido entre as divisas vendidas e as divisas adquiridas, convertidas à taxa de câmbio face ao Kwanza na data de balanço pode ser detalhado como se segue:

2015						
Divisa adquirida			Divisa vendida			Valor líquido
Valor de balanço			Valor de balanço			
Moeda	Montante	mAKZ	Moeda	Montante	mAKZ	
GBP	170.000	34.051	USD	(253.606)	34.317	(266)
		34.051			34.317	(266)

2014						
Divisa adquirida			Divisa vendida			Valor líquido
Valor de balanço			Valor de balanço			
Moeda	Montante	mAKZ	Moeda	Montante	mAKZ	
USD	20.000.000	2.057.260	AKZ	(2.058.600.000)	(2.058.600)	(1.340)
EUR	4.500.000	563.378	USD	(5.496.750)	(565.413)	(2.035)
JPY	86.261.000	74.443	USD	(726.714)	(74.752)	(309)
GBP	35.000	5.600	USD	(54.803)	(5.637)	(37)
		2.700.681			(2.704.402)	(3.721)

7. Créditos sobre Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Moeda nacional		
Descobertos em depósitos à ordem	776.797	2.206.400
Empréstimos	126.887.933	138.396.668
Créditos em conta corrente	19.557.624	29.086.216
Empréstimos a empregados	4.773.357	3.430.407
	151.995.711	173.119.691
Moeda estrangeira		
Descobertos em depósitos à ordem	732.043	30.640
Empréstimos	147.578.362	78.567.511
Créditos em conta corrente	915.522	790.464
Empréstimos a empregados	4.316.652	3.592.803
	153.542.579	82.981.418
Total de crédito vincendo	305.538.290	256.101.109
Crédito e juros vencidos:		
Moeda nacional	12.558.065	8.079.521
Moeda estrangeira	11.080.908	10.731.528
Total de crédito e juros vencidos	23.638.973	18.811.049
Total de crédito concedido	329.177.263	274.912.158
Proveitos a receber – moeda nacional	3.559.013	2.661.049
Proveitos a receber – moeda estrangeira	2.522.271	1.226.894
Total de proveitos a receber	6.081.284	3.887.943
	335.258.547	278.800.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 15)	(44.503.600)	(32.026.483)
	290.754.947	246.773.618

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais do crédito concedido a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Até três meses	30.119.535	34.699.098
De três a seis meses	9.035.519	35.180.132
De seis meses a um ano	42.867.091	34.901.120
De um a três anos	58.677.428	37.249.533
De três a cinco anos	51.452.763	38.358.047
De cinco a sete anos	77.326.739	48.637.940
Mais de dez anos	36.059.215	27.075.239
	305.538.290	256.101.109

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, entre empresas e particulares é como segue:

	2015			2014		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas	248.921.083	17.780.823	266.701.906	206.820.160	15.311.864	222.132.024
Particulares	56.617.207	5.858.150	62.475.357	49.280.949	3.499.185	52.780.134
	305.538.290	23.638.973	329.177.263	256.101.109	18.811.049	274.912.158

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Data	Taxa variável - Indexantes										Total
	Taxa fixa	Euribor 3M	Euribor 6M	Libor 1M	Libor 3M	Libor 6M	Libor 12M	Luibor 3M	Luibor 6M	Luibor 12M	
2015	260.568.615	3.695.800	2.028.255	124.760	879.424	2.240.248	4.145.938	3.682.369	18.498.857	33.312.997	329.177.263
2014	218.819.020	-	-	2.047.452	876.189	1.919.998	3.239.404	624.024	11.439.741	35.946.330	274.912.158

O aumento verificado ao nível do crédito concedido em moeda estrangeira em 2015 decorre, essencialmente, do efeito da variação cambial ocorrida no mesmo período.

Apresenta-se a seguir a metodologia de apuramento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, proveitos a receber e créditos documentários abertos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	2015						
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Garantias bancárias	Créditos documentários	Total	Taxa de provisão	Provisão
			(Nota 17)	(Nota 17)			(Nota 15)
Classe A	36.006.077	92.944	4.504.001	-	40.603.022	0%	-
Classe B	135.243.645	579.951	51.694.203	7.481.605	194.999.404	1%	1.950.108
Classe C	85.531.023	2.102.541	22.310.057	347.515	110.291.136	3%	3.308.736
Classe D	16.525.240	305.076	61.946	-	16.892.262	11%	1.803.640
Classe E	19.445.885	951.409	-	16.631	20.413.925	23%	4.815.822
Classe F	14.277.786	3.267.354	36.958	-	17.582.098	60%	10.408.943
Classe G	4.589.918	16.339.698	-	-	20.929.616	100%	20.929.616
	311.619.574	23.638.973	78.607.165	7.845.751	421.711.463		43.216.865
Provisões económicas	-	-	-	-	-		2.589.558
	311.619.574	23.638.973	78.607.165	7.845.751	421.711.463		45.806.423

	2014						
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Garantias bancárias (Nota 17)	Créditos documentários (Nota 17)	Total	Taxa de provisão	Provisão (Nota 15)
Classe A	47.908.548	62.846	3.862.357	-	51.833.751	0%	-
Classe B	84.676.991	43.034	32.813.492	7.440.354	124.973.871	1%	1.249.739
Classe C	80.803.312	400.461	17.638.268	2.158.109	101.000.150	3%	3.030.004
Classe D	18.374.407	4.745.690	122.004	14.709	23.256.810	11%	2.453.617
Classe E	14.783.808	2.800.502	79.130	244.009	17.907.449	26%	4.612.720
Classe F	7.824.534	54.086	-	-	7.878.620	69%	5.469.851
Classe G	5.617.452	10.704.430	-	-	16.321.882	100%	16.321.882
	259.989.052	18.811.049	54.515.251	9.857.181	343.172.533		33.137.813

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é apresentado como segue:

31 de Dezembro de 2015												
Nível de Risco	A	B	C	D	E	F	Abatidos G ao activo	Liquidações/ Amortizações	Total	Distribuição da Carteira de 31-12-2014		
31 de Dezembro de 2014	A	57,45%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,48%	15,10%	51.833.751	
	B	0,00%	65,20%	2,19%	0,32%	0,95%	0,03%	0,06%	0,00%	31,25%	36,41%	124.973.871
	C	0,00%	1,22%	66,47%	0,15%	0,16%	2,61%	0,32%	0,00%	29,07%	29,43%	101.000.150
	D	0,00%	0,01%	0,01%	30,70%	10,84%	1,68%	0,53%	0,03%	56,20%	6,78%	23.256.810
	E	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	49,46%	6,90%	15,55%	0,02%	28,06%	5,22%	17.907.449
	F	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	29,52%	0,12%	0,00%	70,34%	2,30%	7.878.620
	G	0,00%	0,00%	0,00%	0,79%	0,12%	0,00%	84,91%	0,25%	13,92%	4,76%	16.321.882
Total	8,68%	24,11%	20,36%	2,28%	3,72%	1,93%	5,00%	0,02%	33,90%	100,00%		
Distribuição da carteira de 31-12-2014 em 31-12-2015												
	29.791.022	82.746.853	69.868.628	7.827.443	12.754.505	6.625.567	17.169.000	54.870	116.334.645		343.172.533	

31 de Dezembro de 2014												
Nível de Risco	A	B	C	D	E	F	Abatidos G ao activo	Liquidações/ Amortizações	Total	Distribuição da Carteira de 31-12-2013		
31 de Dezembro de 2013	A	27,06%	22,59%	0,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,98%	21,83%	56.239.467	
	B	0,00%	43,84%	12,87%	2,92%	3,54%	0,00%	1,11%	0,00%	35,72%	21,40%	55.132.147
	C	0,00%	9,83%	55,58%	5,59%	2,99%	0,03%	0,41%	0,04%	25,54%	40,50%	104.354.470
	D	0,00%	0,05%	0,00%	12,73%	20,44%	7,81%	1,38%	0,01%	57,57%	4,69%	12.078.032
	E	0,00%	0,31%	0,01%	16,32%	40,32%	6,32%	33,88%	0,04%	2,79%	3,38%	8.711.652
	F	0,00%	0,02%	0,01%	0,00%	39,41%	14,64%	28,99%	0,00%	16,94%	1,98%	5.107.865
	G	0,00%	0,01%	0,00%	6,48%	0,00%	0,00%	51,62%	5,77%	36,12%	6,22%	16.023.579
Total	5,90%	18,32%	25,35%	4,44%	5,07%	0,88%	5,39%	0,38%	34,27%	100,00%		
Distribuição da carteira de 31-12-2013 em 31-12-2014												
	15.211.630	47.191.442	65.302.558	11.436.831	13.062.839	2.272.600	13.892.255	970.670	88.306.387		257.647.212	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2014, no montante de mAKZ 343.172.533, uma percentagem correspondente a 61,36% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 0,40% dos créditos diminuíram de nível de risco, 4,32% migraram para níveis mais gravosos.

Mantidos no mesmo nível	
> Em dívida	61,36%
> Liquidações / amortizações	33,90%
Transitaram para outros níveis	
> Mais gravosos	4,32%
> Menos gravosos	0,40%
> Abatidos ao activo	0,02%

Actualmente, o Banco não dispõe ainda de meios automáticos de captura das operações de crédito objecto de reestruturação, nomeadamente as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Não obstante, no contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas.

Nos exercícios findos em 2015 e 2014, o Banco procedeu à renegociação de operações em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento, tendo sido identificados os seguintes montantes renegociados:

	2015	2014
Empresas	111.140.789	37.323.658
Particulares	1.144.143	891.505
	112.284.932	38.215.163

Nos exercícios findos em 2015 e 2014, o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo ("write-offs") nos montantes de mAKZ 14.826 e mAKZ 1.459.313, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição da carteira de crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, por sectores de actividade é a seguinte:

	2015				2014			
	Vincendo	Vencido	Total	%	Vincendo	Vencido	Total	%
Empresas	67.678.037	2.945.704	70.623.741	21,45%	48.119.514	5.514.848	53.634.362	19,51%
> Construção	59.245.553	6.198.666	65.444.219	19,88%	36.617.412	4.027.017	40.644.429	14,78%
> Comércio	29.870.696	641.715	30.512.411	9,27%	20.774.838	311.354	21.086.192	7,67%
> Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	14.435.374	1.978.907	16.414.281	4,99%	15.708.111	1.057.661	16.765.772	6,10%
> Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	15.241.627	240.890	15.482.517	4,70%	12.739.525	8.132	12.747.657	4,64%
> Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	14.259.386	561.081	14.820.467	4,50%	4.056.246	17.967	4.074.213	1,48%
> Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	13.340.161	1.261.561	14.601.722	4,44%	15.884.603	926.312	16.810.915	6,12%
> Indústrias Transformadoras	9.676.527	59.996	9.736.523	2,96%	8.059.188	19.784	8.078.972	2,94%
> Educação, Saúde e Acção Social	9.601.246	-	9.601.246	2,92%	29.820.455	-	29.820.455	10,85%
> Actividades Financeiras e de Seguros	7.763.454	133.498	7.896.952	2,40%	5.394.931	92.084	5.487.015	2,00%
> Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)	3.410.309	3.649.588	7.059.897	2,14%	4.523.078	3.254.510	7.777.588	2,83%
> Transportes, Armazenagem e Comunicações	4.389.845	88.639	4.478.484	1,36%	4.730.455	63.982	4.794.437	1,74%
> Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	4.380	20.544	24.924	0,01%	269.562	15.617	285.179	0,10%
> Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	4.488	34	4.522	0,00%	122.242	2.596	124.838	0,05%
> Pesca	56.617.207	5.858.150	62.475.357	18,98%	49.280.949	3.499.185	52.780.134	19,20%
	305.538.290	23.638.973	329.177.263	100,00%	256.101.109	18.811.049	274.912.158	100,00%

8. Outros Valores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Bens de uso não próprio		
> Imóveis recebidos em dação em pagamento	5.411.457	508.966
> Projectos imobiliários – Colaboradores	4.375.987	4.153.848
Colateral VISA	2.654.581	1.948.389
Impostos a recuperar	249.677	-
Adiantamento – Kwanzas Angolanos	134.093	1.236.966
Rendas e alugueres	99.071	69.711
Falhas de caixa	48.103	103.959
Economato	54.234	42.406
Adiantamento – cheques	51.266	38.971
Cheques bancários	-	1.500.000
Material informático	-	420.065
Outros	893.252	777.937
	13.971.721	10.801.218
Provisões para imóveis em dação (Nota 15)	(90.822)	(44.805)
	13.880.899	10.756.413

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Bens de uso não próprio – Imóveis recebidos em dação em pagamento” corresponde a imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor da provisão inclui as perdas estimadas na realização destes bens.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Bens de uso não próprio – Projectos imobiliários - Colaboradores”, refere-se a projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco. Nos exercícios findos em 2015 e 2014, parte do aumento desta rubrica, no montante de mAKZ 52.767 e mAKZ 223.668, respectivamente, refere-se a transferências de “Imobilizações em curso” (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Impostos a recuperar” corresponde à liquidação provisória de imposto industrial efectuada no exercício de 2015.

Nos termos do contrato celebrado entre o Banco BIC e a Visa International, o Banco obriga-se a manter um depósito colateral junto do banco custodiante da VISA (Barclays Bank London), sendo que o seu montante é apurado em função do volume de transacções efectuadas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, este depósito colateral ascendia a cerca de USD 18.952.670 e USD 18.941.593 (mAKZ 2.654.581 e mAKZ 1.948.389, respectivamente), e era remunerado à taxa de juro anual de 0,15%. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo do depósito colateral inclui valores provenientes do Banco Sol, S.A., decorrentes do serviço de acquiring, no montante de USD 16.923.013 (mAKZ 2.289.938 e mAKZ 1.740.752 em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, respectivamente) (Nota 12).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Adiantamento – Kwanzas Angolanos” refere-se a notas em AKZ que se encontravam à consignação do Banco BIC Português, resultantes do processo de comercialização de Kwanzas nas agências desta instituição financeira.

As falhas de caixa encontram-se provisionadas no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Adiantamento – cheques” corresponde a adiantamentos efectuados pelo Banco a clientes, relacionados com a compra de cheques sobre bancos estrangeiros ainda não cobrados nessa data. Estas contas a receber são cobradas junto do banco correspondente no início do exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Cheques bancários” refere-se a adiantamentos realizados para efeitos de concretização de operações, cuja regularização foi efectuada em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Material informático” corresponde a adiantamentos efectuados por conta do projecto de renovação da infraestrutura tecnológica do Banco, a iniciar no exercício de 2015. Durante o primeiro semestre de 2015, procedeu-se à reclassificação para “Imobilizado em curso” (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Outros” engloba os montantes de mAKZ 39.661 e mAKZ 32.107, respectivamente, de activos de realização duvidosa, os quais se encontram totalmente provisionados no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 15).

9. Imobilizações Financeiras

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

	Moeda	2015		2014	
		Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional
GI10					
> Participação financeira	EUR	965.156	142.681	1.245.840	155.973
EMIS:					
> Participação no capital	USD	352.556	47.706	463.782	47.706
> Suprimentos	USD	908.406	122.921	1.194.997	122.921
ABANC					
> Suprimentos	USD	179.022	24.225	235.507	24.225
BVDA					
> Participação financeira	USD	105.345	14.255	138.582	14.255
			351.788		365.080

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém uma participação de 30% no capital da GI10 – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A., uma empresa sediada em Portugal, a qual tem como actividade principal a gestão de participações sociais de outras sociedades ligadas, essencialmente, à corretagem de seguros. Nos exercícios findos em 2015 e 2014, decorrente da avaliação desta participação, o Banco reconheceu uma perda no montante de EUR 280.668 (mAKZ 40.236) e EUR 254.156 (mAKZ 31.869) na rubrica de “Resultados de imobilizações financeiras”, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém uma participação de 4,63% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS). A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

Na sequência da Assembleia Geral da EMIS realizada em Dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital em USD 4.800.000, cabendo ao Banco BIC o montante de USD 338.291, o qual foi liquidado em Janeiro de 2012. Adicionalmente, foi deliberado a realização de prestações acessórias cabendo ao Banco BIC o montante de USD 1.182.480, liquidado em duas tranches iguais de USD 591.240 em Agosto e Setembro de 2012.

Na Assembleia Geral extraordinária da Associação Angolana de Bancos (ABANC), da qual o Banco é associado, realizada em 28 de Julho de 2009, foi aprovado um plano de investimentos em activo fixo. A quota parte correspondente à participação do Banco BIC nesta Associação para este efeito, ascende em 31 de Dezembro de 2015 a um total de USD 179.022.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém uma participação de 0,95% no capital da BVDA – Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, S.A. (BVDA).

10. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e em Curso

O movimento nestas rubricas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Activo bruto											
	Saldos em 31-12-2013		Aumentos	Abates	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2014		Aumentos	Abates	Transferências	Regularizações
Imobilizações incorpóreas												
> Trespases	149.815	-	-	-	-	149.815	-	-	-	-	-	149.815
> Despesas de constituição	4.383	-	-	-	-	4.383	-	-	-	-	-	4.383
> Custos plurianuais	35.289	-	-	-	-	35.289	-	-	-	-	-	35.289
automático de dados "Software"	333.582	-	-	-	-	333.582	11.042	-	-	-	-	344.624
> Outras imobilizações incorpóreas	679	-	-	-	-	679	-	-	-	-	-	679
	523.748	-	-	-	-	523.748	11.042	-	-	-	-	534.790
Imobilizações corpóreas												
> Imóveis de serviço próprio	7.839.683	160.355	(164.393)	332.272	-	8.167.917	192.286	-	196.630	-	-	8.556.833
> Obras em edifícios arrendados	1.536.265	20.118	(737)	153.951	-	1.709.597	1.672	-	-	-	-	1.711.269
> Equipamento	6.003.165	436.683	(28.308)	176.645	(6)	6.588.179	391.232	(16.431)	61.120	-	-	7.024.100
> Património artístico	4.120	97	-	-	-	4.217	-	-	-	-	-	4.217
	15.383.233	617.253	(193.438)	662.868	(6)	16.469.910	585.190	(16.431)	257.750	-	-	17.296.419
Imobilizações em curso	1.126.932	457.225	(380)	(662.868)	(236.946)	683.963	850.497	-	(257.750)	(65.155)	(65.155)	1.211.555
	17.033.913	1.074.478	(193.818)	-	(236.952)	17.677.621	1.446.729	(16.431)	-	-	(65.155)	19.042.764

	Amortizações acumuladas										
	Saldos em 31-12-2013		Reforços	Abates	Regularizações	Saldos em 31-12-2014		Reforços	Abates	Regularizações	Saldos em 31-12-2015
Imobilizações incorpóreas											
> Trespases	149.814	-	-	-	149.814	-	-	-	-	-	149.814
> Despesas de constituição	4.383	-	-	-	4.383	-	-	-	-	-	4.383
> Custos plurianuais	35.289	-	-	-	35.289	-	-	-	-	-	35.289
> Sistemas de tratamento											
automático de dados "Software"	313.768	11.091	-	-	324.859	7.763	-	-	-	-	332.622
> Outras imobilizações incorpóreas	678	-	-	-	678	-	-	-	-	-	678
	503.932	11.091	-	-	515.023	7.763	-	-	-	-	522.786
Imobilizações corpóreas											
> Imóveis de serviço próprio	636.704	158.797	(274)	(10.315)	784.912	166.305	-	-	-	-	951.217
> Obras em edifícios arrendados	1.263.857	219.572	(307)	10.315	1.493.437	64.082	-	-	-	-	1.557.519
> Equipamento	3.171.024	637.971	(14.403)	-	3.794.592	617.021	(12.014)	-	-	-	4.399.599
	5.071.585	1.016.340	(14.984)	-	6.072.941	847.408	(12.014)	-	-	-	6.908.335
	5.575.517	1.027.431	(14.984)	-	6.587.964	855.171	(12.014)	-	-	-	7.431.121

Nos exercícios de 2015 e 2014, os imóveis em construção destinados a serem alienados a colaboradores do Banco foram reclassificados para a rubrica de "Outros valores" (Nota 8) e, para efeitos de apresentação ao nível do movimento do imobilizado, foram incluídos na coluna de "Regularizações".

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Equipamento" pode ser detalhada como segue:

	2015			2014		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Instalações interiores	1.889.643	(976.137)	913.506	1.764.003	(802.562)	961.441
Mobiliário e material	1.393.912	(775.730)	618.182	1.342.085	(643.053)	699.032
Máquinas e ferramentas	1.407.302	(700.023)	707.279	1.268.828	(564.291)	704.537
Equipamento informático	1.363.495	(1.235.365)	128.130	1.286.464	(1.134.026)	152.438
Material de transporte	623.957	(575.718)	48.239	598.852	(547.228)	51.624
Outro equipamento	345.791	(136.626)	209.165	327.947	(103.432)	224.515
	7.024.100	(4.399.599)	2.624.501	6.588.179	(3.794.592)	2.793.587

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição do espaço e ao pagamento a fornecedores pelas obras que estão a ser realizadas em instalações para o Banco, adquiridas ou alugadas, designadamente num edifício para instalação dos serviços administrativos, novos balcões e outras instalações, cuja inauguração se prevê para os exercícios seguintes à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de imobilizações em curso inclui mAKZ 437.554 relativo a material informático para o novo Data Center do Banco (Nota 8).

11. Depósitos

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem de Instituições de crédito:		
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem:		
> Banco de Desenvolvimento de Angola	676.575	514.315
> Juros a pagar	309.614	201.930
	986.189	716.245
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Descobertos em depósitos à ordem:		
> BYLBOS BANK EUROPE, S.A - USD	17.386	-
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional		
> Sector público administrativo	1.869.138	2.387.454
> Sector público empresarial	1.881.881	2.359.188
> Empresas	182.682.977	175.136.218
> Particulares	98.585.220	94.490.436
	285.019.216	274.373.296
Em moeda estrangeira		
> Sector público administrativo	506.358	679.252
> Sector público empresarial	303.658	1.006.889
> Empresas	53.416.225	35.210.892
> Particulares	27.649.159	25.369.282
	81.875.400	62.266.315
Depósitos à ordem de não residentes:		
Em moeda nacional	4.547.604	5.280.892
Em moeda estrangeira	297.188	512.078
	4.844.792	5.792.970
	371.739.408	342.432.581
Total de depósitos à ordem	372.742.983	343.148.826

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Durante o exercício de 2007, o Banco BIC e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) celebraram uma convenção financeira, em que o BDA financia o Banco para que este conceda crédito no âmbito de projectos relacionados com a promoção da actividade económica privada na produção de bens e serviços.

	2015	2014
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional		
> Sector público administrativo	7.891.280	12.280.674
> Sector público empresarial	1.419.382	1.362.638
> Empresas	207.218.255	143.336.953
> Particulares	31.521.277	45.331.960
> Juros a pagar	3.193.778	2.112.188
	251.243.972	204.424.413
Em moeda estrangeira		
> Sector público empresarial	3.462.871	3.977.189
> Empresas	40.176.276	67.784.854
> Particulares	68.230.781	58.863.026
> Juros a pagar	1.052.002	1.115.097
	112.921.930	131.740.166
Depósitos a prazo de não residentes:		
Em moeda nacional	40.481	335.683
> Juros a pagar	1.445	2.743
Em moeda estrangeira	304.693	250.665
> Juros a pagar	1.796	206
	348.415	589.297
Total de depósitos a prazo	364.514.317	336.753.876

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2015			2014		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em milhares de Kwanzas Angolanos	5,88%		248.090.675	5,27%		202.647.908
Em Dólares do Estados Unidos	4,73%	806.502.751	109.131.920	3,98%	1.251.368.071	128.719.474
Em Euros	2,35%	20.582.153	3.042.701	1,58%	17.223.214	2.156.260
			360.265.296			333.523.642

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até três meses	193.956.319	226.355.393
De três a seis meses	131.339.461	84.706.211
De seis meses a um ano	34.904.365	22.432.696
De um a três anos	64.754	29.059
Mais de três anos	397	283
	360.265.296	333.523.642

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros depósitos" refere-se a operações de ordens de saque que se encontravam por liquidar nas contas dos clientes do Banco BIC.

12. Obrigações no Sistema de Pagamentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos vinculados a importações – moeda estrangeira		
> Recursos em cash	41.977.147	4.200.361
Colateral VISA (Nota 8)	2.289.938	1.740.752
Cheques visados – Moeda nacional	1.602.110	1.454.740
	45.869.195	7.395.853

A rubrica “Recursos vinculados a importações – recursos em cash” refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação.

13. Outras Captações

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
> Banco BIC Cabo Verde IFI - USD	37.008.653	7.714.725
> Banco BIC Português, S.A. - EUR	23.653.120	18.779.250
> Banco BIC Cabo Verde IFI - EUR	5.883.714	-
> Banco BIC Português, S.A. - USD	-	10.769.161
> Juros a pagar	113.826	23.234
	66.659.313	37.286.370

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2015	2014
Em Dólares dos Estados Unidos	2,64%	3,07%
Em Euros	2,25%	2,92%

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2015	2014
Até um mês	60.632.207	14.697.786
Entre um e três meses	5.913.280	22.565.350
	66.545.487	37.263.136

14. Outras Obrigações

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações de natureza fiscal:		
> Imposto industrial – Artigo 71.º	972.477	355.747
> Imposto sobre a aplicação de capitais	423.478	515.326
> Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	587.846	502.060
> Imposto do Selo	76.029	67.169
> Tributação relativa a remunerações	62.551	334.021
> Outros impostos	4.647	135
	2.127.028	1.774.458
Obrigações de natureza cível:		
> Receitas com proveito diferido - Garantias	100.328	61.757
> Outros	(38.781)	(15.991)
	61.547	45.766
Obrigações de natureza administrativa/comercial:		
> Juros de créditos reestruturados	9.504.618	2.561.957
> Valores a regularizar – Imóveis em Dação	483.239	721.188
> Pessoal – Salários e outras remunerações		
- Encargos com o pessoal (Nota 24)	200.466	3.378
- Férias e subsídio de férias	823.912	962.712
- Serviços clínicos	66.947	118.938
> Cartões VISA	433.227	540.524
> Compensação em ATM's	500.780	759.548
> Comunicações e despesas de expedição		
- Circuito de dados	108.635	99.714
- Comunicações	33.139	64.301
- Outros	5.010	1.205
> Segurança e vigilância	20.100	9.407
> Serviços especializados	46.101	62.238
> Conservação e reparação	35.451	29.274
> Outros custos administrativos	2.452.131	1.479.724
	14.713.756	7.414.108
	16.902.331	9.234.332

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais” refere-se ao imposto diferido passivo apurado sobre as mais valias potenciais dos títulos registados na carteira de “Disponíveis para Venda”.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Juros de créditos reestruturados” refere-se a juros de créditos que foram objecto de operações de reestruturação, os quais apenas serão reconhecidos em resultados no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Valores a regularizar – Imóveis em Dação” refere-se a adiantamentos recebidos por conta da venda de imóveis recebidos em dação em pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Compensação em ATM's”, refere-se aos movimentos efectuados em ATM's/ POS e TPA's do Banco BIC nos últimos dias do período e que aguardam compensação por parte da EMIS.

O saldo da rubrica “Encargos com o pessoal” refere-se à estimativa efectuada pelo Banco dos prémios de desempenho dos seus funcionários relativos aos exercícios de 2015 e 2014, a liquidar em 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros custos administrativos" inclui o reforço da estimativa de imposto nos montantes de mAKZ 2.080.875 e mAKZ 1.080.869, respectivamente (Nota 18).

15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Reforços	Reposições e anulações	Variação cambial	Utilizações	Transferências	Saldo em 31-12-2015
Créditos de liquidação duvidosa	32.026.483	57.340.129	(47.728.995)	3.277.454	(648.727)	237.256	44.503.600
Prestação de garantias	1.111.330	655.434	(370.252)	186.470	-	(280.159)	1.302.823
Pensões de reforma	1.388.651	290.442	-	472.416	-	-	2.151.509
Bens de uso não próprio	44.805	-	-	3.114	-	42.903	90.822
Outras provisões	280.009	120.533	-	76.771	(174.354)	-	302.959
	34.851.278	58.406.538	(48.099.247)	4.016.225	(823.081)	-	48.351.713

	Saldo em 31-12-2013	Reforços	Reposições e anulações	Variação cambial	Utilizações	Transferências	Saldo em 31-12-2014
Créditos de liquidação duvidosa	24.599.668	33.657.024	(25.497.629)	1.003.121	(1.459.313)	(276.388)	32.026.483
Prestação de garantias	562.884	490.709	(194.410)	13.567	-	238.580	1.111.330
Pensões de reforma	1.083.571	236.525	-	68.555	-	-	1.388.651
Bens de uso não próprio	6.514	-	-	483	-	37.808	44.805
Outras provisões	192.242	98.158	-	13.909	(24.300)	-	280.009
	26.444.879	34.482.416	(25.692.039)	1.099.635	(1.483.613)	-	34.851.278

O Banco tem uma provisão para pensões de reforma, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 ascende a mAKZ 2.151.509 e mAKZ 1.388.651, equivalentes a aproximadamente mUSD 15.900 e mUSD 10.262, respectivamente (Nota 2. j)).

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Outras provisões" destina-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de contas a receber e de outros activos (Nota 8).

O efeito da variação cambial ao nível do movimento das provisões é reflectido na rubrica de "Resultados de operações cambiais" (Nota 22).

16. Movimento nos Fundos Próprios

O movimento nas rubricas de fundos próprios nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foi o seguinte:

	Capital	Atualização fundos próprios	Reserva legal	Outras reservas	Resultados potenciais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.414.511	5.797.507	15.415.958	35.870.555	1.459.694	6.158.618	19.646.021	86.762.864
> Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	3.929.204	-	-	-	(3.929.204)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.716.817)	(15.716.817)
> Reclassificação dos resultados transitados para outras reservas	-	-	-	6.158.618	-	(6.158.618)	-	-
> Aumento do capital social por incorporação de reservas	585.489	-	-	(585.489)	-	-	-	-
> Resultados potenciais	-	-	-	-	(527.260)	-	-	(527.260)
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.536.519	20.536.519
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	5.797.507	19.345.162	41.443.684	932.434	-	20.536.519	91.055.306
> Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	4.107.304	-	-	-	(4.107.304)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.429.215)	(16.429.215)
> Resultados potenciais	-	-	-	-	439.252	-	-	439.252
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.656.129	27.656.129
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	3.000.000	5.797.507	23.452.466	41.443.684	1.371.686	-	27.656.129	102.721.472

Capital

O Banco foi constituído com um capital de mAKZ 522.926 (equivalentes ao contravalor de 6.000.000 USD na data de constituição), representado por 522.926 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2006, o Banco aumentou o seu capital em mAKZ 1.088.751 (equivalentes a 14.000.000 USD) e, posteriormente, em reunião de Assembleia Geral de 1 de Dezembro de 2006, foi deliberado novo aumento de capital do Banco de 20.000.000 USD para 30.000.000 USD, integralmente realizado em dinheiro, passando a estar representado por 2.414.511 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada.

No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu ao aumento de capital por incorporação de reservas livres no montante de mAKZ 585.498, passando este a estar representado por 3.000.000 acções, com o valor nominal de mil Kwanzas Angolanos cada uma. O aumento de capital efectuado teve como objectivo cumprir com o disposto no Aviso n.º 14/2013, de 15 de Novembro do Banco Nacional de Angola, o qual fixa o valor mínimo do capital social das instituições financeiras em mAKZ 2.500.000.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Accionistas	Número de acções	Percentagem
Sociedade de Participações Financeiras, Lda.	750.000	25
Fernando Leonídio Mendes Teles	600.000	20
Finisantoro Holding Limited	525.000	17,5
Telesgest B.V.	525.000	17,5
Luís Manuel Cortez dos Santos	150.000	5
Manuel Pinheiro Fernandes	150.000	5
Sebastião Bastos Lavrador	150.000	5
Outros accionistas	150.000	5
	3.000.000	100

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 446º da Lei nº 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, o número de acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco, assim como as percentagens de participação detidas são as que a seguir se apresentam:

Accionistas	Cargo	Aquisição	Número de acções	% Participação
Isabel José dos Santos	Administrador não executivo	Valor Nominal	1.275.000	42,50%
Fernando Leonídio Mendes Teles	PCA	Valor Nominal	1.125.000	37,50%
Fernando José Aleixo Duarte	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graziela do Céu Rodrigues Esteves	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graça Maria dos Santos Pereira	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%

Aplicação dos resultados

No dia 9 de Abril de 2015, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2014, no montante de mAKZ 20.536.519 (cerca de USD 200 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 4.107.304 (aproximadamente USD 40 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 16.429.215 (o equivalente a cerca de USD 160 milhões).

No dia 10 de Abril de 2014, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2013, no montante de mAKZ 19.646.021 (cerca de USD 201 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 3.929.204 (aproximadamente USD 40 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 15.716.817 (o equivalente a cerca de USD 161 milhões).

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior (20% até à publicação da Lei n.º 12/2015 - Lei de Base das Instituições Financeiras em 17 de Junho de 2015). Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Resultados potenciais

Os resultados potenciais correspondem às mais-valias potenciais líquidas dos encargos fiscais correspondentes aos títulos classificados na rubrica de "Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda".

Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos mantidos pelo Banco com entidades relacionadas, são os seguintes:

	2015				Total
	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Cabo Verde IFI	Accionistas e Entidades detidas pelos accionistas	Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	
Activo:					
> Disponibilidades (Nota 3)	2.706.943	7.392	-	-	2.714.335
> Aplicações de liquidez (Nota 4)	34.568.665	30.006.498	-	-	64.575.163
> Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	-	1.448.754	-	1.448.754
> Créditos sobre clientes (Nota 7)	-	-	55.686.336	161.898	55.848.234
> Outros valores (Nota 8)	150.961	-	122.190	-	273.151
Passivo:					
> Depósitos (Nota 11)	-	-	19.587.405	305.177	19.892.582
> Outras captações (Nota 13)	23.670.860	42.988.453	-	-	66.659.313
> Outras obrigações (Nota 14)	2.042	-	483.239	-	485.281
Extrapatrimoniais:					
> Garantias e avales prestados (Nota 17)	-	-	9.827.050	-	9.827.050
> Compromissos irrevogáveis (Nota 17)	40.594.500	-	-	-	40.594.500
> Créditos documentários abertos (Nota 17)	-	-	3.535.788	-	3.535.788
Demonstrações dos resultados:					
> Proveitos de Aplicações de Liquidez e Créditos (Nota 20)	239.973	768.533	3.395.933	9.515	4.413.954
> Custos de Captações para Liquidez e Depósitos (Nota 20)	768.743	568.907	317.988	5.490	1.661.128
> Comissões por garantias e avales prestados (Nota 23)	-	-	134.111	-	134.111
> Fornecimentos de terceiros (Nota 25)	-	-	9.707.777	-	9.707.777

	2014				Total
	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Cabo Verde IFI	Accionistas e Entidades detidas pelos accionistas	Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	
Activo:					
> Disponibilidades (Nota 3)	12.744.491	6.260	-	-	12.750.751
> Aplicações de liquidez (Nota 4)	29.684.110	24.364.941	-	-	54.049.051
> Créditos sobre clientes (Nota 7)	-	-	33.474.579	1.076.416	34.550.995
> Outros valores (Nota 8)	1.251.279	-	269.069	-	1.520.348
Passivo:					
> Depósitos (Nota 11)	-	-	5.654.132	5.654.315	11.308.447
> Outras captações (Nota 14)	29.548.411	7.714.725	-	-	37.263.136
> Outras obrigações (Nota 15)	11.745	-	721.188	-	732.933
Extrapatrimoniais:					
> Garantias e avales prestados (Nota 18)	-	-	888.224	-	888.224
> Compromissos irrevogáveis (Nota 18)	30.859.900	-	-	-	30.859.900
Demonstrações dos resultados:					
> Proveitos de Aplicações de Liquidez e Créditos (Nota 21)	212.377	729.729	894.929	7.764	1.844.799
> Custos de Captações para Liquidez e Depósitos (Nota 21)	963.807	62.225	70.195	241.449	1.337.676
> Comissões por garantias e avales prestados (Nota 24)	-	-	5.163	-	5.163
> Fornecimentos de terceiros (Nota 26)	-	-	2.489.735	-	2.489.735

Parte das aplicações de liquidez cedidas a entidades relacionadas, encontra-se garantida por acções de uma instituição financeira sediada na zona Euro.

17. Rubricas Extrapatrimoniais

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
> Garantias e avales prestados (Nota 7)	78.607.165	54.515.251
> Compromissos irrevogáveis	47.842.987	36.998.174
> Créditos documentários abertos (Nota 7)	7.845.751	9.857.181
	134.295.903	101.370.606
Responsabilidades por prestação de serviços		
> Custódia de títulos	66.558.618	30.840.259
> Cobrança de valores - sobre o País	5.681.678	3.342.214
> Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	252.128	201.990
	72.492.424	34.384.463

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Compromissos irrevogáveis" inclui a uma linha de crédito para abertura e confirmação de créditos documentários e garantias bancárias celebrada com o Banco BIC Português, S.A., no montante de USD 300 Milhões.

18. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2015	2014
Total de imposto industrial reconhecido em resultados	1.455.586	1.080.869
Lucro antes de impostos	29.111.715	21.617.388
Taxa efectiva de imposto industrial	5,00%	5,00%

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		29.111.715		21.617.388
Imposto apurado com base na taxa nominal	30,00%	8.733.515	30,00%	6.485.216
Benefícios fiscais em rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes:				
> Juros e proveitos equiparados (Nota 20)	-31,42%	(9.146.574)	-31,47%	(6.803.966)
> Lucros líquidos em operações financeiras:				
- Resultados em títulos (Nota 21)	-17,92%	(5.217.459)	-9,74%	(2.104.468)
Benefícios fiscais em rendimento de imóveis	0,00%	(220)	0,00%	(867)
Custos não aceites fiscalmente:				
> Variações patrimoniais positivas	0,54%	157.511	0,00%	(867)
> Impostos	1,26%	365.364	1,23%	265.641
> Provisões	1,04%	301.854	0,63%	136.631
> Outros	0,87%	254.088	0,02%	5.093
	-15,64%	(4.551.921)	-9,33%	(2.017.587)
Imposto diferido activo não considerado	15,64%	4.551.921	9,33%	2.017.587
Reforço da estimativa de imposto	5,00%	1.455.586	5,00%	1.080.869
	5,00%	1.455.586	5,00%	1.080.869

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco não registou proveitos com imposto a receber. O montante registado em "Reforço da estimativa de imposto" corresponde a 5% do resultado antes de imposto (taxa efectiva de imposto média histórica) e encontra-se registado em "Outras obrigações" (Nota 14).

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com o IAC estão, registados na demonstração dos resultados, na rubrica de "Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado", e ascendem a mAKZ 1.190.033 e mAKZ 874.478, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 9,09% e 9,05%, respectivamente.

Adicionalmente, o Banco registou no decorrer do exercício de 2015 em capitais próprios mAKZ 85.786 respeitante a Imposto Corrente sobre as valorizações potenciais da carteira de disponíveis para venda.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos respectivos impostos apurados.

Em face do regime da amnistia fiscal, e relativamente ao Imposto Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto do Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades fiscais apenas podem proceder à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2013 a 2015. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

19. Balanço Por Moeda

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2015				2014		
	Moeda nacional	Indexados a moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Disponibilidades							
Aplicações de liquidez	140.090.937	-	15.606.462	155.697.399	86.089.902	52.907.217	138.997.119
> Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	79.464.765	79.464.765	-	54.788.902	54.788.902
> Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	-	-	-	-	457.829	-	457.829
> Aplicações em Ouro e Outros Metais Preciosos	9.777	-	-	9.777	9.777	-	9.777
Títulos e valores mobiliários							
> Mantidos para Negociação	21.549.906	-	1.448.753	22.998.659	80.649.565	-	80.649.565
> Disponíveis para Venda	-	-	4.459.067	4.459.067	-	3.551.284	3.551.284
> Mantidos até o Vencimento	176.896.418	187.397.015	33.889.701	398.183.134	272.420.409	13.358.453	285.778.862
Créditos no sistema de pagamentos	162.555	-	-	162.555	3.757	-	3.757
Operações cambiais	-	-	34.051	34.051	-	2.700.681	2.700.681
Créditos							
> Créditos sobre clientes	168.112.789	167.145.758	-	335.258.547	183.860.261	94.939.840	278.800.101
> (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.741.810)	(8.761.790)	-	(44.503.600)	(10.778.223)	(21.248.260)	(32.026.483)
Outros valores	11.093.748	-	2.787.151	13.880.899	8.044.081	2.712.332	10.756.413
Imobilizações							
> Imobilizações Financeiras	209.107	-	142.681	351.788	209.107	155.973	365.080
> Imobilizações Corpóreas	11.599.639	-	-	11.599.639	11.080.932	-	11.080.932
> Imobilizações Incorpóreas	12.004	-	-	12.004	8.725	-	8.725
Total do activo	493.995.070	345.780.983	137.832.631	977.608.684	632.056.122	203.866.422	835.922.544
Depósitos							
> Depósitos à Ordem	289.566.820	-	83.176.163	372.742.983	279.654.188	63.494.638	343.148.826
> Depósitos a Prazo	251.285.897	79.085.528	34.142.892	364.514.317	204.762.838	131.991.038	336.753.876
> Outros depósitos	4.369.854	-	-	4.369.854	5.485.299	-	5.485.299
Obrigações no sistema de pagamentos	35.407.112	-	10.462.083	45.869.195	1.728.685	5.667.168	7.395.853
Operações cambiais	-	-	34.317	34.317	2.058.600	645.802	2.704.402
Outras captações							
> Outras Captações	-	-	66.659.313	66.659.313	-	37.286.370	37.286.370
Outras obrigações	10.976.583	-	5.925.748	16.902.331	7.049.695	2.184.637	9.234.332
Fornecedores comerciais e industriais	37.611	-	-	37.611	78.290	-	78.290
Provisões para responsabilidades prováveis	387.134	-	3.370.157	3.757.291	441.257	2.338.733	2.779.990
Total do Passivo	592.031.011	79.085.528	203.770.673	874.887.212	501.258.852	243.608.386	744.867.238
Activo/ (Passivo) líquido	(98.035.941)	266.695.455	(65.938.042)	102.721.472	130.797.270	(39.741.964)	91.055.306

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Títulos e valores mobiliários - Mantidos até ao Vencimento" inclui os montantes de mAKZ 187.397.015 e de mAKZ 98.060.200, respectivamente, referentes a Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar Norte-Americano.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Depósitos - Depósitos a Prazo" inclui os montantes de mAKZ 79.085.528 e de mAKZ 37.482.773, respectivamente, referentes a Depósitos a Prazo, de clientes, em moeda nacional indexados ao Dólar Norte-Americano.

Ambas as operações supramencionadas estão indexadas à taxa de câmbio AKZ/USD de compra do BNA e, desta forma, sujeitas a actualização cambial.

20. Proveitos e Custos de Instrumentos Financeiros

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De créditos	21.816.187	22.410.575
De títulos e valores mobiliários:		
> Obrigações do Tesouro	26.398.614	18.972.691
> Bilhetes do Tesouro	3.049.032	3.707.195
	29.447.646	22.679.886
De aplicações de liquidez		
> No estrangeiro	1.018.247	1.106.196
> No país	148.697	188.674
> Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	41.873	516.145
Total dos proveitos de instrumentos financeiros activos	1.208.817	1.811.015
Custos de instrumentos financeiros passivos:	52.472.650	46.901.476
De depósitos:		
> À ordem	51.354	41.908
> A prazo	16.543.298	13.795.569
	16.594.652	13.837.477
De captações para liquidez:		
> Títulos vendidos com acordo de recompra	246.471	1.189
> Recursos de outras instituições de crédito	1.523.485	1.080.579
	1.769.956	1.081.768
Total dos custos de instrumentos financeiros passivos	18.364.608	14.919.245
Margem financeira	34.108.042	31.982.231

21. Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica corresponde, essencialmente, às valias realizadas pelo Banco nas transacções de títulos e valores mobiliários.

O Banco procedeu à reclassificação dos resultados em Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira relativos ao exercício de 2014, no montante de mAKZ 4.974.581, de "Resultados de negociações e ajustes ao valor justo" para "Resultados de operações cambiais" (Nota 22).

22. Resultados de Operações Cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos e perdas cambiais obtidos na carteira de títulos emitidos ou indexados a moeda estrangeira e nos depósitos em moeda nacional indexados a moeda estrangeira, nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial conforme descrito na Nota 2. b), e apresenta a seguinte decomposição:

	2015			2014		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em Obrigações do Tesouro Index USD	45.437.772	(463.113)	44.974.659	6.113.910	(1.139.329)	4.974.581
Resultados em notas e moedas	1.274.353	(138.250)	1.136.103	862.724	(110.959)	751.765
Resultados em divisas	43.894.170	(48.761.274)	(4.867.104)	18.144.431	(12.115.781)	6.028.650
Resultados em depósitos indexados	-	(15.041.967)	(15.041.967)	193.690	(2.143.758)	(1.950.068)
	90.606.295	(64.404.604)	26.201.691	25.314.755	(15.509.827)	9.804.928

23. Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos:		
Comissões por garantias e avales	1.692.000	1.378.787
Comissões sobre transacções da EMIS	1.278.332	1.065.592
Comissão de subscrição	972.427	-
Comissões Visa	768.709	629.493
Comissões por ordens de pagamento emitidas	759.668	478.075
Comissões – Ministério das Finanças	446.122	552.219
Comissões por abertura, gestão ou renovação de contas correntes caucionadas	271.881	182.278
Comissões por créditos e remessas documentárias	181.399	352.083
Comissões sobre terminais de pagamento automático	128.705	106.039
Comissões de manutenção de conta	-	395.439
Outras comissões	809.119	613.698
	7.308.362	6.753.703
Custos:		
Comissões sobre transacções da EMIS	(647.641)	(531.538)
Comissões Visa	(143.340)	(166.896)
Outras comissões	(55.099)	(52.579)
	(846.080)	(751.013)
	6.462.282	6.002.690

24. Custos com Pessoal

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações	6.929.223	5.756.085
Retribuição variável – Prémio de desempenho:		
> Liquidado no exercício	3.502.576	3.112.726
> A liquidar (Nota 14)	200.466	3.378
Encargos sociais obrigatórios	306.307	239.096
Encargos sociais facultativos	671.029	554.257
Outros	115.527	170.319
	11.725.128	9.835.861

25. Fornecimento De Terceiros

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Segurança e vigilância	1.336.312	1.115.101
Comunicação e despesas de expedição	1.317.086	937.040
Impressos e material de consumo corrente	503.831	464.792
Conservação e reparação	523.603	551.581
Serviços especializados:		
> De consultoria	145.780	681.902
> De informática	138.380	104.071
> Outros	126.992	76.399
Rendas e alugueres	375.775	422.703
Água, energia e combustíveis	281.483	176.569
Publicidade	219.651	321.830
Deslocações e estadas	199.404	236.124
Serviços de limpeza	143.592	135.598
Quotizações e donativos	107.413	89.619
Seguros	43.590	24.521
Formação de pessoal	13.737	15.530
Outros	10.369.092	2.945.759
	15.845.721	8.299.139

Nos exercícios findos em 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Outros” inclui, aproximadamente, mAKZ 9.708.000 e mAKZ 2.490.000, respectivamente, referente ao custo decorrente de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco durante os exercícios de 2015 e 2014.

26. Outros Proveitos E Custos Operacionais

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos pela prestação de serviços diversos:		
> Venda de moeda/levantamentos	472.014	440.819
> Emissão de cheques	82.333	90.073
> Outros	89.528	72.827
Reembolso de despesas:		
> Sobre ordens de pagamento	276.532	312.375
> Outros	19.072	16.903
Despesas de expediente	143.123	102.001
Regularização de cheques visados	-	400.633
Outros	160.329	217.484
	1.242.931	1.653.115
Regularização de saldos devedores	(187.581)	-
Outros custos e prejuízos diversos	(175.254)	(57.465)
	880.096	1.595.650

27. Resultado Não Operacional

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos extraordinários:		
> Cobrança de juros de mora, líquidos de anulações	38.550	729.866
> Regularização de estimativas de exercícios anteriores	-	85.783
> Outros	1.885	-
	40.435	815.649
Perdas extraordinários:		
> Resultado na alienação de imobilizado	(4.189)	(12.747)
> Outras perdas extraordinárias	-	(18.938)
	36.246	783.964

28. Eventos Subsequentes

a) Variação cambial no dia 4 de Janeiro de 2016

Em 31 de Dezembro de 2015 e 4 de Janeiro de 2016, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	04-01-2016	31-12-2015
1 USD	155,612	135,315
1 EUR	169,664	147,832

Caso esta variação tivesse sido reflectida nas contas de 31 de Dezembro de 2015 do Banco, os activos, passivos e fundos próprios seriam seguintes:

	2015	Impacto da variação cambial	2015 pro forma
Activo	977.608.684	66.826.086	1.044.434.770
Passivo	(874.887.212)	(49.189.374)	(924.076.586)
Fundos Próprios	102.721.472	17.636.712	120.358.184

b) Adopção das IAS/IFRS

O Banco Nacional de Angola está a promover a adopção plena das IAS/IFRS para o sector bancário nacional, estando prevista como data de transição o dia 1 de Janeiro de 2016. Este processo implica a revisão dos actuais normativos, incluindo a revisão do CONTIF nas matérias em que actualmente não existe convergência.

O Banco encontra-se a efectuar a identificação e quantificação dos impactos de transição para as IAS/IFRS à data de 1 de Janeiro de 2016, bem como a proceder à adaptação das suas políticas e procedimentos em conformidade com as regras em definição pelo Banco Nacional de Angola.

RELATÓRIO DE AUDITORIA



Deloitte & Touche - Auditores, Lda.
Edifício Escom
Rua Marechal Brás Tito, 35/37 - 7.^o
Luanda
Angola

Tel: +(244) 222 703 000
Fax: +(244) 222 703 090
www.deloitte.co.ao

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Ao Conselho de Administração
do Banco BIC, SA

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BIC, SA (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BIC"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 977.608.684 mAKZ e fundos próprios de 102.721.472 mAKZ, incluindo um resultado líquido de 27.656.129 mAKZ, as demonstrações dos resultados, das mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Contribuinte: 5401022670 | Capital Social: KZ 1.620.000
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o nº 106-97



Página 2 de 2

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BIC, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Luanda, 15 de abril de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José António Mendes Garcia Barata".

Deloitte & Touche - Auditores, Lda.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do Banco BIC, S.A.

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BIC, SA (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.
3. Analisámos e concordámos com o conteúdo do Relatório dos Auditores, emitido pela Sociedade Deloitte & Touche - Auditores, Limitada, o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinamos o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, as Demonstrações dos resultados, de mutações dos fundos próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia-geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.



Página 2 de 2

7. Gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 20 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal



Henrique Manuel Camões Serra
Presidente



BancoBIC

Crecemos juntos